

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA EM MORRINHOS/GO:
A luta para entrar e o desafio para permanecer na terra**

GOIÂNIA
2010

MARINEY APARECIDA FARIAS DOS REIS DUTRA VIEIRA

ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA EM MORRINHOS/GO:
A luta para entrar e o desafio para permanecer na terra

GOIÂNIA
2010

MARINEY APARECIDA FARIAS DOS REIS DUTRA VIEIRA

**ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA EM MORRINHOS/GO:
A luta para entrar e o desafio para permanecer na terra**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Angélica de Mesquita.

Área de concentração: Natureza e Apropriação do Espaço no Cerrado.

GOIÂNIA
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MARINEY APARECIDA FARIAS DOS REIS DUTRA VIEIRA

ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA EM MORRINHOS/GO: A
luta para entrar e o desafio para permanecer na terra

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Helena Angélica de Mesquita - UFG

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - UFG

Prof. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa - UFG

Suplente. Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro - UFG

Goiânia, ____/____/____.

Resultado: _____

AGRADECIMENTOS

Especial e primeiramente a Deus. Aos meus familiares, pela constante ajuda e compreensão durante todo o tempo em que estive envolvida com o trabalho.

À Professora Helena Angélica, por acreditar na possibilidade de realizar a pesquisa e, por isso, me conceder a oportunidade junto ao IESA.

Ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, pelo ingresso no curso. A todos os professores do mestrado. Especialmente ao Professor Manoel Calaça, pelo rico trabalho de campo que ele nos proporcionou no Sudoeste Goiano.

Aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, principalmente ao Sr. João Donizete, ao Sr. Neuler e à secretária Nilva, que gentilmente nos atendeu fornecendo documentos e informações.

Aos Sr. Nicanor, ao Sr. Divino Gulart e ao Sr. Sinézio, sindicalistas que carinhosamente me atenderam.

À Dona Orcina e ao seu companheiro que sempre me acolheu em sua residência no assentamento.

Ao Sr. Vanderlan que foi o guia pelas várias estradas que cortam o assentamento.

Ao meu aluno Odair, pela confecção dos mapas.

Aos funcionários da Superintendência Regional do INCRA e da CPT em Goiânia pelos documentos e informações que gentilmente, forneceram.

À Professora Branca, pela correção do texto.

Ao Rodrigo Nicolino e ao Wilson Diniz pela formatação do trabalho.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas residentes no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água que, pacientemente, concederam-me entrevistas e responderam aos questionários, demonstrando interesse e apreço pela pesquisa.

RESUMO

No Brasil, têm aumentado o interesse de pesquisadores da Geografia, como das demais ciências afins, pelas pesquisas sobre assentamentos rurais, principalmente porque nesse país a política agrária, historicamente, privilegia o latifúndio. Muitos são os trabalhadores sem-terra, cuja única esperança de ter acesso à ela, é utilizar estratégias como ocupações ou acampamentos, provocando um discurso da grande mídia defensora do latifúndio rotula-os de “invasores”. No entanto, essa luta não termina com o acesso a terra, ela continua na organização da produção que viabiliza a permanência das famílias assentadas. Os assentamentos tendem, assim, a desenvolverem uma produção que associa o atendimento ao autoconsumo e a venda do excedente. No assentamento rural pesquisado no município de Morrinhos - GO, há uma tendência ao desenvolvimento da pecuária leiteira, com o atendimento às exigências sanitárias e melhoramento genético para obterem melhor produção e produtividade. Nesta pesquisa, a luta pela posse e permanência na terra foi estudada tendo como objeto o Assentamento São Domingos dos Olhos D’Água, localizado no município de Morrinhos - GO. O assentamento é um pequeno território camponês encravado no imenso mar dos latifúndios monocultores exportadores que visam o lucro em primeiro lugar. A “moderna agricultura” conservadora expulsou os trabalhadores rurais dos campos; nas cidades, sem terra, sem trabalho, sem dignidade, muitos optam por lutar para voltar à terra. Após um longo período de acampamento (06 anos) na Fazenda São Domingos dos Olhos D’Água, com toda sorte de sofrimento, parte dos acampados que resistiu conquistou a terra e produz com trabalho familiar: mandioca, banana, hortaliças, queijo, doces, leite, cosméticos. Para realizar este estudo, foram necessários levantamentos de dados no INCRA, na CPT e no IBGE, entrevistas, coleta de depoimentos orais. Espero que os resultados obtidos possam contribuir para dar visibilidade à luta pela terra.

Palavras-chave: Luta pela terra. Assentamentos rurais. Trabalhadores sem-terra. Território camponês.

ABSTRACT

In Brazil, they have been increasing the researchers' of the Geography interest, as of the other similar sciences, for the researches on rural establishments, mainly because in that country the agrarian politics, historically, privileges the latifundium. Many are the workers landless laborer, whose only hope of having access to her, it is to use strategies as occupations or camps, provoking a speech of the great defensive media of the latifundium labels them of "invaders". however, that fight doesn't finish with the access the earth, she continues in the organization of the production that makes possible the permanence of the seated families. The establishments tend, like this, they develop her/it a production that associates the service to the self-consumption and the sale of the surplus. In the rural establishment researched in the municipal district of Morrinhos - GO, there is a tendency to the livestock milk pan's development, with the service to the sanitary demands and genetic improvement for us to obtain better production and productivity. In this research, the fight for the ownership and permanence in the earth was studied tends as object the Assentament São Domingos dos Olhos D'Água, located in the municipal district of Morrinhos - GO. The establishment is a small territory farmer imbedded in the immense sea of the latifundium monocultures exporters that you/they seek the profit in first place. The "modern conservative agriculture" expelled the rural workers of the fields; in the cities, without earth, without work, without dignity, many opt to struggle to return to the earth. After a long camp period (06 years) in Farm São Domingos dos Olhos D'Água, with every suffering luck, it leaves of the camped that it resisted conquered the earth and it produces with family work: mandioca, banana, vegetables, cheese, sweet, milk, cosmetic. To accomplish this study, they were necessary risings of data in INCRA, in CPT and in IBGE, interviews, collection of oral depositions. I hope the obtained results can contribute to give visibility á struggles for the earth.

Key-word: Struggles for the earth. Rural establishments. Workers landless laborer; Territory farmer.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – A Produção do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água nos Anos de 2008 e 2009.	118
--	-----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Acampamento na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos/GO, 1997.....	100
Foto 2 -	Acampamento na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos/GO. 1997.....	101
Foto 3 -	Acampamento da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos/GO, 1997.....	102
Foto 4 -	Primeiras plantações e criações no acampamento. Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água/GO. 1997.....	103
Foto 5 -	Plantação de bananas no acampamento. Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos/GO. 1997.....	104
Foto 6-	Plantação de cana-de-açúcar do Grupo Colorado, vizinha ao Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água.	105
Foto 7 -	Lote 45 Produção de hortaliças para autoconsumo e venda do excedente.	108
Foto 8 -	Acampamento na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, residência do Sr. Wanderlan Gonçalves de Melo e Família	110
Foto 9 -	Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, residência do sr. Wanderlan, construída com recursos do PRONAF.	110
Foto 10 -	Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, tanque de captação e resfriamento de leite para à COMPLEM.....	113
Foto 11-	Sede de captação de leite direcionado aos empresários de laticínios do município Goiatuba/GO.....	114
Foto 12 -	Xampu da fábrica Morada do Sol localizada no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água	115

Foto 13 -	Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, criação de animais soltos.....	116
Foto 14 -	Assentados de São Domingos dos Olhos D'Água, na XXXI Feira de Exposição Agropecuária de Morrinhos/GO	127
Foto 15 -	Assentados de São Domingos dos Olhos D'Água, na XXXI Feira de Exposição Agropecuária de Morrinhos/GO.	127
Foto 16 -	Assentados de São Domingos dos Olhos D'Água, na XXXI Feira de Exposição Agropecuária de Morrinhos/GO.	128

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água	92
Mapa 2 – Loteamento do São Domingos dos Olhos D'Água.	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem dos assentados	97
Gráfico 2 - Estudantes da 1ª Fase do Ensino Fundamental	122

LISTA DE SIGLAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
AGÊNCIA RURAL	- Agência Goiana de desenvolvimento Rural e Fundiário
AGRODEFESA	- Agência Goiana de Defesa Agropecuária
ANC	- Assembléia Geral Constituinte
APP	- Área de Preservação Permanente
CAIXEGO	- Caixa Econômica do Estado de Goiás
CANG	- Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEPLAR	- Campanha de Educação Popular da Paraíba
CERNE	- Consórcio de Empresas de Rádio Difusão e Notícias do Estado
COMPLEM	- Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos
COSTEC	- Cooperativa de Serviços Técnicos Para o Desenvolvimento Rural
CPC	- Centro Popular de Cultura
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DAIMO	- Distrito Agroindustrial de Morrinhos
DAP	- Declaração de Aptidão ao PRONAF
DERGO	- Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás
EJA	- Educação de Jovens e Adultos,
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA	- Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
FAFICH	- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
FETAEG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FOMENTAR	- Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDAGO	- Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás.
IFET	- Instituto Federal de Estudo Tecnológico
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPASGO	- Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
IQUEGO	- Indústria Química do Estado de Goiás
MCP	- Movimento de Cultura Popular
MEC	- Ministério da Educação
METAGO	- Metais de Goiás
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PDA	- Plano de Desenvolvimento Agrário
PNA	- Programa Nacional Alfabetização
PND	- Planejamento Nacional de Desenvolvimento
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
POLOCENTRO	- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	- Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROTERRA	- Programa da Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-indústria do Norte e Nordeste
RENEC	- Representação Nacional das Emissoras Católicas
SEAGRO	- Secretaria Estadual Agropecuária
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem
SEPLEM	- Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás
STR	- Sindicato dos trabalhadores Rurais
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento Amazônico
SUDECO	- Superintendência e Desenvolvimento do Centro-Oeste
UDR	- União Democrática Ruralista
UEG	- Universidade Estadual de Goiás
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
A LUTA PELA TERRA: DO BRASIL COLÔNIA AO SÉCULO XXI	22
1.1 Da Lei de Terras de 1850 à Revolução de 1930	27
1.2 Os Séculos XX e XXI: as Políticas Fundiárias.....	34
1.3 Movimentos Messiânicos Marcam a Luta pela Terra	37
1.4 As Ligas Camponesas.....	46
1.5 Movimento de Educação de Base	48
1.6 O Governo Militar e o Estatuto da Terra.....	50
1.7 Revolução Verde e o Surgimento do MST	55
1.8 A CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).....	59
1.9 A UDR (União Democrática Ruralista) X MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).....	61
A QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS E A LUTA PELA TERRA.....	64
2.1 A Terra - Goiás.....	64
2.2 Goiás no Início do Século XX.....	70
2.3 A Guerra Camponesa de Trombas e Formoso – décadas de 1950 e 1960	73
2.3.1 O Governo Mauro Borges	74
2.4 Governo Militar em Goiás: 1964 a 1985.....	77
2.5 O Agronegócio em Goiás	82
2.6 A Região Sul-Goiano.....	84
FAZENDA/ACAMPAMENTO/ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA - EM MORRINHOS/GO	87

3.1 Morrinhos-GO: algumas notas sobre sua localização, origem e desenvolvimento sócio-econômico	87
3.2 A Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água	93
3.3 Os Primeiros Passos da Luta para a Conquista da Terra	95
3.4 As Famílias que Ocuparam a Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água	96
3.5 O Assentamento São Domingos Dos Olhos D'Água	104
3.5.1 Políticas Públicas x Produção no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água	109
3.5.1.1 Incentivos e Resultados	109
3.5.2 As Políticas Públicas no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água ...	120
3.5.2.1 Infraestrutura: moradia, energia elétrica, estradas e transporte	120
3.5.2.2 A Escola do Assentamento	122
3.5.2.3 Comunicação no Assentamento.....	124
3.5.2.4 As Associações do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água	124
3.5.2.5 A Sociabilidade no Assentamento	125
3.5.2.6 A Visibilidade do Assentamento	126
3.5.2.7 Serviços de Saúde no Assentamento.....	128
3.5.2.8 A Religiosidade no Assentamento.....	129
3.5.2.9 A Assistência Técnica no Assentamento.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS.....	132
FONTES ORAIS (entrevistas).....	137
ANEXOS.....	138

INTRODUÇÃO

A situação agrária pode ser estudada por diversas áreas do conhecimento. Assim também a Geografia, por ser a ciência que trata do espaço constituído pelo homem, pode contribuir de forma significativa para o conhecimento, explicação e soluções das questões agrárias. No desenvolvimento desta pesquisa, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, localizado no município de Morrinhos-GO, buscou-se compreender, através dos processos históricos, como ocorreu a dinâmica agrária no território nacional e, especificamente em Goiás, o que levou à aquisição de novas informações e ao maior entendimento da estrutura agrária brasileira.

Para efetuar a parte teórica desta análise, apoiou-se em autores que estudam o tema, tendo como eixo central a análise do latifúndio, do campesinato, e das consequências do capitalismo no campo porque, nesse sistema de produção, o conflito entre latifundiários e campesinato é indissociável do desenvolvimento sócio-econômico.

A categoria geográfica que norteou esta pesquisa foi o território, pois é nele que se materializa a disputa pelo espaço agrário entre os latifundiários e os trabalhadores rurais sem-terra. Ao longo dos séculos foi se territorializando uma política agrária desigual e contraditória no país que beneficiou – e continua beneficiando – os latifundiários em detrimento dos camponeses. Mas conforme Fernandes (2008), os movimentos camponeses têm resistido na disputa com as empresas capitalistas e a heterogeneidade da paisagem do território camponês continua se contrapondo à homogeneidade da paisagem do território do agronegócio.

Para Souza (1995), as relações de poder são geradoras de território e, o poder, de acordo com Raffestin (1993, p.58), "... visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas", logo, sobre a população e sobre os recursos naturais. O domínio, o controle e a apropriação são materializados na transformação territorial.

No território, segundo Raffestin (1993), há "Poder" e "poder". Escrito com "p" maiúsculo é aquele exercido por representantes dos aparelhos complexos, atores sintagmáticos, que encerram o território, controlam a população e dominam

os recursos naturais, como a terra. E com “p” minúsculo é aquele que se manifesta por ocasião das relações entre indivíduos e não é algo nas mãos de alguém, ele é exercido pelos homens e é produzido nas relações entre os homens.

Para Saquet (2007), o território é a tentativa de um indivíduo ou de um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas através da delimitação e de uma área geográfica e do controle seu pelo estabelecimento de fronteiras que leva à constituição de malhas e redes que delimitam os campos de ação de cada sujeito.

Assim, o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder e deve ser entendido, segundo Souza (1995, p.78), como: “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

O território torna-se a base e o fundamento do Estado-Nação, o qual foi instituído por um processo jurídico-político, no intuito de se legitimar a utilização dos recursos naturais. Para Állés (1980), *apud* Haesbaert (2002), na construção do Estado-Nação, o território é uma invenção política do mundo moderno, obra de uma classe social, a burguesia, executada especialmente para seu próprio benefício.

Mas, se objetivamente os territórios são dominados, ao mesmo tempo, e subjetivamente, eles podem ser apropriados, o que, por um lado, pode ser negativo e, por outro, positivo, como afirma Haesbaert (2002, p.121):

[...] associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

A elaboração de uma identidade social e territorial materializada no espaço, como os assentamentos rurais, tanto pode fortalecer a luta entre classes diferente, pela terra nesse caso, como pode também propiciar o dialogo entre a sociedade e os envolvidos. Como a territorialização é o resultado da relação entre o domínio e a apropriação simbólica dos espaços em diferentes escalas pelas diversas classes sociais, pode-se formar diferentes territorialidades ao mesmo

tempo. Concorde com isso Haesbaert (2002, p. 121) para quem,

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que se estiver analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções. [...].

Assim, o monopólio privado da terra, em vez de acabar *com*, ou diluir os conflitos pela terra, aumenta-os. A luta dos trabalhadores rurais sem-terra contra o latifúndio surgiu ainda no Brasil Colônia e se faz presente ainda no século XXI.

Ao se tratar de território, é preciso considerar o papel do Estado, que cria as condições básicas para a instituição do território dos grandes produtores, enquanto os trabalhadores rurais, proprietários ou não da terra, ficam marginalizados. Esta apropriação desigual do território e os conflitos nele existentes que expressam a concentração de riqueza e poder da sociedade capitalista.

Nesta pesquisa discutiram-se as características mais significativas da questão agrária do Brasil Colônia à atualidade, assinalada pela ação dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra uma luta que não se restringe só à apropriação da terra, mas estende-se também aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e social e à preservação ambiental. Para entender o processo de resistência, apropriação e permanência na terra. Estudou-se o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, localizado ao sul do município de Morrinhos, no estado de Goiás. No contexto da política agrária brasileira, este estudo teve como objetivo compreender a luta dos camponeses nos movimentos sociais para ter acesso a terra e para nela permanecer.

O Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água territorializado na ex-Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, propriedade privada individual improdutiva, dividido entre 126 famílias significa a sobrevivência e a dignidade delas

e é o símbolo de que o modelo de propriedade agrária vigente é injusto. O Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água é pejorativamente referência na região como lugar “dos sem-terra”, mas não só peça como toda terra improdutiva é verdadeiramente lugar dos camponeses sem terra.

Para compreender a organização sócioespacial do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água foi realizada uma pesquisa qualitativa que, segundo Oliveira (2007, p. 37) que retrata a pesquisa

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva.

O primeiro passo, e de suma importância, foi fazer a leitura consistente da literatura pertinente à questão agrária, para depois, então, fazer observações em campo. Segundo Ludke & André (1986, p. 25) para que a pesquisa

[...] se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Em campo, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, observou-se a produção e a produtividade dos lotes, a variabilidade de culturas para o autoconsumo dos trabalhadores rurais assentados e para abastecimento do mercado local. Foram realizadas entrevistas individuais e aplicação de questionários, com os moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, um instrumento básico para a coleta de dados, dentro da perspectiva em que se desenvolveu a pesquisa, pois, de acordo com Ludke & André (1986, p. 34), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Além das entrevistas, foi necessário confeccionar um mapa de localização da área de estudo e um da repartição dos lotes, uso e ocupação do solo. Ainda foram feitas várias fotografias digitais que contribuíram para se compreender e registrar a realidade do lugar.

Tendo clareza do objeto de pesquisa, o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, partiu-se para outra etapa, que foi a coleta de dados no Cartório de Registro Civil da Comarca do Município de Morrinhos-GO, no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e no STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Morrinhos (GO). Uma cópia da cadeia dominial da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água dos Olhos D'Água em anexo permitiu interpretar como ocorreu a concentração de terras e como ela foi distribuída aos assentados ali residentes. A cadeia dominial foi elaborada a partir de 1952, pois segundo informou Cristóvão do Vale, oficial e tabelião do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato da Comarca de Morrinhos, informou, é quase impossível ter acesso aos registros de compra e venda das primeiras décadas do século XX e de datas anteriores, devido às informações poderem estar (se existirem) em grande quantidade de livros, o que demandaria muito tempo.

A luta pelo Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água teve início no ano de 1996 e estendeu até o ano de 2002, quando o INCRA - (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) desapropriou a Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água e deu início à distribuição da terra, em forma de lotes, à 126 famílias.

Foi pesquisado a origem dos trabalhadores rurais sem-terra e as lideranças que coordenaram e apoiaram o movimento de ocupação e a organização, quando chegaram no acampamento, a forma de distribuição dos lotes pelo INCRA, a produção dos assentados, as políticas públicas desenvolvidas no assentamento etc. Essa extensa pesquisa se deu de forma bibliográfica e também documental, por entrevistas e com aplicações de questionários e em visitas em várias horas de trabalho de campo. Os dados, tabulados, analisados e interpretados permitiram maior compreensão da luta pela terra, através da organização dos trabalhadores sem-terra Município de Morrinhos (GO).

A escolha do tema deveu-se à identificação pessoal desta pesquisadora com a realidade dos trabalhadores rurais, por ser filha e neta de camponeses e por considerar que, a luta pela terra, para sobrevivência, em um país que tem imensa quantidade de terras agricultáveis em poder de uma minoria latifundiária, enquanto

milhões não tem condições dignas de sobrevivência, é justa. O interesse vem desde 1997, de uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em Agro-urbano, pela já extinta Universidade Estadual de Anápolis (GO) e, posteriormente, da realização de trabalhos de campo com os alunos da Universidade Estadual de Goiás - UEG, Unidade de Morrinhos (GO).

Uma educadora e geógrafa tem o dever de colaborar para que se compreenda as dinâmicas do espaço agrário em um país em que predomina o modo capitalista de produção, no qual se privilegia o latifúndio e se exclui os pequenos agricultores, camponeses e trabalhadores sem-terra e no qual a produção do latifúndio é para exportação e a dos pequenos agricultores é que abastece o mercado interno.

O objeto de pesquisa, o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, é um dos maiores da Região Sul-Goiano e foi a primeira, e vitoriosa, luta pela terra de propriedade privada no município de Morrinhos (GO). É símbolo do que pode a união pela justiça social.

Infelizmente a oportunidade de se produzir conhecimentos, nesse país, ainda pode ser considerada privilégio de poucos um *latifúndio*, um feudo talvez?! Mas, cumpre-se aqui, com prazer, o dever pessoal e profissional de compartilhá-los com a sociedade.

Além desta Introdução, este estudo conta com três capítulos e rápidas considerações finais à guisa de conclusão.

O capítulo um, mostra o resultado de leituras pertinentes, como pesquisa bibliográfica, e dá suporte teórico para se compreender a luta pela terra, a trajetória dos movimentos sociais que reivindicaram a terra para sobreviverem, do Brasil Colônia ao século XXI.

No segundo capítulo, aborda-se a luta pela terra e os aspectos históricos da concentração fundiária em Goiás, descreve-se a Região Sul-Goiano, onde se localiza o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, em Morrinhos (GO).

Descreve-se algumas características geo-históricas de Morrinhos (GO) no terceiro capítulo e analisa-se a luta pela terra da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água e sua cadeia dominial da fase de acampamento à de assentamento, as causas de muitos acampados não terem chegado a assentados, a produção, as políticas públicas e a necessidade delas e os recursos ali existentes, a importância de se desconcentrar a terra e proporcionar cidadania àqueles sujeitos através de justiça social.

CAPÍTULO 1

A LUTA PELA TERRA: DO BRASIL COLÔNIA AO SÉCULO XXI

Este capítulo objetiva resgatar algumas questões a cerca da luta pela terra do Brasil Colônia aos primeiros anos do século XXI.

O Brasil possui uma enorme quantidade de terras agricultáveis, porém a maior parte delas está concentrada nas mãos de poucas pessoas (FERNANDES,1996; SODRÉ, 2005) desde quinhentos anos atrás. Nenhuma política agrária já implementada foi capaz de mudar essa situação. Os trabalhadores que vivem do trabalho na terra para ter acesso a ela tiveram que se organizar para, através de lutas contra a lógica de produção e reprodução do capital, tentar “redesenhar” novas territorialidades.

A busca das novas terras, pelos europeus foi organizada segundo a lógica do capital comercial que estava vivenciando sua expansão territorial em busca de produtos naturais dos mais diversificados, como madeiras, condimentos (especiarias), metais preciosos. Na concepção de Moraes (1987, p. 55), [...] “A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos gerando assim o isolamento e a mestiçagem” [...].

A primeira possibilidade de exploração da natureza que os portugueses perceberam foi a retirada do pau-brasil. Como a natureza, os nativos eram elementos disponíveis. Conforme Prado Júnior (2000, p. 87),

[...]. O que Portugal podia pretender, e de fato pretendeu como nação colonizadora de um território imenso para o que não lhe sobrava população suficiente, era utilizar todos os elementos disponíveis; e o índio não podia ser desprezado na consecução de tal fim. Tratava-se, portanto de incorporá-lo à comunhão luso-brasileira, arrancá-lo das selvas para fazer dele um participante integrado na vida colonial; um colono como os demais. [...].

A forma de “integração” dos índios foi a primeira relação social de trabalho criada no país. De acordo com Costa, “e o índio é utilizado nesse primeiro momento como mão-de-obra em que o trabalho compulsório é imposto a esses

nativos”. (COSTA, 1977, p. 19).

Os nativos sofreram a perda de seus territórios e de sua liberdade para uma relação de produção capitalista que se estabelecia. Suas terras passam de um bem coletivo a propriedade da Coroa Portuguesa; instala-se neste imenso território uma nova organização Sócio-espacial, marcada pelo trabalho escravo, primeiro de índios, depois de africanos negros, cuja produção era voltada para fora do país. Instalam-se os primeiros conflitos sociais pelo uso da terra.

A enorme extensão de terras é confiscada dos índios pelos portugueses. Após três décadas da chegada de Cabral, o rei realizou doações de terra a particulares para que instaurassem atividades agrícolas e lhe resguardassem a sua posse.

A Coroa Portuguesa estabelece, assim, a primeira relação privada de organização agrária, no Brasil, na forma de Capitânicas Hereditárias, doadas a nobres portugueses em troca de tributos e favores. Era obrigação do donatário proteger e explorar essas terras e era o direito repassá-las aos seus herdeiros. O sistema de Capitânicas Hereditárias não obteve sucesso e a Coroa portuguesa criou o Governo Geral para administrar a Colônia, diminuindo os privilégios dos capitães donatários.

A Lei das Sesmarias foi a forma que Portugal encontrou para oficializar a ocupação da terra e povoá-la para incrementar uma nova forma de exploração: O plantio de cana-de-açúcar e a instalação de engenhos para a produção do açúcar. A distribuição da terra era feita mediante a compra de escravos, portanto, quanto maior o número de escravos maior era a quantidade de terra apropriada. A terra nesse momento não é a mercadoria e, sim o escravo. (COSTA, 1977; MARTINS, 1986).

O cultivo da cana, por mais de três séculos no Brasil, se deu com as características no sistema de *plantations*, uma forma de produção agrária capitalista. Plantava-se uma única cultura (monocultura), para exportação, em grandes áreas de terra utilizando-se mão-de-obra escrava. Pessoas migravam da Europa, sonhando com a riqueza que o açúcar poderia lhes proporcionar; o comércio entre a colônia e a metrópole organizava-se, na proporção internacional ao expandia-se e havia todo um incentivo para o tráfico negreiro. Tornou-se muito atrativa a exploração da cana-de-açúcar.

O açúcar proporcionaria mais rendimento econômico à Coroa, fortalecia a ocupação e a defesa dos limites territoriais do Brasil contra as constantes ameaças de invasão por outros países europeus. Devido à distância geográfica entre Brasil e Portugal só era viável a produção de mercadorias de alto valor no mercado europeu, que compensassem os custos de transporte. E os portugueses já dominavam a técnica da produção do açúcar, desde o século XI, nas lhas de Açores e Madeira no Atlântico (PRADO JÚNIOR, 2000).

O açúcar alcançava altos preços, por isso havia uma constante expansão do plantio, o que garantia o interesse da nobreza mercantil portuguesa em investir no Brasil. As condições naturais, como clima e solo da região litorânea do Nordeste, eram propícias para o cultivo da cana. Esses fatores (externos e internos) contribuíram para a alta produção deste produto.

Portugal tinha um mercado organizado para a circulação do açúcar, com alta margem de lucro. Contava ainda com empréstimos bancários (banqueiros italianos e espanhóis) para investimentos básicos na produção açucareira.

A lavoura canavieira foi uma excelente estratégia da metrópole portuguesa para alavancar a ocupação do território por migrantes europeus, por ocupar grandes porções territoriais. Além disso, a produção de açúcar gerou outras atividades no campo brasileiro, como o plantio de produtos de subsistência, criações de animais domésticos.

Nascia assim, no Brasil, a sociedade escravocrata: autoritária, aristocrática, latifundiária e violenta. Além da mão-de-obra escrava empregada nos engenhos e nas lavouras, poucos trabalhadores, assalariados e livres, mais qualificados, eram empregados.

Por não aceitarem as condições de escravidão, os negros se organizavam e fugiam dos locais de trabalho para áreas bem distantes e formavam quilombos. Certamente, é desse movimento de fuga, que se formaram os primeiros espaços de liberdade no Brasil. A ocupação das terras distantes para a sobrevivência era a única estratégia para os negros enfrentarem as relações de poder violentas. Eles tinham que elaborar seus próprios territórios em função de seus objetivos.

[...]. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do

poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.152 e 153).

Os quilombolas iam se territorializando no interior do país, ajudado pelas grandes dimensões geográficas que, naquele momento, garantiam-lhes segurança.

A economia açucareira nacional entra em crise devido à produção de açúcar pelos holandeses nas Antilhas. No século XVIII, há um aquecimento novamente na produção de açúcar, devido a mineração e no século XIX há um aumento do consumo motivado pela Revolução Industrial. A economia açucareira do período colonial deixou como herança, no território nacional, até os dias atuais, a grande propriedade de terra.

Com a crise no comércio de açúcar os colonizadores portugueses insistiram na busca de ouro e de outros metais e minerais preciosos. Se os espanhóis haviam encontrado essas riquezas nas Américas, supunham que o Brasil também as possuísse. E, de fato, possuía. As minas mais produtivas foram encontradas pelas “entradas e bandeiras” na região, por isso denominada, de Minas Gerais. Na Região Centro-Oeste do Brasil

As primeiras incursões remontam ao século XVII, mas o interesse maior veio com a confirmação da existência do ouro, pelos bandeirantes paulistas, no ano de 1726. As suspeitas da existência de ouro na região foram reforçadas pela descoberta das minas de Cuiabá, em 1719, abrindo-se, desde então, uma frente de colonização, a partir de Minas Gerais, em direção ao Centro-Oeste. (AGUIAR, 2003, p. 19).

A economia mineira se estabelece no interior do país por volta de 1722 a 1822 (AGUIAR, 2003), distante do litoral e das grandes plantações de cana. A descoberta desses minerais levou também a todo um reordenamento do território colonial. Porém, as relações de trabalho continuam na forma de escravidão. Novas territorialidades vão surgindo a oeste do país, conforme a penetração dos colonizadores em busca dos metais preciosos.

Os primeiros núcleos urbanos vão surgir no Brasil Central em função da mineração, como Vila Boa, hoje cidade de Goiás, Crixás, Pilar, Santa Luzia,

Pirenópolis. (BARBOSA, GOMES e TEIXEIRA NETO, 2004, p. 94-95).

Com o rápido esgotamento das minas, a economia mineira e sua espacialização no Planalto Central se desfaz rapidamente, como foi seu surgimento. Porém, de certa maneira, ela foi a responsável por um novo ciclo econômico: a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência que se instalam no Centro-Oeste do país.

A pecuária e a agricultura de subsistência que forneceram alimentos no período canavieiro e no mineiro já se encontravam então praticamente solidificadas e presentes em quase todas as regiões do país.

Os criadores de gado são uns dos articuladores da unificação territorial. O gado era criado solto, sem cercamentos, vivia naturalmente em vegetação aberta, proporcionando a expansão e unificação territorial. Os criatórios de gado nos sertões nordestinos, nos sertões centrais e no sertão gaúcho também fixaram as pessoas aos lugares.

As economias mineira e agropecuária influenciaram e articularam o aumento do crescimento demográfico (BARBOSA, GOMES e TEIXEIRA NETO, 2004, p. 63-64), bem como garantiram a posse da terra pelos portugueses que, conforme o Tratado de Tordesilhas, seria dos espanhóis. A agropecuária também facilitou o registro da posse de grandes porções de terra, porque para praticá-la não havia a exigência da posse de escravos.

Assim, o Centro Oeste vai alicerçando sua economia agropastoril.

Abrindo picadas, os entrantes mineiros vieram procurar no sertão bons pastos e novas expectativas de vida, arranchando-se em algum sítio que lhes aparecia aprazível e delimitavam a olho a sua área. No trabalho de demarcação, erguiam cruzeiros e cravavam ferros em troncos de árvores. Tiravam “rego” d’água de algum ribeirão e faziam suas roças, erguiam casas, construíam currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias às atividades agropastoris. Desta forma, a posse estava assegurada, e os posseiros institucionalizaram-se como senhores. (BRIOSHI, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2006 p. 22)

Em 1822, foi extinta a Lei das Sesmarias e por mais de vinte e oito anos o país ficou sem uma lei que regulamentasse a ocupação fundiária, até a criação da Lei de Terras de 1850, no auge da produção de café.

1.1 Da Lei de Terras de 1850 à Revolução de 1930

Em 1850 foi decretada no Brasil, uma nova lei agrária, a Lei de Terras. A terra passou, a partir desta lei, a ser incorporada na economia comercial; alterou-se a relação do proprietário com a terra que, nessa nova perspectiva, transforma-se em uma valiosa mercadoria capaz de gerar lucro tanto por seu caráter específico quanto pela sua capacidade de produzir outros bens. E, semelhante à concessão de sesmarias, esta nova lei de 1850, a Lei de Terras, segundo Costa (1977), beneficiou alguns poucos e prejudicaram muitos outros.

Essa regulamentação da propriedade fundiária atendia às novas exigências econômicas, inerentes da economia dos europeus. A terra é um bem natural, mas, ao receber um preço, torna-se mercadoria geradora de renda. O trabalho aplicado à terra também sofreria transformações: a mão-de-obra escrava seria substituída paulatinamente pelo trabalho livre assalariado, principalmente do imigrante europeu.

Esta nova ordem, tanto nas relações de trabalho como na apropriação da terra, foi estabelecida em vários países no século XIX, segundo Costa (1977).

A Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, promulgada por D. Pedro II, reza que a propriedade privada de terra no Brasil só seria concedida àqueles que pudessem legalizá-la nos cartórios, com pagamento monetário para o governo. Nessa nova ordem sócio-espacial, ficaram impossibilitados de ter acesso à terra: os índios, os negros e seus descendentes, os pobres em geral e os imigrantes europeus pobres.

A Lei de Terras teve com consequência quatro eventos: a entrada de imigrantes italianos para trabalhar nos cafezais substituindo a mão-de-obra dos escravos, portanto, a produção das fazendas de café passava a apoiar em bases capitalistas: na compra da força de trabalho e apropriando-se da mais-valia, a migração de europeus, especialmente alemães para ocuparem a Região Sul do país, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República.

A estrutura fundiária do Brasil foi marcada, desde o período da colonização, por uma segregação social. Já nos Estados Unidos, nas colônias de povoamento do norte, a estrutura fundiária incluía os produtores familiares e depois da Guerra de Secessão ficou garantida a posse da terra a quem a ocupava.

Diferente dos Estados Unidos, onde, nas colônias do norte, as propriedades foram divididas em lotes de quarenta alqueires por família. Surgiram, assim, pequenas comunidades com vida própria, possibilitando a criação de um pequeno mercado, no qual era empregada a força de trabalho familiar, trazendo para a região do norte um grande desenvolvimento e criando no campo a classe média.

Logo depois da Guerra, Abraão Lincoln sancionou a Lei de Terras dos Estados Unidos, cujo lema era “um lar para cada americano”, limitando a área das propriedades, e garantindo a propriedade da terra a quem a ocupava. (CHAVES, 1996, p. 13).

No Brasil, a Lei de Terras, de 1850, diferentemente da lei sancionada nos Estados Unidos em 1856, tinha como meta fazer com que as terras brasileiras não fossem ocupadas por pequenos produtores, pois garantia a propriedade da terra a quem pudesse pagá-la, e quem já a ocupava não foi reconhecido. Aqueles que não podiam pagar pela terra, como os trabalhadores ex-escravos, nativos pobres e europeus pobres foram, desse modo, os primeiros trabalhadores que viveram do trabalho na terra a ficar “sem terra”.

Foram oferecidas facilidades para os europeus migrarem para o Brasil, nas últimas décadas do século XIX, como uma estratégia entre governo brasileiro para “branquear a população. Os governos europeus também incentivavam essa migração, pois havia um significativo número de europeus vivendo em estado de miséria.

Com esses europeus dá-se uma nova forma de relação de trabalho, o trabalho livre. “Com objetivo de promover pouco a pouco a substituição do braço escravo na lavoura de café, recorreu-se, nos meados do século XIX à colonização estrangeira, sob sistema de parceria. [...]”. (COSTA, 1977, 149). E em 1867, a maioria dos produtores de café, passou a assalarar a mão-de-obra dos colonos. Furtado (2000, p.132), mostra que,

[...]. A partir dos anos sessenta introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar de um certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário monetário anual. Esse salário era completado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta.

Naquela mesma época implantam-se, também, o processo de formação de núcleos de colonização, a partir da instalação de grupos de imigrantes europeus em certas áreas do país, sobretudo na Região Sul, onde cada família recebia uma

fração de terra (correspondente a 25 hectares) que era obrigada a pagar ao governo imperial em dinheiro. Essa compra era parcelada, levando o imigrante europeu a trabalhar por muitos anos para efetuar o pagamento pela terra.

Antes disso, no início do século XIX, Foi utilizada a mesma estratégia por parte da Coroa portuguesa, de implantar núcleos de colônias, com a vinda de D. João VI, devido ao interesse de promover o aumento demográfico. Vieram alemães e suíços (COSTA, 1977) para os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, os primeiros migrantes estimulados por políticas de governo.

Os europeus (com melhor nível de escolaridade) optaram pelos Estados Unidos, devido a fatores climáticos, e à proximidade geográfica com a Europa, à liberdade religiosa e à relativa semelhança da paisagem americana com a europeia. Esses fatores contribuíram para a migração espontânea para os Estados Unidos. Já para o Brasil houve resistência à migração pelos europeus, pois

[...] o Brasil não oferecia condições atraentes aos emigrantes. País escravocrata, onde a religião católica pela Constituição era declarada religião de Estado, com uma economia subdesenvolvida, tipicamente rural, apoiada na agricultura de tipo tropical, em que prevalecia a propriedade latifundiária, falta de vias de comunicação e meios de transportes, o Império Brasileiro revelava-se ao emigrante um país de escassas possibilidades. Daí todas as dificuldades encontradas quando se pretendeu promover uma colonização sob proteção estatal. (COSTA, 1977, p. 150).

A mão-de-obra dos migrantes europeus que vieram para o Brasil nas últimas décadas do século XIX, a maioria com pouca escolaridade, em grande parte foi direcionada às lavouras de café, por isso o estado de São Paulo, o maior produtor então, foi a região que recebeu mais imigrantes europeus. Os cafeicultores paulistas não permitiram que os imigrantes recebessem terras. Era permitido que cultivassem pequenas porções que pertenciam aos cafeicultores, para sua sobrevivência. Foram explorados sob diversas formas de relação de trabalho como: assalariamento, assalariamento em mercadoria (café), colonato, arrendamento, parceria etc. Exceto as raras situações em que o trabalhador era assalariado, as outras formas não eram tipicamente capitalistas.

Assim, Martins (1996, p. 81 e 82) descreve o colonato:

Era, pois, diretamente no processo produtivo que se travavam relações de trabalho distintas do salariedade, que não podiam ser definidas como relações de produções capitalistas. No processo de trabalho, o vínculo entre o patrão e o colono era um vínculo que não escondia a desigualdade econômica do relacionamento entre ambos. A questão, pois, está em saber como era possível a convivência dessa desigualdade com a sua aceitação pelo colono. Em outras palavras, de que modo o trabalhador legitimava a exploração revelada em que se inseria no processo de trabalho, que forma assumia o processo de valorização?

Os produtores de café, não estavam acostumados com quaisquer outras relações de trabalho que não fosse o trabalho escravo.

As dificuldades que tinham os fazendeiros em compreender a “verdadeira estrutura” e as “finalidades do trabalho livre”, e sua pouca disponibilidade para aceitar padrões de comportamento que o regime de trabalho livre pressupunha, se explicam pela longa tradição escravocrata que elaborara outros padrões de ajustamentos, inadequados agora às novas condições, tudo isso contribuía para o descontentamento das partes e para o fracasso do regime de parceria, levando o descrédito à organização do trabalho livre, nesses moldes. (COSTA, 1977, p. 171).

As dificuldades dos trabalhadores migrantes eram inúmeras: iam da adaptação às condições climáticas da região à certa desilusão com a realidade que encontraram, pois para serem atraídos para o Brasil foram “vendidos” a eles muitos “sonhos”, como o de que todos teriam a sua própria terra. No entanto, a terra tinha um alto custo e os colonos não tinham condições financeiras de comprá-la. Também as relações de trabalho eram diferentes do que eles imaginavam. Sobre parceria, esclarece Costa (1977, p. 166):

[...]. Chegava-se mesmo a dizer que os colonos sujeitos a esse sistema de parceria não passavam de “pobres coitados, miseravelmente espoliados, de perfeitos escravos, nem mais e nem menos” e que encontravam, às vezes, maior dificuldade em se libertar do que os próprios pretos. [...].

A cultura do café exigia um grande número de trabalhadores, desde a formação das mudas à colheita. Não existia, naquele momento, nenhuma máquina para auxiliar a produção, toda ela era feita manualmente. O ciclo de produção do

café era um pouco diferente daquele da cana-de-açúcar, o qual demandava menor quantidade de trabalhadores. Um escravo custava caro e representava um investimento de capital.

O avanço da cultura cafeeira sobre novas áreas dependia fundamentalmente de mão-de-obra, sem o que a terra tinha pouca utilidade. Mas, na crise de transição, trabalho livre também tinha um sentido muito particular para o fazendeiro, que de modo algum se explicitava plena ou principalmente na sua formulação jurídica. O trabalho livre era concretamente o trabalho libertado do tributo ao traficante, da transferência de capital da produção ao comércio, era o trabalho libertado da condição de renda capitalizada; era o trabalho que entrava no processo produtivo completamente desonerado. [...]. (MARTINS, 1996, p. 62).

A renda capitalizada (o capital) estava na compra e na posse do escravo, era representada pelo escravo. Com o trabalho livre, a renda capitalizada é a produção, o resultado do trabalho; transfere-se o capital que era aplicado na compra de escravos, no seu comércio, para produção, para a compra de terras.

[...]. O capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho. O seu valor se contará, pois, pelo número de cafeeiros e por sua produtividade, pela quantidade de arrobas de café que se pode obter de uma árvore em média. Ainda assim, estamos principalmente em face da renda capitalizada e não do capital constante, pois o fazendeiro passou a ter preferência pela abertura de fazendas em terras novas, recém desmatadas, onde a produtividade do cafeeiro era imensamente maior do que em regiões ocupadas há mais tempo. Fazendeiros deslocavam-se para novas regiões em busca de terras mais férteis. O capital que antes era pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros. A principal fonte de lucro do fazendeiro passou a ser a renda diferencial produzida pela maior fertilidade das terras novas. (MARTINS, 1996, p. 33).

Desse modo, persistia a renda capitalizada em forma de propriedade de terras. Por isso, os cafeicultores para obterem maiores lucros, condicionaram a vinda e aceitação do trabalhador migrante à não conquista por ele da propriedade de terra – a *Lei de Terras* de 1850 só permitiria a posse mediante pagamento ao governo imperial.

Nessa nova relação econômica, quanto menores os gastos com a produção, maiores os lucros. Se a terra está só conservando como também

aumentando seu valor, é o que se paga pelo trabalho que vai ter que ser sempre pouco, envolva ou não dinheiro. Outra medida que os cafeicultores trataram logo de tomar foi diminuir as distâncias implantando um novo meio de transporte, a ferrovia articulada pela Inglaterra que além de lucrar com tráfico negreiro lucra novamente com a malha ferroviária. A agricultura também, quando submetida ao capital, modifica as técnicas de produção no campo, embora a produção também dependa de condições sociais de trabalho, e especializa-se segundo as necessidades do mercado, que decide sobre “o que” e “quanto produzir” (LUXEMBURGO, 1985). E, se se paga pelo trabalho de produzir, mesmo que não haja assalariamento em dinheiro, como no arrendamento no colonato, ou na parceria, a apropriação da mais valia ocorre quando a mercadoria for trocada por dinheiro no mercado, o que garante a acumulação do capital e impede a possibilidade de os trabalhadores terem acesso à terra.

Com essas novas relações de produção atenderiam à própria dinâmica do capital naquele momento histórico. Pois, o capitalismo mercantilista, sempre articulado pela Inglaterra, conduziu a economia escravocrata do Brasil no cultivo da cana-de-açúcar e continuou sendo a condutora também no cultivo do café com trabalho livre, ou seja, mais uma vez obteve alto lucro não só ao “induzir” as relações de trabalho, mas também ao estabelecer a Divisão Internacional da produção.

A escravidão foi combatida pela Inglaterra devido ao seu interesse em ampliar seu mercado consumidor no Brasil e no mundo. O Parlamento Inglês aprova a Lei Bill Aberdeen em 1845 proibindo o tráfico de escravos da África e dando poder aos ingleses de abordarem e aprisionarem navios de países que faziam esta prática o Brasil adapta-se criando a *Lei de Terras* de 1850.

Em 1850 o Brasil cedeu às pressões do governo inglês e, de forma lenta, foi colocando fim no trabalho escravo: a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 acaba com o tráfico negreiro, em 28 de setembro de 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre e em 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários que dava liberdade aos escravos com mais de sessenta anos. Finalmente a escravidão foi totalmente proibida no Brasil em treze de Maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, antecedendo em um ano a Proclamação da República.

Porém, mesmo livres grande parte dos ex-escravos continuaram dependendo dos latifundiários. Além de a partir de então, eles terem se tornado

responsáveis pela sua alimentação e a de suas famílias sem possuírem os meios de produção, a terra, a força de trabalho, a mão-de-obra que eles tinham para vender estava sofrendo a concorrência do trabalho dos imigrantes europeus no Brasil. (COSTA, 1977).

A fase da República que vai de 1889 a 1930, conhecida como República Velha é um período marcado pelo domínio político das elites agrárias paulistas, mineiras e cariocas. Com a instituição da República, o Brasil se firma como um país exportador de café. Apesar de a indústria ter iniciado um certo desenvolvimento já no final do Império, as medidas do governo que se seguiram só priorizavam os interesses das oligarquias agrárias produtoras de café e leite, mineiras e paulistas que se revezam no poder, sistema que ficou conhecido como “política do café com leite”.

A “política do café-com-leite” por privilegiar e favorecer a agropecuária da Região Sudeste, acabou abandonando, de certa forma, outras regiões do país. As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte tiveram pouca atenção dos governantes e seus problemas políticos econômicos e sociais agravaram-se.

Desde a criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831 no Segundo Império havia-se criado no Brasil o coronelismo, um sistema de influências e privilégios políticos comum durante os anos iniciais da República, principalmente nas regiões do interior do país.

O coronelismo foi uma manifestação do poder privado, dos grandes proprietários de terra, mas coexistia com um regime político que se dizia representativo. A estrutura agrária é que fornecia as bases de sustentação do poder privado no interior do Brasil, um país essencialmente agrícola.

A força dos coronéis vinha dos serviços que prestavam aos governos locais e estaduais, na administração, na segurança e até na aplicação da justiça. Com seus privilégios e influências mantinham pessoas em cargos e faziam seus sucessores nas eleições e controlando e manipulando os votos – coisa fácil de se fazer porque o voto era aberto e censitário – o que tornava fictícia a representação popular.

Esse poder era proporcional à quantidade de terras que o coronel possuísse, quanto mais terra tivesse maior era o número de pessoas que poderia controlar.

Esse tipo de voto ficou conhecido como “voto de cabresto”, o coronel obrigava e usava até mesmo a violência para que os eleitores votassem nos

candidatos apoiados por ele. Outros recursos, como compra de votos, votos fantasmas, troca de favores, fraudes eleitorais etc, eram freqüentes.

Era comum na disputa pelo poder as lutas sangrentas entre bandos de jagunços de coronéis adversários; o coronel mais poderoso e violento acabava por se impor na região em disputa.

Com a crise econômica mundial iniciada em 1929 (quebra da bolsa de valores New York e Londres) repercutiu no Brasil, promovendo uma grande redução na exportação de café e as dificuldades de ordem financeira reforçaram o descontentamento com as velhas oligarquias.

O país já contava com um número significativo de população urbana, e das grandes e médias cidades e das regiões fora do eixo São Paulo/Minas Gerais, veio o principal apoio para o fim da República Velha. A Revolução de 1930 põe fim à República Velha.

Em 30, Getúlio Vargas assume o governo brasileiro e implanta um regime de exceção, desde o início voltado para a criação de um Estado forte e normatizador, disposto a encerrar os arranjos e jogos de influência das oligarquias, assim como submeter de vez o poder dos coronéis. O apoio ao crescimento industrial e de mercado do Brasil foi se sucedendo. Cada vez ficava mais claro que a hegemonia política brasileira estava passando para as mãos da emergente burguesia, distanciando-se das tradicionais oligarquias. (MATTA, 2008, p.1)

O governo Vargas priorizaria a burguesia emergente e promoveria mudanças no cenário político nacional inovando o setor industrial, principalmente o da indústria pesada; o setor agrário continuou atendendo aos interesses do mercado externo e a estrutura fundiária não sofreu modificações.

1.2 Os Séculos XX e XXI: as Políticas Fundiárias

O século XX herdou a estrutura agrária do Brasil Colônia. Iniciaram-se as primeiras duas décadas com dificuldades devido à perda do mercado europeu, em função da Primeira Guerra Mundial, que também levou a interrupção da migração

dos europeus camponeses pobres. Segundo Stedile (2005) entre 1875 e 1914, entraram no Brasil mais de 1,6 milhões de camponeses.

A Região Sul do país, devido à disponibilidade de terras e aos fatores climáticos, recebeu um número significativo desses migrantes os quais obtiveram glebas de terra (financiada pelo governo vigente) com tamanho entre 25 e 50 hectares. São Paulo e Rio de Janeiro também absorveram a mão-de-obra migrante; porém nesses lugares os migrantes não tiveram o direito de acesso à terra e os salários eram pagos no regime denominado de colonato. A mão-de-obra dos imigrantes europeus, nesses lugares, substitui o trabalho escravo.

A crise seguirá até 1930 e a migração de camponeses europeus é interrompida na I Guerra Mundial (1914), quando também é interrompido o uso de navios para transporte dos migrantes. Nesse período de crise, nasceu, então, no campo brasileiro, o campesinato. (STEDILE, 2005, p. 26).

Excluídos da política capitalista industrial no final do século XIX na Europa, os migrantes europeus camponeses pobres que vêm para o Brasil fazem surgir o campesinato, segundo Stedile (2005). O outro segmento do campesinato brasileiro origina-se das

[...] populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (STEDILE, 2005, p. 27).

O camponês teve que enfrentar muitos desafios como condições de trabalho mais precárias, e a luta pela posse da terra, muitas vezes disputa com capital que se estabelece para se reproduzir e aumentar sua acumulação de lucros principalmente produzindo produtos exportáveis, mas são eles, os camponeses que, produzem grande parte dos alimentos que abastecem rotineiramente a mesa da população brasileira. Um exemplo da luta de resistência camponesa, para ter e permanecer na terra, é o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água no município de Morrinhos-GO.

O campensinato, naquele momento histórico, final do século XIX e início de XX, enquanto classe social se constitui, contraditoriamente, com a expansão do sistema capitalista e, também, como estratégia para aumentar a população do país. Não tendo podido ficar na faixa litorânea, são empurrados para o interior e daí também vão sendo expulsos à medida que o capital chega. Martins (1986) descreve essa situação de luta entre classes sociais antagônicas.

[...]. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. [...] (MARTINS, 1986, p.16).

Os camponeses são submetidos às mais variadas formas de exclusão da sociedade sendo uma estratégia para desqualificá-los enquanto sujeitos sociais que são e, por isso, continuam resistindo. Sobre um dos tipos de exclusão – a exclusão social e ideológica – afirma Martins (1986, p. 25-26):

Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais, exceção feita a este ou àquele que por razões profissionais se vê obrigado a saber de certas coisas. [...] (MARTINS, 1986, p. 25-26).

A exclusão ideológica leva ao desconhecimento da situação dos camponeses e a sociedade, não consegue compreender os movimentos sociais

camponeses que lutam pela terra. São muitas vezes julgados “como pessoas desordeiras, por querer o que não é seu”. Portanto, tanto a luta dos camponeses como a rejeição da sociedade a essa luta é uma herança histórica, construída pelo sistema capitalista.

Assim, o agravamento das crises econômicas nas primeiras décadas do século XX leva esses sujeitos a lutar contra os coronéis, o jaguncismo, e o latifúndio em todo o território nacional, através de vários movimentos.

1.3 Movimentos Messiânicos Marcam a Luta pela Terra

Os movimentos sociais religiosos pelo mundo à fora são marcados também por outros fatores, além da religião. O que cada um representará na história de seu lugar e a sua interpretação dependem desses fatores, como época, lugar, participantes etc. No Brasil, segundo Vasconcelos (1991, p. 47),

Uma das características dos movimentos sociais religiosos brasileiros é terem se iniciado no meio rural. Duas variáveis podem ter influído de maneira significativa para que isto acontecesse. De um lado, o problema do uso e posse da terra como apresentam Facó (1965) e Queiroz (1966), de outro o desenvolvimento de uma religiosidade popular criada para responder às necessidades daqueles que a praticavam, longe dos cuidados de uma Igreja que procurava manter seus fiéis sob uma orientação dogmática rígida. [...].

Assim, o que levou ao surgimento de movimentos sociais religiosos de cunho messiânico nos espaços rurais, além da autoridade de seus líderes, foi a luta contra a pobreza e contra a dominação dos grandes fazendeiros. Tais grupos buscavam se livrar dessas “algemas” através da religiosidade, um apoio para essas pessoas manifestarem seu descontentamento que sempre é de cunho político.

No final do século XIX e início das primeiras décadas do século XX, os movimentos de maior expressão, no Brasil, que lutaram contra a política agrária vigente naquele momento foram Canudos e Contestado, frutos do messianismo. Segundo Queiroz (1981, p. 250),

O conceito de messianismo tem sido usado entre nós numa acepção muito lata e por vezes bastante imprecisa. Compreende todo e qualquer conjunto de crenças religiosas, idéias e atividades, através dos quais uma coletividade dada (quer se trate de uma classe, um só povo ou um conjunto de grupos e segmentos sociais que co-participam de uma sociedade) expresse a sua recusa diante de intoleráveis condições de existência, manifestando a esperança de que um herói sobrenatural abrirá as portas de uma vida livre de misérias e injustiças. Neste sentido é que se costuma falar de um messianismo judaico, de um messianismo cristão, ou de um messianismo tupi-guarani, etc. Trata-se neste caso de tradições messiânicas, as quais – como quaisquer outros fenômenos puramente ideológicos – sofrem através dos tempos mudanças bruscas ou gradativas e podem, sob determinadas circunstâncias, perder até mesmo o seu vivo conteúdo e sobreviver apenas como “fosseis do espírito”. Embora seja muito importante o estudo das tradições para a compreensão dos movimentos messiânicos, uma ordem de fenômenos não se confunde com a outra, e por vezes podemos surpreender surtos messiânicos que inauguram uma tradição messiânica ao invés de inspirar-se na herança social preexistente. De qualquer modo, trata-se de uma regra geral que as eclosões messiânicas modificam sempre, e às vezes radicalmente, a anterior tradição.

Movimentos messiânicos aconteceram em várias regiões do país. Os traços em comuns a esses movimentos messiânicos eram a crença nesses líderes religiosos como libertadores. Seus seguidores se sentiam seguros de que seriam justificados e supridos da falta de emprego, da falta da terra para cultivarem seus alimentos para sobreviverem, da falta de um líder espiritual indicado pela Igreja e da falta do Estado cujas ações eram tão necessárias para a sobrevivência desses grupos. Essas “tantas faltas”, ocorriam, em parte, devido ao não cumprimento das obrigações que as “tradições” diziam que a Igreja, o Estado e o latifúndio, tinham para com a população pobre. Essas mesmas instituições reprimiram severamente esses movimentos.

Os movimentos sociais messiânicos de Canudos e do Contestado foram os de maior relevância no país. Esses movimentos fazem várias ações de territorialidade, como a produção agrícola coletiva, a construção dos locais sagrados como templos e cemitérios, conquistas de terras pela luta, a formação de vilarejos etc.

O movimento de Canudos ocorreu na região Nordeste, final do século XIX, no sertão da Bahia. A sua evolução para conflito armado mostra o quanto os poderosos, do lugar e de fora, se sentiram incomodados.

A guerra de Canudos, travada no final do século XIX, apesar de seu caráter messiânico, traz na sua origem o problema da exclusão de uma parcela considerável da população brasileira em relação aos meios básicos de sobrevivência e ao acesso à terra, como forma de assegurar condições mais dignas de vida. (MAIA, 1999, p. 33).

No Nordeste, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre se dá de forma diferente da que ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste, que, para isso, empregou a mão-de-obra importada, da população excedente da Europa. Com a decadência da economia canavieira no século XIX, o excedente de mão-de-obra escravizada da Região Nordeste é removido para o Sudeste para trabalhar nas lavouras de café. Os poucos trabalhadores livres e ex-escravos alforriados, ficaram nas fazendas e, para sobreviver, passam a oferecer mão-de-obra gratuita ou com baixa remuneração (MAIA, 1999).

No início da República, na região Nordeste, houve muitas e grandes disputas pela posse da terra, entre diversas famílias. Esses conflitos envolviam desde o proprietário de terras e sua parentela até a população de agregados, os quais eram “dependentes” do favor dos coronéis (MAIA, 1999).

A pecuária que passara a predominar como atividade econômica naquela região não exigia a delimitação correta da terra. O rebanho transitava livremente pelo sertão, representava a riqueza de seu proprietário, que era estimada pela quantidade de animais e não pelo tamanho de sua propriedade rural (MAIA, 1999).

Quanto às terras devolutas passam a ser controladas pelo Estado, levando à especulação, à necessidade de regulamentação dos limites entre as fazendas e à legalização, o que gerou grandes conflitos entre grandes fazendeiros e pequenos proprietários e mesmo trabalhadores rurais sem posse de terra. É nesse contexto que surge Antônio Conselheiro e que nasce a cidade de Belo Monte, conhecida como Canudos, que arrastam uma multidão de pobres do sertão nordestino. Conforme Maia (1999, p. 39),

[...] Antônio Vicente Mendes Maciel representava o grito da terra oprimida, o questionamento do regime de propriedade e, sobretudo, do processo de expropriação e exploração das camadas da população (ex-escravos, agregados, parceiros, camaradas, etc.) que gradualmente iam se libertando da tutela oligárquica do senhorialismo rural nordestino. Pré-política – para usar a classificação de Hobsbawn – , essa população não tinha como ser *monarquista* ou *republicana* de fato.

Segundo Maia (1999), em 1890, o Arraial de Canudos tinha 50 casas, em 1893, 250 casas e em 1896 havia em Canudos mais de 5.200 casas, ou seja, Belo Monte passou a ter uma população em torno de 21 a 26 mil habitantes. As relações sociais de trabalho estabelecidas eram as da tradição sertaneja: a cooperação, os “mutirões”, que eram praticados para se construir casas, cemitério, capela e açudes. Recebiam-se esmolas que eram suficientes para manter o gado e demais necessidades alimentares. Constituiu-se, assim, uma sociedade comunista primitiva. A distribuição de terra era gratuita, pois ela era patrimônio de Santo Antônio.

Canudos tornou-se um problema, tanto a para Igreja como para o Estado, pois foram instituídos no seu território poderes paralelos. Para Maia (1999, p. 70),

Assim, Canudos apresenta-se como duplo problema que precisa ser resolvido: torna-se uma Igreja dentro da Igreja e um Estado dentro de um Estado. É ao mesmo tempo uma cisma e uma secessão. Faz-se imperativo, então, o restabelecimento das duas ordens: a ordem religiosa e a ordem política. Por isso João Evangelista prega que “o desagravo à religião, o bem social e dignidade de poder civil pedem uma providência que restabeleça no povo dos Canudos o prestígio da lei, as garantias do culto católico e os nossos foros de povo civilizado”.

O poder militar do Estado brasileiro republicano vai combater esse duplo mal, mas com muita dificuldade. São necessárias algumas expedições para aniquilar Canudos e seu povo camponês.

A Guerra de Canudos é o retrato da luta e da resistência do sertanejo. Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões* perpetua esse acontecimento histórico.

Essa resistência não fica restrita só a Canudos. Na Região Sul do Brasil ocorre o movimento messiânico de Contestado.

Outro movimento messiânico relevante foi de Contestado, iniciou-se em 1912, no interior de Santa Catarina e do Paraná, numa área que, segundo Queiróz (1981, p. 13), “estava em disputa pelos Estados de Santa Catarina e Paraná” e fazia parte de uma das regiões menos desenvolvidas economicamente, localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai. Tinha como objetivo lutar contra a expulsão dos camponeses de suas terras, e pelo capital estadunidense. Conforme Oliveira (1993, p. 21),

A Revolta do Contestado, no início do século XX, envolveu 20 mil rebeldes e a causa dessa luta foi a utilização das terras desses revoltosos na construção da estrada-de-ferro nos Estados de Santa Catarina e Paraná. A construtora dessa obra era estadunidense e contava com o apoio dos coronéis e de grandes latifundiários. Em função dessa construção, desapropriaram centenas de famílias de suas terras. Os camponeses, ao serem expulsos da terra pela construção da estrada, entram em confronto com os construtores da estrada-de-ferro, contando com o apoio dos desempregados da referida empresa que se unem aos camponeses e juntos lutam pelo mesmo ideal que é o acesso à terra.

Outro fator que contribuiu para o desencadeamento da guerra foi a compra de uma grande área na região por esta mesma empresa, do grupo Farquhar, Brasil Railway Company, para a extração de madeira para exportação, o que também levou muitas pessoas a perderem suas terras.

O caráter messiânico da Guerra do Contestado deve-se ao fato de que seu líder, João Maria, em suas pregações afirmava a criação de um mundo novo, regido por Deus, em que todos teriam paz, seriam abençoados com muita prosperidade e justiça e com terras para trabalhar. Esse discurso de João Maria ia ao encontro da insatisfação daqueles camponeses que clamavam por justiça e por terras e assim, ele conseguiu reunir milhares de seguidores, principalmente camponeses sem terras.

Segundo Queiróz (1981) toda a literatura produzida em livros e de cunho jornalístico e depoimentos orais relatam a crença dos fiéis de que João Maria era um monge enviado por Deus. Mas segundo o mesmo autor,

João Maria era apenas grande mago ou curador. Preenchia perfeitamente funções de sacerdote: dirigia rezas coletivas e cânticos religiosos. Muitos sertanejos deixavam os filhos anos a fio sem batismo, à espera que um dia aparecesse o monge. Ele não só batizava; também casava e dava bons conselhos. Benzia as roças e o gado. (QUEIRÓZ, 1981, p. 50).

João Maria, perante os camponeses daquela região, tinha o mesmo valor dos padres ordenados oficialmente pela Igreja Católica. Os casamentos, os batismos e as rezas que João Maria celebrava não eram questionados pelos camponeses que aceitavam-no como autoridade religiosa.

João Maria como “autoridade religiosa”, curava com poder mágico, místico, e não com conhecimento racional. Preenchia, como em inúmeros outros

casos, um vazio, espiritual e psicológico, e um vazio social.

[...]. Pedindo remédio, moradores das vizinhanças cercavam-lhe o pouso. A sua medicina era, porém, essencialmente mágica. Não era indispensável que examinasse e visse o doente; bastava que algum parente o procurasse, rezasse com ele e levasse a mezinha. Receitava, como panaceia, um chá de vassourinha do campo, também chamada vassourinha do monge. Em todos os casos que examinamos, achavam as pessoas que a virtude não estava tanto na planta, que poderia ser colhida e usada a qualquer momento, como no ato pelo qual o monge a receitava. Isso é que a tornava milagrosa. [...] a vassourinha servia não apenas como chá e como remédio, porém se lhe atribuía, quando indicada pelo monge, uma força mágica muito mais geral. [...]. (QUEIRÓZ, 1981, p. 49-50).

Contestado foi sinônimo de anseio por direito à terra, ao bem-estar e à segurança. Os governos federal e estadual e os coronéis ao perceberem a liderança de João Maria e sua capacidade de agregar um número significativo de camponeses como seus seguidores passam a acusá-lo de inimigo da República. Forças coercitivas do Estado, policiais e soldados do exército, são acionadas e chegam ao local para desarticular o movimento.

O término desse movimento aconteceu em 1915, com a prisão de Aleodato, um dos últimos chefes da Revolta de Contestado, que foi condenado a trinta anos de prisão.

A Luta do Contestado sinaliza mais uma vez que as questões financeiras, o interesse das grandes empresas e dos grandes proprietários de terras ficavam, no início do Brasil República, como ainda ficam hoje, sempre acima dos problemas da população pobre. E como em tantas outras, não houve interesse em solucionar esse conflito com negociações.

Outro movimento de cunho messiânico foi de Santa Dica em Goiás. Ela nasceu na fazenda Lagoa Santa, Distrito de Lagolândia, no município de Pirenópolis (GO), em 1923 ou 1924, (VASCONCELLOS). Dica era descendente de camponeses e começou a fazer milagres após ser ressuscitada. Fazia curas, dava conselhos e conquistou um grande número de simpatizantes.

Dica passou a realizar funções que caberiam somente à Igreja e ao Estado: realizava casamentos e batizados e aboliu o casamento civil que fora introduzido no país com o advento da República. O casamento civil não tinha plena aceitação dos sertanejos.

Santa Dica com a autoridade e o respeito que tinha na sociedade local, composta na maioria por camponeses, cria um reduto para seus adeptos em uma fazenda improdutiva.

São os novos habitantes do reduto, em sua maioria, homens ligados ao trabalho da terra, na qual exerciam seu trabalho como meeiros, parceiros, arrendatários ou camaradas. As terras da fazenda Mozondó, embora sejam em grande parte coberta de matas, constituem propriedade privada daqueles que as tiveram por herança ou as adquiriram por compra. Entretanto, até a formação do reduto, não havia sido feita medição e divisão definitiva por seus proprietários (Processo – Março 05 – 1927). (VASCONCELLOS, 1991, p. 90).

Santa Dica dizia que a terra e o trabalho eram dom de Deus e, por isso, ela mesma dava a posse coletiva da terra aos que precisavam dela para sobreviver. E, aos sábados e domingos, ela proibia o trabalho de todos os seus adeptos, pois eram dias de santificação. O fruto do trabalho era repartido entre todos que tinham necessidade.

Santa Dica tinha total controle sobre as mais de quinhentas pessoas que a seguiam fielmente. Era tida por fiéis como enviada por Deus, e lhes ensinava que a terra não podia ser vendida, mas sim, doada àqueles que dela necessitavam para viver. Ao contrário, do que pensavam e viviam os produtores da sociedade local, quanto à propriedade de terra. A terra na visão da Santa era de Deus e todos os homens são seus filhos, portanto, tem direito a ela. Esse seu comportamento gerou a hostilidade da classe dominante.

Politicamente Santa Dica passou a ser uma ameaça para a liderança tradicional do município de Pirenópolis (GO), e o Estado passa a considerar o reduto da Santa um movimento de risco para a ordem e a tranquilidade públicas. As instituições reprodutoras do sistema, como a justiça e a Igreja, foram requisitadas pelos grupos dominantes para que reprimissem aquele movimento inimigo. Denunciante não faltaram para solicitar ao Estado sua pronta intervenção naquele local, onde se reuniam os fiéis de Dica, semelhante repetição da história dos Canudos. (VASCONCELLOS, 1991).

Quando a Coluna Prestes estava adentrando Goiás, Santa Dica e seus seguidores aliam-se ao poder do Estado para lutarem contra as possíveis invasões.

Santa Dica contrariaria novamente o “poder estadual”. Em suas comunicações com os anjos, eles a proíbem de pagar impostos aos cofres públicos. Isso reforça as denúncias dos coronéis junto à justiça, que aciona as forças repressivas contra seu povoado.

Por outra ótica, entretanto, viram os voluntários e Dica o empréstimo de sua colaboração aos dominantes. Sua presença na capital do estado fora motivo de demonstração de forças do Senador Caiado perante seus inimigos, uma vez que não se travou qualquer combate com os *revoltosos*. Assistiram também à humilhação e às ameaças sofridas por aquela que os liderava, de quem, sendo chamada à Chefia de Polícia, foi exigido o afastamento de suas práticas religiosas. (VASCONCELLOS, 1991, p. 100).

No movimento de Santa Dica, como em outros movimentos messiânicos no país, a intervenção e a represália do Estado são trágicas.

A resolução de intervir naquele movimento se fez a partir da posse do novo presidente do estado – Dr. Brasil Caiado. Até aquela época nada houve que obstacularizasse as práticas que ali se davam, apesar de ser do conhecimento do governo estadual o que ali se passava.

Urbano Berquó, advogado militante ainda hoje na cidade de Goiás, se refere ao governo Brasil Caiado como aquele que começa com a mortandade dos adeptos de *Santa Dica* e termina com a tragédia da Serra do Cafezal. (VASCONCELLOS, 1991, p. 116).

Os movimentos sociais messiânicos sempre são destruídos pelo poder do Estado, porque criam territórios que entram em conflito com o poder instituído, que usa a força da polícia para dar término à luta dos pobres adeptos desses líderes religiosos, que geralmente terminam sendo assassinados. O território de Santa Dica foi invadido por policiais, muitos de seus seguidores foram assassinados e Santa Dica foi presa. Após sua liberdade, foi rotulada de “bandida” pelos fazendeiros, mas permaneceu como líder até em 1970, quando faleceu.

Nesses movimentos sociais de cunho religioso, os sujeitos camponeses manifestam através da “fé” a necessidade de uma mudança ou a busca de nova ordem, política, econômica e social. Encontram na religião uma forma de manifestar suas aspirações, de um mundo mais justo e igualitário.

Outro movimento que marcou a luta pela terra nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, foi o Cangaço no Nordeste do país.

O Cangaço, no Brasil, foi também uma forma de manifestação social da luta dos sertanejos, obrigados a conviver com a pobreza e com a falta de esperança. O maior líder e mais forte símbolo do Cangaço foi Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Era também conhecido como aquele que formou seu grupo para protestar contra a política vigente praticando invasões em sítios, fazendas e até nas cidades. O produto do “confisco” era destinado a manter o grupo e o restante era dividido com as famílias pobres do lugar. Com esta prática Lampião conquistava a simpatia e o apoio das comunidades e angariava mais aliados.

Lampião nasceu no Sítio Passagem das Pedras, em Serra Talhada (PE) e tinha sete irmãos. Após o assassinato do pai, ele e mais dois irmãos resolvem entrar no bando do cangaceiro Sinhô Pereira, o qual foi perseguido pela polícia. Pereira decidiu sair do Nordeste e deixar o jovem Virgulino Ferreira, com 24 anos, no comando do grupo. Lampião atuou no cangaço por dezoito anos.

Sua principal luta foi contra a pobreza e a injustiça que eram praticadas pelos coronéis nordestinos que oprimiam a população sertaneja, negando-lhe seus direitos. As formas de luta do bando de Lampião iam desde o confisco de alimentos básicos das famílias latifundiárias até o incêndio às propriedades e raptos.

Os trabalhadores rurais eram expulsos de suas terras pelos coronéis ou das terras dos coronéis onde trabalhavam e, se reivindicassem seus direitos, eram punidos cruelmente pelos coronéis. Para corrigir essas injustiças, o grupo de Lampião praticava saques e ataques sangrentos nas propriedades dos coronéis. Havia perda de vidas dos dois lados. O movimento do Cangaço foi a maior represália ao coronelismo no nordeste brasileiro. (ARAÚJO, 1984).

Vários fatores desencadearam as lutas dos cangaceiros, como a falta de terra para trabalhar, a extrema pobreza, a falta de investimentos públicos e atuação dos coronéis como representantes do Estado e aplicadores da lei.

Como os demais movimentos sociais que o antecederam, o cangaço foi combatido com fortes perseguições. O governo conseguiu por fim ao Cangaço no Nordeste brasileiro, matando seus principais líderes e expondo suas cabeças ao público. Após algumas décadas da extinção do Cangaço surgiram As Ligas Camponesas com o mesmo espírito de luta e resistência ao modelo agrário de monoculturas e oligarquias exploradores, tinham como meta a reivindicação de terra

para os trabalhadores rurais.

1.4 As Ligas Camponesas

A redemocratização do Brasil no Pós-Segunda Guerra e a situação econômica e social levam à eclosão de movimentos sociais tanto urbanos quanto rurais. O governo reage e, “em janeiro de 1953, Vargas sancionou a lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, prevendo a punição dos que convocassem comícios ou reuniões a céu aberto, sem a autorização da polícia”. (RODRIGUES, 1992, p. 50).

A lei criada por Vargas para coibir as manifestações dos trabalhadores foi inócua. Mais de 500 mil pessoas participaram do movimento “Panela Vazia”, em dois de abril de 1953; 300 mil trabalhadores fizeram greve em São Paulo, em março de 1953, pela criação da Delegacia Regional do Trabalho. Os trabalhadores urbanos naquele momento histórico se encontravam organizados principalmente nos centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Semelhantemente à classe trabalhadora urbana, os trabalhadores rurais se organizam e lutam contra o modelo agrário vigente que privilegia o latifundiário em detrimento do pequeno dono de terra, dos posseiros e dos trabalhadores rurais.

Foi com as Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60, que a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes, como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, no Nordeste Brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA, 1993, p. 25-26).

O movimento das Ligas Camponesas inicia-se na Zona da Mata Nordestina, espalha por várias regiões do país e passou a contar com a relevante contribuição de Francisco Julião, que além de dar respaldo jurídico necessário ao movimento das Ligas Camponesas naquele momento histórico o mesmo funda a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) em 1954, no engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco.

(NUNES, 2006).

Através do movimento das Ligas Camponesas, pela primeira vez, a luta no campo se estendeu por todo o país. Nelas estavam os grupos de pessoas que tinham um mesmo objetivo: luta pela terra. Martins (1986) assegura que as Ligas Camponesas foram um dos movimentos mais importantes da história contemporânea do campesinato brasileiro.

As Ligas Camponesas contaram com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), possibilitando a criação, em 1954, em São Paulo, da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, com a finalidade de coordenar as associações camponesas. O Partido Comunista, para ampliar suas bases políticas, coordena essa aliança operária camponesa como oposição ao latifúndio e ao imperialismo. (NUNES, 2006).

As Ligas Camponesas entram em crise nos anos 1960 e 1961, ao passarem a defender uma reforma agrária radical, de fato, uma revolução no campo, nos moldes da Revolução Cubana, enquanto o PCB propunha uma convivência mais pacífica. Também o trabalhador rural assalariado que havia sido ignorado pelas Ligas Camponesas passa a ser um dos seus pontos fracos. Alguns grupos da ULTAB passam a defender a Sindicalização de seus trabalhadores e são apoiados pela Igreja. Assim, instala-se a crise nas Ligas.

Em 1961, acontece a ruptura definitiva entre o PCB e a Liga, esse “racha” trouxe um maior isolamento político para a esquerda. Entre 1962 e 1964, as lutas no campo estiveram voltadas para as questões salariais, mas a reforma agrária continuava a ser a grande bandeira de luta. O redimensionamento das Ligas Camponesas acontece em 1963, dentro da proposta populista de Miguel Arraes e na campanha de sindicalização proposta por João Goulart, com objetivo de controlar a luta no campo. Diante dessa realidade, as Ligas Camponesas não mantêm mais a hegemonia do movimento social agrário.

Entre 1963 e 1964, as lutas promovidas pela Liga voltam a acontecer com intensidade. Os trabalhadores sofrem perseguições e respondem a elas com dois movimentos de greve geral. Em março acontece o Golpe Militar e os principais líderes das Ligas camponesas são presos (NUNES, 2006). É o fim das Ligas Camponesas, porém não o da luta no campo, outros movimentos surgirão com a redemocratização (NUNES, 2006).

1.5 Movimento de Educação de Base

Outro importante movimento na luta pela terra foi o Movimento de Educação de Base - MEB, que aglutinou lideranças em todo país é de certa forma, instrumentalizou os trabalhadores para se organizarem e reivindicarem o acesso à terra e seus direitos trabalhistas.

O MEB foi reacionário em sua origem, pois apesar de ter sido importante na alfabetização da população rural e na implantação de novos costumes como saneamento básico, também visava implantar ideologias que facilitassem uma nova ação do Estado e da Igreja para a modernização da agricultura - que viria a se concretizar a favor do capital - e a construção e novas lideranças que desarticulassem as frentes pioneiras que defendiam “ideologias estranhas”, como a educação e a cultura popular, além de combater o crescimento das religiões evangélicas e de candomblé (FÁVERO, 2004).

Criado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1961, o MEB desenvolvia seu programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados considerados subdesenvolvidos do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste do país, que eram de fácil acesso para os residentes da zona rural. Sua criação foi apoiada pelo governo federal e por governos estaduais, através de financiamentos e de funcionários, além da concessão de canais de radiodifusão, pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, órgão responsável pela área na época (FÁVERO, 2004).

O programa teria duração de cinco anos e contaria com 15 mil escolas radiofônicas, que desenvolviam conteúdos de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, e promoção social. A RENECA - Representação Nacional das Emissoras Católicas ficou à disposição do governo federal, comprometendo-se a aplicar adequadamente os recursos recebidos do poder público e a mobilizar voluntários para atuar nas escolas como monitores e como líderes nas comunidades.

As escolas radiofônicas funcionavam em escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões construídos para esse fim e nas casas dos monitores. Entre outras características as escolas do MEB tinham professores leigos e instalações pobres.

[...]. O MEB forneceria quadro, giz, rádio-cativo (a pilhas e sintonizado apenas na estação que transmitia as aulas e os programas educativos) e lampião de querosene, cartilhas e livros de leitura. As transmissões eram feitas no começo da noite e as escolas funcionavam em horário adequado à população rural. [...] (FÁVERO, 2004, p. 4).

As aulas radiofônicas, mesmo diante da escassez tanto de professores qualificados como de recursos didáticos e materiais apropriados, não só ensinaram jovens e adultos a lerem e escreverem, como também implantaram campanhas de uso de filtro de água, de fossa séptica, de vacinação, de registro civil etc, incentivaram outros trabalhos como organização de clubes, grupos de representação ou organização de classe.

A educação tradicional do MEB era justificada pela Igreja Católica como exigência de sua ação evangelizadora junto às massas, junto aos pobres injustiçados, através de um novo meio de catequese - o rádio das massas populares residentes nos campos.

As práticas de educação e cultura popular que vinham crescendo no país e que o MEB pretendia combater eram: o MCP (Movimento de Cultura Popular) que atou com a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, o CPC (Centro Popular de Cultura), criado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), a CEPLAR (Campanha de Educação Popular da Paraíba) e o Sistema Paulo Freire, que junto com o MCP e PNA (Programa Nacional Alfabetização) tinham como objetivo alfabetizar mais de cinco milhões de pessoas. O MEB promoveu o Primeiro Encontro Nacional em 1963, no qual reformulou sua metodologia aderindo ao Sistema Paulo Freire, utilizando-a em todo o país em 1963 e 1964. Em seu Segundo Encontro Nacional, em janeiro de 1964 tratou-se da necessidade de conscientização e de treinamentos sobre a cultura popular e o sindicalismo dos trabalhadores rural.

Com o Golpe Militar, foram impedidos de continuarem seus trabalhos: MPC, CPC, UNE, CEPLAR e PNA, seus professores e líderes foram ameaçados de cassação e muitos foram reorientados para outras áreas de trabalho. O MEB sofreu o mesmo tipo de repressão e posteriormente, se transformou em mera linha auxiliar do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

1.6 O Governo Militar e o Estatuto da Terra

A Ditadura Militar se instalou no Brasil em 1964, remodelou as instituições políticas e a economia do país. Na política, centralizou o poder a partir do fortalecimento do Poder Executivo Federal, que exerceu amplo controle sobre os Poderes Legislativo e Judiciário, e do estabelecimento de eleições indiretas para os cargos de governador de estado e de presidente da república.

Na área econômica o governo incentivou os investimentos estrangeiros nos países, estimulou as exportações e a ampliação do crédito ao consumidor. Quanto à política agrária impulsionou o crescimento do latifúndio e a criação do Estatuto da Terra foi uma estratégia para amenizar os conflitos agrários que estavam instalados em todo o território nacional.

O Estatuto da Terra (Lei 4.504), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República (Castelo Branco), em 30/11/1964, direcionava a implantação de projetos de colonização em áreas de fronteiras agrícolas que seriam coordenados pelo INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola e promovia uma reforma agrária a cargo do IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. A partir de 1970, o governo cria o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que agrupou o INDA e o IBRA. Nesse momento articulou-se também o PROTERRA (Programa da Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste), cujo objetivo era aumentar a população dessas áreas e levar a luta pela terra para locais geográficos mais distantes dos grandes centros urbanos do país (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Para resolver os problemas agrários da concentração da terra e da substituição da mão-de-obra do trabalhador rural pela mecanização da agricultura o governo implementa políticas de desenvolvimento e povoamento, com projetos de colonização que se estendem por todo o território nacional, porém com maior expressividade na Amazônia. Juntamente com a colonização dessa área houve a construção de grandes vias, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

A colonização, estrategicamente induziu a migração, principalmente, para áreas em que havia menos conflitos pela posse da terra. A colonização, também, proporcionou a expansão das atividades de grandes complexos empresariais, foi

uma solução “instantânea” para a “reforma agrária” em todos os estados do país, e promoveu a integração de áreas consideradas “mais atrasadas” e despovoadas (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

A política de colonização dirigida durou de 1970 a 1980 e foram assentadas, segundo Bergamasco e Norder, (1996, p. 21), “[...] 160.000 famílias em projetos oficiais que foram mais de 260 projetos de colonização”.

Ainda segundo os mesmos autores,

A particularidade desses assentamentos refere-se à sua colonização em áreas até então não ocupados ou, em certos casos, ocupados por populações indígenas e posseiros desbravadores. Houve, enfim, uma clara tentativa de deslocar a luta pela terra para locais mais afastados e desabitados do país, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, o que, mesmo assim, não evitou a concentração fundiária nem os conflitos pela posse da terra. (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 21).

Essa posição de Bergamasco e Norder (1996) corrobora a de Ianni (1986), para quem o resultado dessas políticas governamentais é uma corrida pela terra, provocada pela captura do Estado pelo capital monopolista.

Essa aliança da empresa privada com o poder estatal - ou melhor, essa captura do Estado pelo capital monopolista - propicia uma ampla e intensa corrida à terra. Pouco a pouco, ou de modo repentino, conforme a área, as terras devolutas, tribais ou ocupadas passam a ser griladas ou compradas pelos negociantes de terras, latifundiários, fazendeiros ou empresários. A Amazônia é transformada numa “fronteira” de desenvolvimento extensivo do capitalismo. Isto é, a economia da região é impulsionada e “modernizada”, de modo a articular-se dinamicamente com o capitalismo monopolista que capturou o poder estatal e desenvolve intensa acumulação no Centro-Sul e no exterior. Esse é o contexto em que se dá uma nova fase no desenvolvimento da questão agrária na Amazônia. Por um lado, o poder estatal é levado a favorecer e proteger, econômica e politicamente, a grilagem, o latifundismo e a formação da grande empresa agropecuária, de extrativismo agroindustrial ou industrial. É nesse sentido que se colocam as atuações da SUDAM, BASA, INCRA e FUNAI, entre outros órgãos do poder público federal, estadual, territorial e municipal. Por outro lado, o mesmo poder público é levado a desenvolver, ou apoiar, projetos de colonização dirigida, oficial e particular, que implicam na prática em uma contra-reforma agrária. Assim, a política de terras do poder estatal, ao mesmo tempo, favorece o grande proprietário e controla, ou mesmo bloqueia, o acesso à terra por parte do trabalhador rural. Ao mesmo tempo que apóia e protege, econômica e politicamente, o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região, o Estado é levado a controlar, bloquear ou mesmo suprimir qualquer intento de reforma agrária. Esse é o contexto no qual se inserem os projetos de colonização dirigida, oficial e particular, que o poder estatal tem sido

obrigado a patrocinar em algumas áreas. (IANNI, 1986, p. 83-84).

Portanto, os projetos de colonização dirigida, proporcionaram a territorialização dos grandes empreendimentos empresariais, como da agroindústria, e o aumento do número de latifúndios na Região Norte e no Centro-Oeste. Com a desterritorialização dos antigos posseiros e indígenas, novas relações de trabalho vão se territorializando com os projetos agropecuários de colonização dirigida com a absorção da mão-de-obra assalariada dos camponeses que perderam suas terras.

Nesse momento dos governos militares, segundo Ianni (1986), há uma subordinação da agricultura ao capital industrial e o aumento de concentração de terra que não ocorreram independentemente da política econômica geral.

Para compreender como e por que ocorreu esse desenvolvimento intensivo e extensivo, agressivo e repressivo, do capitalismo na agricultura, pode ser útil buscar as relações entre as políticas agrícolas do poder estatal e a política econômica geral que o Estado brasileiro foi levado a adotar. [...] (IANNI, 1986, p. 16).

As políticas desenvolvimentistas implementadas pelos governos militares, além de realizarem grandes obras de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas, que desencadearam vários impactos sociais e ambientais, visavam à modernização da agricultura e à consolidação de complexos agroindustriais. Para Graziano Neto (1996) esse processo havia se iniciado já na década de 1950 e mudou o espaço agrário do Brasil.

Iniciou no Brasil em 1950 o processo de modernização do campo, acentuou na década de 1960, principalmente nas regiões Sul e Sudeste e expandiu para outras regiões, sobretudo a partir da década de 1970. Assim o espaço agrário brasileiro passou por significativas mudanças nas últimas décadas. Trouxe considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, de maneira excludente, beneficiando apenas a produção destinada para exportação, atendendo o interesse da elite rural. Causou grandes impactos ambientais em detrimento do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários, além de contribuir para o desemprego no campo e conseqüente êxodo rural. (GRAZIANO NETO, 1996, p. 51).

A modernização da agricultura provocou mudanças nas relações de produção e criou um exército industrial de reserva latente e intermitente¹. A mão-de-obra camponesa, que residia no campo, é substituída pelo trabalhador temporário, que é o próprio trabalhador camponês que, devido a expulsão do campo pelo processo de modernização, passa a residir nos centros urbanos. Nesse momento surgem os “boias-frias”, que são o produto do processo de proletarização no campo.

[...]. Os camponeses lutam contra a desapropriação e contra a subordinação da indústria. Os bóias-frias, já expulsos do campo e que geralmente moram nas periferias da cidade e trabalham no campo e até mesmo em outros Estados, reivindicam melhores condições de trabalho e melhores salários. (SILVA, 1996, p.117).

O trabalhador boia-fria, hoje presente em quase todo o país, é fruto tanto de uma política agrária que não assiste o trabalhador camponês desde o Brasil Colônia quanto de concretização de terra que o levou a residir nos centros urbanos para atender às necessidades do capital de formação do exército industrial de reserva e de sua reprodução ampliada. A expropriação da terra desses trabalhadores é uma estratégia de reprodução do capitalismo no campo. De acordo com Martins (1986, p.141),

Essa tendência deveria alcançar, também, e até maciçamente, os agricultores que lavram a terra com a sua família [...], em relação à cidade, a maioria é empregado e a minoria é patrão, deveria crescer no campo, reproduzir-se na agropecuária. O capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar para um patrão. Para

¹ Para Marx, as economias capitalistas, para seu funcionamento, dia após dia e ano após ano, necessitam de um “exército de reserva industrial”, uma reserva de gente pobre que pode ser utilizada e desprezada à vontade pelo capitalista. O exército de reserva industrial se divide em três tipos: latente, flutuante e intermitente. A parte latente do exército de reserva industrial é gerada pela mecanização agrícola, que produz um excedente de população rural, constantemente em condições de ser absorvido pelo proletariado urbano ou manufatureiro, e na espreita de circunstâncias propícias para esta transformação. No século XIX e princípios do XX, o camponês europeu formou uma reserva de trabalho latente para a indústria americana, bem como os negros do sul dos EUA e outros grupos rurais minoritários. Reserva flutuante: composta de trabalhadores, atraídos, às vezes, pela indústria moderna, e/ ou rechaçados por outros, especialmente jovens e pessoas mais idosas, mas também em grande parte imigrantes recém-chegados. Reserva de trabalho intermitente é uma parte do exército de mão-de-obra ativa, que tem um emprego irregular, com os mínimos salários (devido à competição premente das massas de trabalhadores latentes ou flutuantes) e as condições de vida desse grupo estão abaixo do padrão do resto da classe operária.

que isso ocorra é necessário que os trabalhadores tenham como única propriedade a propriedade da sua força de trabalho, para que possam vendê-la à empresa. Se o trabalhador fosse proprietário dos instrumentos de trabalho, não precisaria assalariar-se, trabalhar para outra pessoa. [...]

Mediante essa realidade, o trabalhador camponês, destituído dos meios de produção, foi pressionado a migrar para os centros urbanos, em busca de oportunidades de trabalho para sua sobrevivência. A ideologia do capital significa ideologicamente esse espaço urbano, principalmente em relação às oportunidades de trabalho, pois é no espaço urbano que se instalaram as indústrias e o comércio e é lá que está o trabalho. A rapidez da modernização da agricultura agravou o desemprego ainda mais no campo, pois a mão-de-obra do camponês foi substituída por novas técnicas de produção e, a única alternativa de espaço para sua sobrevivência estava nos centros urbanos.

O Golpe de 1964 foi aplicado em uma época em que havia no país: inflação, greve operária, politização da classe trabalhadora na cidade e no campo e luta por reformas sociais (agrária, bancária, habitacional, educacional). Esses foram os acontecimentos que “justificaram” a instalação do governo militar, que de acordo com Octávio Ianni (1986) continha uma das principais metas: ser expressivo e repressivo em relação às questões política, econômica e cultural, ainda de acordo com esse autor, esse sistema impetrou uma política de governo que

[...] Tratava-se, por um lado, de expropriar ao máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país à livre ação do capital monopolista estrangeiro. (IANNI, 1986, p. 17).

Os governos militares dos anos 1964-1985, assim, adotam essa política de exclusão do pequeno industrial, da classe média e de privilegiar o capital estrangeiro. (IANNI, 1986). O Estatuto da Terra prestou-se muito bem à exclusão do campesinato e ao privilégio do latifúndio através de sua modernização.

O Estatuto da Terra sufocou toda e qualquer alternativa de fazer uma reforma agrária autêntica no país e, mais uma vez, os contemplados pela nova lei de terras no país foram os grandes latifundiários. O Estatuto da Terra surge com o objetivo de reprimir os camponeses que, organizados, reivindicavam a reforma

agrária por todas as regiões do país, proposta das Reformas de Base do Governo de João Goulart. Assim que os militares assumem o governo foi um dos primeiros códigos elaborados por eles, a Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964, O Estatuto da Terra.

Esse Estatuto da Terra acalmou e tranquilizou os grandes proprietários de terra, que naquele momento se viam pressionados pelos movimentos camponeses. Principalmente porque, ao criar e estabelecer relações que em vez de dividir a propriedade, o capitalismo impulsionado pelo regime militar brasileiro (1964-1984), promoveu a modernização do latifúndio, por meio de crédito rural fortemente subsidiado e abundante. (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Após três décadas, constata-se que essa lei levou ao desenvolvimento capitalista da agricultura, pelo financiamento de sua modernização via a adoção da Revolução Verde.

1.7 Revolução Verde e o Surgimento do MST

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a agricultura sofreu mudanças significativas que ficaram conhecidas como Revolução Verde. As tecnologias desenvolvidas para obtenção de armas químicas tornam-se úteis como “remédios” para as lavouras.

A Revolução Verde chega ao Brasil em 1950, porém foi de 1960 em diante que ela permeia todo o território nacional, “imposta” pelo capital internacional. Ela contribuiu para o fortalecimento dos latifúndios, da concentração da terra, no governo militar (1960-1980), porque este era o tipo de propriedade necessário para uma agricultura com alta produtividade, vinculada à idéia de modernização. Fernandes (2001) definiu a Revolução Verde como a capacidade de revolucionar constantemente os meios de produção.

De fato, a “Revolução Verde” se materializou numa cadeia, na qual o setor que mais obteve lucro foi o capital internacional, as multinacionais, que eram detentoras de toda a tecnologia produtiva como: sementes, defensivos agrícolas, adubos químicos etc.

A Revolução Verde teve como aliado o Estado que utilizou toda a sua

estrutura de educação, pesquisa e extensão rural. No entanto, o discurso de desenvolvimento e progresso trouxe a exclusão social camponeses, fossem eles pequenos proprietários no sistema de agricultura familiar², fossem posseiros, arrendatários, meeiros etc. e forte degradação ambiental. Como expõe Gorgen (2004, p. 30), a Revolução foi

[...] feita para financiar a indústria de máquinas, implementos e insumos e não o agricultor. O crédito, voltado mais para os médios e grandes, obrigava o agricultor a plantar só alguns produtos, empurrando o povo para a monocultura, obrigava também a comprar todo o pacote tecnológico. É famosa a história dos agricultores que faziam o financiamento e eram obrigados a comprar veneno para a lagarta da soja antes de plantar e sem ter a mínima certeza de que naquele ano teria este tipo de praga na sua lavoura. Esta política de crédito ajudou muitos agricultores médios e grandes a comprar terra dos pequenos empurrando-os para as cidades. Com o tempo esta mesma política de crédito levará grande parte destes médios proprietários e alguns grandes à falência sendo engolidos por outros ainda maiores, aumentando a concentração da terra.

Conforme Gorgen, (2004), a Revolução Verde foi uma armadilha que aprisionou os pequenos agricultores ao endividá-los com os mirabolantes pacotes tecnológicos, para saldar a dívida só restava uma única opção: vender sua propriedade para quem tinha capital para comprá-la, os latifundiários.

Os camponeses, que antes, em sua produção, utilizavam outras técnicas e obtinham boa produtividade, como o manejo dos solos, o uso de sementes crioulas etc, com a utilização de insumos químicos adquiridos a preços exorbitantes, tiveram aumento do preço da produção e nem sempre a produtividade aumentava. Ficavam endividados e eram forçados a venderem suas propriedades ao produtor de monoculturas.

² Na agricultura familiar, a gestão é feita pelos proprietários, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é fundamentalmente familiar. O capital pertence à família, o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família, os membros da família vivem na unidade produtiva.

A degradação ambiental, com uso em grandes proporções de insumos agrícolas lançados nos solos, se estende à água e à atmosfera. O desmatamento ocorreu sem nenhum controle; não se preservava nem mesmo as matas ciliares. A consequência foi desastrosa para todo o meio ambiente, nele incluídos os próprios agricultores que constantemente estavam lidando com produtos tóxicos.

A Revolução Verde chegou com um discurso ideológico de que acabaria com a fome, pois iria proporcionar altíssima produção, no entanto, de acordo com Gonçalves, aumentou a miséria.

O exemplo da Revolução Verde deve permanecer bem vivo em nossas mentes. Baseada no princípio da seleção de sementes mais produtivas e em certas técnicas de manejo da terra, foi alardeada como a solução definitiva para os problemas da fome no mundo. O geneticista Ernest Borlaug chegou a ganhar o prêmio Nobel da Paz pelas suas descobertas que, acreditava-se, acabariam com a fome, uma das mais fortes razões dos conflitos e das guerras. A necessidade de adquirir as sementes num banco, além dos recursos financeiros inerentes à implantação do conjunto de técnicas da revolução verde levou a uma maior concentração de terras, à expropriação dos camponeses, enfim, aumentou a miséria nos países e regiões onde foi implantada. Além disso, a homogeneização provocada pela seleção genética tornou os ecossistemas mais vulneráveis e, portanto, mais dependentes de insumos como defensivos, aumentando, por consequência, a dependência, financeira dos produtores. (GONÇALVES, 1989, p. 123)

A Revolução Verde foi o braço tecnológico da modernização da agricultura, que se deu pela expulsão dos camponeses da terra, para o que muito contribuiu o Estatuto da Terra, Lei 4.504, do primeiro ano do governo militar. A Constituição de 1988 finalmente havia formalizado e igualado os empregados rurais aos urbanos, o fizera apenas formalmente. Desses trabalhadores rurais, que já haviam sido expulsos da terra, ainda se tomava o que restava. Por isso, conforme Souza, eles se organizaram e

[...] levavam até as cidades suas lutas e reivindicações por melhores salários e por alguns direitos trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores da cidade, como férias remuneradas e obrigatoriedade de registro em carteira. Alguns trabalhadores rurais foram ainda mais longe lutando pelo direito à terra para plantar e viver. (SOUZA, 1997, p. 17).

E os centros, agora locais de moradia dos trabalhadores rurais sem terra, assistem às suas manifestações de insatisfação quanto à política agrária vigente no país. Os conflitos por terra, escondidos pela ditadura, “varridos para debaixo do tapete”, começam a aparecer.

Em 1980 houve mais de 1363 conflitos por terra, segundo a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), e a maioria das ocupações de terra contou com o apoio da Igreja Católica, e dos partidos políticos de oposição. Nesse momento histórico do fim do governo militar (Sarney assumiria a presidência em março de 1985) nasce, no país, em 1984, o movimento social de maior representabilidade formado por camponeses: o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político por meio das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceram nesse processo foi o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As referências históricas acerca de sua origem são as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta — RS. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel-PR, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra. (FERNANDES, 1996, p. 56-57).

O MST contagiou as pessoas que tinham sido expulsas da terra e não tinham como voltar a ela nem como viver nas cidades. O objetivo imediato do movimento era a reforma agrária. Conforme Gohn,

Nos documentos publicados entre 1979 e 1984, as atenções do movimento encontravam-se totalmente voltadas para a definição dos princípios políticos e dos objetivos mais imediatos para a realização da luta direta por reforma agrária. Entretanto, nos documentos que registram a transição e a segunda fase organizativa do MST (que compreende o período entre 1985 e 1989 – *Sem reforma agrária não há democracia!*), a preocupação em conciliar a vivência dos processos coletivos com a experiência privada de seus participantes já passa a ser esboçada, ainda que de forma indireta e incipiente. [...], (GOHN, 2003, p. 114 e 115).

O MST em sua segunda fase, conforme demonstrou Gohn (2003) acima, preocupa-se em tornar público que a luta pela terra e a sua distribuição mais

igualitária entre os cidadãos é também exercer a democracia.

As questões fundiárias no Brasil sempre existiram, desde a colonização do país, porém, nas últimas décadas do século XX, a luta pela terra no país redemocratizado politicamente, mas com distribuição de renda muito desigual e com grande parte da população urbanizada, ganha novo fôlego e visibilidade a partir das ações do MST.

A luta dos camponeses, através de movimentos sociais, pela terra hoje utiliza estratégias “mais orquestradas” e contam com o apoio de várias instituições da sociedade civil, como a Igreja católica, sindicatos, universidades, etc. Além desse apoio dentro do Brasil, os movimentos sociais de luta pela terra interagem com movimentos similares de outros países, que se solidarizam com os camponeses brasileiros. Dentre eles destacam-se: os Piqueteiros, na Argentina; Chiapas, no México, Cocaleiros, na Bolívia, que são solidários a esses camponeses por lutarem por um mesmo objetivo.

Os movimentos sociais que lutam pela terra já não o fazem “solitariamente”, como aconteceu com as lutas do Contestado, Canudos, Ligas Camponesas etc., não ficam restritos aos lugares, ganham o apoio e ataques de outros setores da sociedade e de outros lugares. A mídia pode ajudar ou atrapalhar essa luta, dependendo de como a trata, geralmente se coloca contra porque está sempre defendendo o interesse do capital. Mas no caso do Assentamento de São Domingos dos Olhos D’ Água, em Morrinhos – GO, o seu líder, Sr. Antônio Gentil, pioneiro no Assentamento, acreditou que seria possível conquistar terra para trabalho a partir das notícias da imprensa, o que será tratado em detalhes no capítulo 3.

1.8 A CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

Nas décadas de 1960 e 1970 intensificam-se os conflitos no campo entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários, devido à maior parte das terras pertencerem a uma minoria dominante, que usava de violência, como a tortura, às vezes, seguida de morte, para conter os trabalhadores rurais e permanecerem com

seu domínio. A Igreja Católica aparece como agente de denúncia das violências praticadas contra os excluídos de vários segmentos sociais, entre eles os trabalhadores rurais, boias-frias, posseiros e sem terra. Em 1975, foi criada a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que, de forma mais organizada, torna-se um instrumento de apoio aos conflitos fundiários e de denúncia das injustiças sociais que ocorriam no campo (STEDILE, 2002). A CPT torna-se mediadora e organizadora dos trabalhadores na luta pela posse da terra. “[...] A CPT nasceu num grande movimento da Igreja em defesa dos direitos humanos porque eram esses os direitos violados sistematicamente no regime de exceção. [...]”. (MARTINS, 2004, p.134)

A CPT foi uma das entidades que mais apoiaram os movimentos sociais na luta pela terra, pela distribuição mais justa da terra.

O MST, quando realizava suas ocupações encontrava muitas dificuldades, uma delas era como garantir a alimentação das famílias acampadas, por tempo indeterminado. A CPT providenciou, muitas vezes, cestas básicas para alimentar as famílias acampadas que estavam em busca da terra. Além de contribuir com alimentos, a CPT foi fundamental no dia-a-dia da luta, na organização das frentes de luta para se ter acesso a terra.

A CPT e MST são entidades diferentes, mas são peças fundamentais e sempre estiveram juntas na luta pela terra. A CPT, com seus agentes de pastoral, e os militantes do MST caminharam juntos, por terem o mesmo objetivo: garantir acesso a terra para os trabalhadores que nela querem trabalhar como forma de garantir dignidade e trabalho para sobrevivência. Assim é que se dá o cumprimento da função social da terra.

A CPT está ou esteve presente em quase todos os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST para apoiá-lo, assessorar as comissões de organizações dos acampamentos e as futuras ocupações. Essa entidade, segundo nos informou seu atual coordenador em Goiás, o Sr. Aderson Liberato de Gouveia, em agosto de 2009, sobrevive de doações tanto nacionais, como internacionais. E é com essas doações que a CPT pode ajudar com cestas básicas os trabalhadores na fase de acampados, como ocorreu no acampamento que deu origem ao Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos - Goiás.

A CPT sempre esteve ao lado daqueles que têm como objetivo a conquista da terra, através de movimentos sociais e não atua só junto ao com MST. Pelo contrário, ela atua em quase todas as frentes de luta pela terra quando é solicitada. Rotineiramente é convidada a assessorar essa luta pela terra. Pelo fato de ser uma instituição da Igreja Católica num país em que a maioria da população se diz católica, a CPT exerce uma certa “autoridade” e impõe um certo “respeito” quando participa de um movimento de luta pela terra, claro, sobre a sociedade em geral, pois os latifundiários e outros envolvidos certamente não a vêem assim, tanto que são inúmeros os casos de violência contra membros da Igreja executados a mando de latifundiários. A participação da CPT para a existência do Assentamento São Domingos dos Olhos D’Água foi imprescindível conforme anexo A.

O surgimento de várias instituições e movimentos sociais de luta pela terra levou os segmentos sociais contrários a também organizarem para desarticular e retardar a reforma agrária no país. A seguir será descrito um pouco da UDR, a entidade de classe mais atuou contra a reforma agrária na década de 1980.

1.9 A UDR (União Democrática Ruralista) X MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

Com a redemocratização do país, o retorno dos civis ao poder e a elaboração de uma nova Constituição, a possibilidade de uma reforma agrária tornava-se mais próxima, mais real. O MST, naquele momento histórico, consolidava-se como um dos movimentos sociais mais arrojados na luta pela terra. Seu principal objetivo político, nessa transição da ditadura para um governo civil era propor, de fato, uma proposta de reforma agrária que fosse assegurada pela Constituição Brasileira de 1988.

Como reação da direita, formou-se um bloco de parlamentares no Congresso Nacional/Assembléia Nacional Constituinte conhecido como Bancada Ruralista, que continua existindo e atuando ainda hoje. Do mesmo movimento de criação da “Bancada Ruralista”, surge a UDR - União Democrata Ruralista, como instituição da sociedade civil que reunia os opositores da reforma agrária. O governo

Sarney da “Nova República” lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para conter a violência que se agravava no mundo rural brasileiro e vitimava dezenas de trabalhadores, tidos como “invasores da propriedade privada” (STEDILE, 2006). O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) procurava substituir o Estatuto da Terra, da gestão Castelo Branco.

Mas, o que de razoável ou favorável aos trabalhadores tinha no Estatuto da Terra e ele deixou de cumprir, como a desapropriação de terras improdutivas, não foi resolvido pela Nova República. A tão sonhada reforma agrária não acontece. Porque ela foi mascarada no PRNA segundo os interesses da classe dominante representada pela Bancada Ruralista e pela UDR (União Democrática Ruralista).

A UDR, inclusive se firma a “única” e “legítima” representante daqueles que eram contra a reforma agrária na Constituição de 1988.

[...]. Ela viria a aguçar, nas teias de disputas e conflitos vigentes entre inúmeras entidades de organização dos interesses agrários vigentes, definindo, para junto a eles afirmar-se, uma dada estratégia de atuação contra qualquer ataque ao sagrado direito a propriedade, que faria com que a nova entidade se tornasse a mais “visível” dentre as demais, com as quais – em momento de crise de representação política – viria a lutar pela liderança incontestada – e única – da “classe.” (STEDILE, 2006, p.22)

A UDR, na “Nova República”, foi o “partido” nacional da burguesia agroindustrial do país elegendo seus representantes e unindo-os a outros na “Bancada Ruralista”. Os parlamentares ligados à UDR põem fim às ações dos parlamentares que tinham compromisso com os cidadãos, que almejavam naquele momento político, uma reforma agrária no país (STEDILE, 2006). Em 1988 quando ocorreu a votação da reforma agrária pelo plenário da Assembleia Geral Constituinte - ANC, houve vários eventos para desarticular os projetos de leis de reforma agrária que poderiam ser aprovados, como a demissão do então Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e a Caminhada Cívica da UDR à Brasília. Sempre na mídia e com o apoio desta, a UDR ia ganhando simpatia da opinião pública nacional (STEDILE, 2006).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), principalmente, mas também outros movimentos sociais se mobilizaram e se manifestavam, mas não puderam conter a força política

dos ruralistas e, mais uma vez, a reforma agrária não acontece, porque fica “submissa” às normas impostas pelos latifundiários do país.

O Brasil encerra o século XX com uma realidade fundiária semelhantemente à do Brasil Colônia. A terra sempre ficou nas mãos dos latifundiários, e a distribuição de terra que ocorreu no país, por iniciativa do Estado, foi para amenizar os conflitos pela posse da terra e/ou abrir novas fronteiras agrícolas no território brasileiro. Por isso, a ocupação da terra só é possível através da luta, na qual muitos cidadãos trabalhadores perderam suas vidas.

O Brasil, de fato, nunca realizou a reforma agrária, o que foi feito até agora foi apenas contornar conflitos. Segundo Stedile (2006, p. 21), as distribuições de terra pelo Estado foram feitas para “[...] atender às demandas sociais mais urgentes, visando desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores sem terra nas áreas de maior potencial de conflito do país, sobretudo o Norte - Pará e Maranhão - e o Nordeste”.

Já Martins, a respeito da reforma agrária, faz uma importante afirmação na qual alerta para os significados que a reforma agrária pode ter em diferentes contextos.

Quem imagina que a reforma agrária num país capitalista é o vestíbulo da revolução socialista, como acontece entre nós, especialmente no MST e na CPT, deve ter em conta as reformas agrárias feitas no último meio século em diferentes países capitalistas: elas se tornaram de fato o instrumento de prevenção das transformações políticas radicais e o meio de incorporação ao capitalismo de populações marginalizadas ou em via de extinção enquanto categoria social. (MARTINS, 2004, p.140).

Assim, na questão da reforma agrária e não considerando-se as posições ideológicas político-partidárias mas tão somente a justiça social, continuam válidas as palavras de ordem: “a luta contínua”.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS E A LUTA PELA TERRA

2.1 A Terra - Goiás

Em Goiás, nas últimas décadas, as atividades agropecuárias nas grandes propriedades estão voltadas para a monocultura de soja, cana-de-açúcar, milho, sorgo etc. e criação de bovinos. Com a maior parte da terra ocupada pelos latifúndios (DEUS, 2002), os pequenos agricultores e os trabalhadores *da e na* ficam *sem* terra à mercê de uma política que prioriza a produção das grandes propriedades e dos complexos agroindustriais presentes em quase todo o território goiano.

A luta dos movimentos sociais pela terra em Goiás como em todo o Brasil, conta com sujeitos que resistem e, de certa forma, “driblam” o sistema capitalista para na terra entrarem e permanecerem.

Em Goiás, como em todo o Brasil, a grande concentração de terras tem raízes históricas, no Brasil Colônia. Mas, diferentemente do que ocorreu na Zona da Mata do Nordeste em que a primeira atividade econômica — a plantação de cana-de-açúcar e a produção de açúcar - delineou essa estrutura fundiária, o processo de concentração fundiária, em Goiás, inicia-se depois da passagem dos bandeirantes, do início e do declínio da atividade mineradora porque a mineração contribuiu para a habitação em núcleos urbanos que surgiam em torno dos garimpos. Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2004, p. 64) descrevem essa situação:

[...], todo garimpo, em princípio, transformava-se em um núcleo de povoamento urbano, cuja duração no tempo dependia exclusivamente da fartura com que a terra respondia às esperanças dos garimpeiros. Assim, no começo, segundo afirmam os historiadores, Goiás povoou-se e despovoou-se com o ouro. Um de nossos presidentes da então Província de Goiás — José Martins Pereira de Alencastre, que governou pouco mais de um ano, entre abril de 1861 e junho de 1862 — resume, em seus *Anais da Província de Goiás*, o que foi a saga da corrida do ouro nos sertões goianotocantinenses no período colonial.

Mas, para a prática da mineração eram necessários alimentos. Como ninguém se interessava em desviar esforços dos garimpos para a produção de alimentos, chegou a ocorrer a falta, conforme Estevam (1997), embora houvesse muitas terras disponíveis. Aos poucos as atividades agropecuárias de subsistência iam firmando-se. Com o declínio da mineração, os seus praticantes deslocaram-se. Porém, criadores de gado e agricultores não se deslocavam com a mesma facilidade dos mineradores. O mercado interno para os gêneros alimentícios diminuiu, mas a principal atividade econômica após o declínio do ciclo minerador é a agropecuária, que se firma após um período de transição.

Essa transição ocorria também na política do Brasil que estava passando de colônia para império independente. No Brasil Colônia e até exatamente 1822, o sistema de distribuição de terras era a concessão de sesmarias, extinto, nesse ano. Segue-se um vácuo legal até 1850 quando o segundo império cria a lei de Terras. De acordo com Estevam (1997, p. 73),

[...]. Deste modo, a estrutura agrária em Goiás foi se solidificando de maneira concentrada, com poucas famílias assegurando o controle das terras, mesmo levando-se em conta a existência de vastas extensões desocupadas. O surgimento do “agregado” - morador de favor - esteve relacionado com o processo de ocupação da terra em Goiás. Um dos requisitos para concessão de Sesmaria eliminava do processo os menos favorecidos que obviamente não se enquadravam na condição de “homens de bens”. Restou ao despossuído da terra a possibilidade de avanço pelo sertão a dentro na busca de estabelecer sua posse ou agregar-se a uma propriedade. [...]

Nesse período de transição da economia mineradora para a economia agropecuária, Goiás enfrenta inúmeros problemas entre eles os seguintes: precárias condições de vias de comunicação e infraestrutura para os viajantes, longas distâncias, despovoamento da região devido a ruralização, escassez de mão-de-obra, comércio pequeno e estagnado e a pecuária como a principal atividade econômica. (CHAUL, 1997; ESTEVAM, 1997).

Portanto, conforme Doles e Nunes (1992, p.114), “[...] Goiás, na primeira metade do século XIX, é terra em que vivem populações abandonadas, isoladas e iletradas, mantidas à margem da civilização capitalista”.

A agropecuária torna-se a principal atividade econômica de Goiás. O

gado era exportado principalmente para a Bahia (ESTEVAM, 1997). Mas a produção, tanto para o mercado goiano quanto para outros, não era suficiente para alavancar a economia que estagnava-se. Um dos maiores obstáculos para se desenvolver a economia goiana, segundo Aguiar (2003, p. 30), era

A precariedade dos caminhos, durante todo o século XIX, é mencionada não só pelos viajantes que escreveram sobre Goiás como pelos governantes em seus relatórios ou pelos jornais da época. De tal forma aí se encontravam todos os azares que sanar esse problema era considerado o maior benefício que a província poderia obter. O raciocínio mais corrente era o de que todo o atraso, todo o isolamento, toda a falta de vitalidade econômica poderiam ser debitados à deficiência dos caminhos e dos meios de transporte. As razões apontadas para tal deficiência estiveram quase sempre ligadas ao pouco prestígio de seus governantes e ao pouco interesse do governo central. Muito raramente foram levantadas hipóteses que ampliassem o leque das indagações a esse respeito.

Assim se resume a situação de Goiás:

A história de Goiás na fase colonial e grande parte do Império é também a história da luta pela integração política, econômica e social no contexto brasileiro. E isso não aconteceu enquanto as condições locais e gerais não foram condizentes, ou seja, a terra precisaria estar disponível para ser apropriada, bem como existir a infraestrutura mínima para chegar a ser um mercado consumidor e produtor de bens para a exportação. Para tanto precisava não só de respaldo governamental, como da possibilidade de apropriação privada da terra. A autonomia local estava, portanto, limitada. Se, por um lado, havia uma predisposição para engajamento no contexto mais abrangente, por outro havia dificuldades essenciais a serem superadas, de ambas as partes. (AGUIAR, 2003, p. 22).

Como Aguiar afirmou acima a possibilidade de apropriação da terra era condição para a integração de Goiás ao Brasil. A terra precisava estar disponível para ser apropriada, mas, conforme Aguiar (2003), as terras eram incorporadas às grandes propriedades já existentes.

Quanto à infraestrutura para acabar com o isolamento, a ferrovia, em 1881, foi reivindicada pelo governo goiano, como uma revolucionária solução, tanto para as exportações, como para as importações de Goiás. Porém, as disputas territoriais do Sul Goiano com o Triângulo Mineiro levaram a interferências políticas

que mudaram o traçado inicialmente proposto para a estrada-de-ferro e o poder dos grupos mineiros prevaleceu, o que contribuiu para a demora da implantação da ferrovia e o retardamento do seu desenvolvimento econômico de Goiás (BORGES, 1990).

A administração da política de ocupação das terras devolutas no Brasil favoreceu, assim, a continuidade do processo de formação de grandes propriedades através das posses. Apesar das várias intervenções do governo imperial (Lei Hipotecária de 1864, avisos nº 515 de 25/11, nº 534 de 5/12 e nº 562 de 30/12 de 1868), no sentido de tornar sem efeito jurídico as diversas formas de transações com terras devolutas, estas continuaram acontecendo. (AGUIAR, 2003, p. 132).

Assim, a desorganização por parte do governo imperial para atuar com rigor na fiscalização de transações com terras públicas foi a responsável pela formação de enormes latifúndios. Essa situação levava à concentração de terra. Aguiar corrobora as afirmações de Alencar (1993, *apud* Palacin, 2004, p. 38) sobre as condições das terras devolutas.

Em Goiás, além disso, os grupos que estavam no poder tinham envolvimento direto com a questão fundiária, uma vez que eram grandes proprietários de terras. Essa pode ser uma das razões para a omissão no que se refere aos registros que dessem indicações sobre a real situação das terras devolutas. “Na Província quase nada se tem praticado a respeito das terras públicas desde 25/07/1860, em que, em virtude do decreto de 14/04/1860, foi extinta a repartição especial”. (AGUIAR, 2003, p. 140).

Em 4 de outubro de 1873, segundo Aguiar (2003), o governo imperial do Brasil permite a compra de terras por posseiros, mesmo que a ocupação fosse posterior a 1854. Essa medida do governo na verdade era uma estratégia para verificar quanto das terras devolutas estavam desocupadas porque essa lei não poderia, de fato, beneficiar os posseiros. Conforme Aguiar (2003, p. 133),

[...] a aplicação da Lei tornou-se eminentemente discriminatória, reduzindo as possibilidades dos que não tinham prestígio ou conhecimentos dentro do aparelho burocrático, ou condições de sustentar um processo de legitimação de posse durante longos anos, para terem acesso à terra legalizada. A ambição de ser proprietário de grande quantidade de terra era,

assim, limitada a uma camada ou que detinha maiores informações sobre as possibilidades de acumulação que a terra lhes propiciava, ou que já estava engajada no processo produtivo, vivenciando, portanto, as vantagens que a propriedade da terra trazia.

Os que estavam de posse de pequenas extensões de terra não tinham como legalizá-las. As regras estabelecidas pelo governo não equacionaram a distribuição da terra, ao contrário, levaram à concentração.

Outra questão que muito contribuiu para a concentração de terras em Goiás foi a prática da grilagem, que é quando alguém apossa-se de terra alheia ou devoluta e produz documentos falsos que atestam um direito ou bem que ele não tem. Grileiro não pode ser confundido com posseiro, porque enquanto este quer e precisa da terra para nela morar, segundo Sampaio e Miziara (2008, p. 41).

O grileiro chega à região para buscar na terra nada menos que seu rápido enriquecimento e disposto a esmagar todo aquele que se achesse no seu caminho. Ora, esses oponentes existem, não são poucos e normalmente estão firmemente enraizados nas mesmas terras cobiçadas pelos grileiros.

No entanto, as ações de grileiros não são restritas ao estado de Goiás e, se eles burlam a lei falsificam títulos de propriedade de terra e outros documentos, para isso, muitas vezes, contam com a cooperação de juízes, tabeliões, prefeitos etc. E o beneficiário último da ação do grileiro (além dele próprio) é o latifundiário. Conforme Martins (1986, p. 103-104),

[...] o “grileiro”, uma figura que se tornou muito comum na história rural brasileira nos últimos cem anos aproximadamente: esse é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários.

Portanto, a grilagem é um instrumento utilizado pelo latifundiário, o grileiro se expunha a várias condições que ia desde conflitos, ameaças e assassinatos, enquanto que o latifundiário se ausentava desses dissabores, pois o grileiro o fazia

por ele, e seria bem remunerado por isso. A grilagem se estendeu do século XIX aos nossos dias; em Goiás, talvez o marco de sua diminuição brutal seja a criação do estado de Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, já que os maiores problemas em relação à propriedade da terra estavam naquela região.

Assim, a ocupação do território goiano iniciou-se com a mineração no século XVIII, da qual surgiram povoados, vilas e cidades, após o declínio desta atividade firma-se a agropecuária, ou seja, ocorre a ruralização, entre o final do século XVIII e início do século XIX, período em que se desenvolveram os conflitos por terra. Depois da ruralização, ou durante, Estevam (1997) reconhece dois outros movimentos de ocupação do território: na metade do século XIX, o desenvolvimento da pecuária no Nordeste goiano, devido à proximidade com a Bahia e, no final do século XIX, a ocupação do Centro-Sul e do Sudeste do estado, regiões mais próximas de São Paulo e Minas Gerais, devido à expansão do cultivo do café e da ferrovia.

Segundo Lísita (1996), essa expansão do café leva a uma maior valorização das terras goianas, e, naturalmente as tensões sociais pela posse/propriedade da terra aumentam.

Este fato abriu um período turbulento no interior mesmo da classe dos fazendeiros. Com efeito, não somente as terras dos pequenos proprietários livres e dos vaqueiros estavam ameaçadas de serem incorporadas ao patrimônio dos grandes fazendeiros, também as terras pertencentes aos fazendeiros menos poderosos foram alvo de sua cobiça.

Foi neste momento que os primeiros empregados assalariados surgiram no cenário social goiano. Mais adaptados à nova realidade uma vez que os trabalhadores livres, ao contrário dos escravos, eram responsáveis não só pela sua sobrevivência, mas também pela de toda sua família e não precisariam ser “comprados” e caçados nas freqüentes fugas de então. (LISITA, 1996, p.31).

Estevam (1997, p. 84) descreve as relações entre os habitantes da Região Sul de Goiás e os do Triângulo Mineiro:

[...] desde os primórdios, o Triângulo caracterizou-se como entreposto e a Zona Sul de Goiás mantivera relações comerciais via Triângulo Mineiro desde a época da mineração. Nos anos oitocentos tratava-se de um comércio fortuito, limitado a espaçadas partidas de gado e compra de sal e utensílios básicos. Na verdade, negociava-se excedentes goianos

produzidos no seio das fazendas “autossuficientes”. Com a proximidade dos trilhos, possibilidades de relações mercantis duradouras surgiram para a população sulina de Goiás. [...], (ESTEVAM, 1997, p. 84).

Os trilhos da estrada-de-ferro foi de muita relevância nesse momento histórico para economia goiana, tornariam mais eficiente a comunicação do Sul e Sudeste de Goiás com a Região Sudeste do Brasil, via Triângulo Mineiro e promoveu um surto no desenvolvimento socioeconômico.

2.2 Goiás no Início do Século XX

No início de século XX, embora as Regiões Sul e Sudeste de Goiás estivessem experimentando um surto de desenvolvimento econômico com a chegada da estrada-de-ferro, o restante do estado mantinha uma certa estagnação. O Estado de Goiás continuou com baixo índice demográfico. Sua população naquele início de século era de 255.248 habitantes, ou seja, 0,35 hab/km² (LISITA, 1996, p. 32).

O povoamento e a ocupação agrícola do território goiano só se consolidaram, de fato, após os anos 1930. Com a Revolução de 1930 e depois com o Estado Novo de Vargas, houve mudanças econômicas e políticas que proporcionaram o povoamento e a ocupação como uma política. Chaul (2000, p. 122-123) assim resume o processo histórico de ocupação e povoamento de Goiás:

Havia, assim, um nexo de fronteiras a serem desbravadas entre a imigração e a expansão dos trilhos da estrada-de-ferro, uma dando suporte à outra. Juntamente com as bandeiras e com a expansão da agropecuária no processo pós-mineratório, delineavam-se os caminhos de Goiás para o que se denominou, de forma ampla e geral, Marcha para o Oeste durante o Governo Vargas. Faltava ainda um marco básico para tal ponto de chegada: a construção de Goiânia, a transferência da capital.

Conforme a exposição de Chaul a Marcha para o Oeste teria, como marco, a construção e a transferência da nova capital sob a ideologia da modernidade. A construção de Goiânia leva a um aumento populacional de Goiás.

Segundo Palacin (1976, p. 102),

Este aumento da população foi causa e índice do desenvolvimento de Goiás durante duas décadas, à época da construção de Goiânia; mais tarde, ao superar o ritmo de atualização de novas riquezas naturais – ou talvez também em virtude da lei do decréscimo gradual da produtividade – o aumento, tão célere, da população converteu-se num peso social e econômico. [...]

Ao crescimento da população, impulsionado pela construção da nova capital, juntava-se o crescimento da urbanização. Em 1970, Goiás alcançou o índice de urbanização em torno de 42%. (PALACIN, 1976, p. 102).

A Marcha para o Oeste promoveu também, no território brasileiro, a divisão regional do trabalho. Goiás fica com a função de produzir gêneros agropecuários e de se tornar mercado para a economia capitalista em expansão, enquanto a industrialização se desenvolve em São Paulo e Rio de Janeiro.

A Marcha para o Oeste integra Goiás ao circuito capitalista de produção e, para isso, houve uma relativa melhoria na infraestrutura. Em 1941, o governo Federal criou a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), às margens do Rio das Almas, com o objetivo econômico, segundo Estevam (1997, p. 122), de: “promover a modernização da agricultura e o aumento e a diversificação da produção rural”. O objetivo político da criação da CANG, segundo Estevam (1997, p. 123), era: “nas décadas de 1940 a 1950 a imigração para Goiás avolumou-se substancialmente e a implantação da CANG foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes”. Outras colônias agrícolas foram criadas em Rubiataba e em Carmo do Rio Verde. Mas, segundo Lisita (1996), nos anos 1950, o governo, foi pressionado a desativá-las, devido à pressão do grande latifúndio.

A idéia de ocupação de áreas consideradas “vazios demográficos” leva também à construção de Brasília e a construção da Rodovia Belém-Brasília. Segundo Lisita (1996, p. 34).

A construção da nova capital federal e da rodovia que a liga a Belém contribuíram enormemente para atacar frontalmente um dos maiores problemas vividos pelos goianos em seus quase dois séculos de história: o *Isolamento*. (LISITA, 1996, p. 34).

Com a construção de Brasília, pode-se dizer que uma primeira fase da expansão para o interior estivesse concluída e que restava então promover o avanço da fronteira agrícola cada vez mais para o Oeste e o Norte do país.

Com essa expansão para o interior e com o crescimento dos espaços urbanos, houve a necessidade de maior quantidade de gêneros alimentícios, favorecendo a agricultura goiana.

Segundo Borges (2000), nos anos 1950, Goiás ocupou o quarto lugar nacional na produção de arroz, em produção de milho, ocupou o segundo lugar e, o quinto lugar como produtor de café. A ferrovia e uma rede de rodovias já então interligavam Goiás à Região Sudeste do Brasil, maior mercado consumidor desses produtos. Mas, mesmo com esse incremento a agricultura goiana vai manter-se tradicional.

Mesmo com a especialização da produção e com sua maior inserção no mercado, as transformações no setor ocorreram de forma lenta e desigual. Registraram-se, porém, um crescimento no volume da produção e o início da mecanização de algumas lavouras no Sul do Estado. Segundo dados do censo agrícola, após 1940 houve uma redução ininterrupta do número de estabelecimentos rurais por arado, redução essa superior à média nacional. Nas décadas de 50 e 60, registrou-se uma redução na relação entre as áreas totais dos estabelecimentos e o número de tratores, bem como entre este último e a quantidade de pessoas ocupadas na agropecuária. O estado contava, em 1950, com apenas 86 tratores; em 1960, este número havia se elevado para 1.349 unidades. (BORGES, 2000, p. 257).

Assim, a modernização da agricultura ainda não tinha chegado a Goiás, mesmo porque esse processo de modernização foi lento - pode-se dizer que considerando que o incremento da produção agropecuária tenha se iniciado com a chegada dos trilhos na Região Sudeste do estado; desse modo, a fase seguinte incluiria a fase de construção de Goiânia/Marcha para o Oeste e a terceira fase, a construção de Brasília e a melhoria da infraestrutura de comunicação e transportes.

Borges (2000, p. 260) completa essa descrição mostrando o que contribuía para impedir a modernização de vez da produção agropecuária de Goiás.

[...]. Os financiamentos bancários estavam “amarrados” a certas padronizações que tornavam difícil para a grande massa de agricultores se beneficiar do restrito sistema de crédito existente. Faltava às agências do

Banco do Brasil autonomia e ainda não havia “carteira agrícola” organizada no estado.

Na verdade, a agricultura em Goiás ainda era uma atividade econômica pobre e exercida predominantemente pelo pequeno produtor. Posseiros, colonos e meeiros eram responsáveis pela maior parte da produção de gêneros alimentícios. As linhas de crédito existentes para o setor agrário beneficiavam, sobretudo, os grandes proprietários que se dedicavam mais à pecuária do que à agricultura.

A prática de empregar capital financeiro na produção agropecuária em Goiás, pelos grandes produtores, só se daria com os planos econômicos dos governos militares que concediam crédito.

O abastecimento de gêneros alimentícios do mercado interno, desde o Brasil Colônia, sempre ficou a cargo dos pequenos produtores e, no caso do desenvolvimento da agropecuária em Goiás, o próprio capital o havia relegado à condição de produzir para abastecer o mercado interno do Brasil e mesmo os grandes que eram pequenos no âmbito nacional, porque o capital leva à criação de distintos territórios e em vários níveis.

Quando o capital financeiro chega à produção agropecuária em Goiás ele traz também as monoculturas, nas grandes propriedades, voltadas para mercado externo, a partir da década de 1970. O abastecimento interno continua a cargo dos pequenos produtores.

2.3 A Guerra Camponesa de Trombas e Formoso – décadas de 1950 e 1960

O meio-norte do estado de Goiás, onde se localizam Trombas e Formoso, hoje norte, devido à nova divisão do estado para a criação do estado do Tocantins em 1988, começou a ser ocupado ainda no século XVIII em função da economia mineira, porém, com a decadência do ouro, estagnou-se a economia local. Segundo Barreira (1997, p. 32),

Esta regularização se apresentava como essencial à ocupação nacional dos espaços vazios. Não se deve esquecer que em Goiás a maior parte das terras eram devolutas. É óbvio que a intenção de regularizar não surge da noite para o dia. Ela é um reflexo do conjunto de mudanças que se processava em todo o país e Goiás representava uma fronteira avançada e vazia, pronta para ser ocupada.

A construção da Belém-Brasília na década de 1950 valorizou a região, que foi ocupada pelos latifundiários através do sistema de grilagem. Segundo Estevam (1997, p. 164), o campesinato goiano, “[...] despertou a presença de grandes de grandes fazendas na abrangência da Belém-Brasília com decisiva participação do governo nos projetos agropecuários. [...]”.

A Guerra Camponesa de Trombas e Formoso foi diferente da Guerra do Contestado e da de Guerra de Canudos, pois contou não com lideranças religiosas, mas, com lideranças políticas, a maioria do Partido Comunista Brasileiro (PCB), enviadas para a região para auxiliar o líder local José Porfírio. O conflito foi entre posseiros e grileiros, de um lado, entre posseiros e latifundiários, de outro. A luta dura de 1954 a 1960.

A Guerra, ou Guerrilha³, de Trombas e Formoso foi uma das poucas lutas camponesas vitoriosas no Brasil republicano. Mas há quem diga que essa vitória foi, na verdade, um acordo político entre o governo de Goiás, do então Governador Pedro Ludovico Teixeira, que tinha lançado seu filho (Mauro Borges) como candidato ao governo do estado no ano 1960. O movimento fez seu líder, José Porfírio, ser eleito, neste pleito de 1960, deputado estadual e a região se desenvolveu economicamente. Porém, em 1964, com o Golpe Militar, os camponeses foram torturados e perseguidos e o Deputado José Porfírio foi cassado e preso pelo regime militar e está desaparecido desde 1970. Até hoje as pessoas envolvidas temem em falar da guerrilha. (NUNES, 2006).

Mauro Borges governou Goiás de 1961 a 1964, quando foi deposto pela ditadura militar, apesar de ter se manifestado a favor da deposição do Presidente João Goulart.

2.3.1 O Governo Mauro Borges

Para descrever o Governo Mauro Borges, (OLIVEIRA 1987), afirma que seu governo divide em três momentos. Primeiro: sua posse em 1961, até a ruptura

³ Com esse termo reconhece-se um conflito entre civis armados uns contra outros dentro de uma mesma Nação-Estado, ou entre civis armados de uma Nação-Estado e as forças militares oficiais desta Nação. Tem como táticas emboscadas e sabotagem e geralmente têm grande mobilidade por conhecer bem o território e facilidade para em atacar alvos vulneráveis inimigos.

com o PTB, em julho de 1963; segundo: da ruptura com o PTB até o golpe militar de março de 1964; terceiro: do golpe militar à deposição do governador, em novembro de 1964.

Várias instituições estaduais foram criadas no governo Mauro Borges, como: CERNE (Consórcio de Empresas de Rádio Difusão e Notícias do Estado); IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás); CAIXEGO (Caixa Econômica do Estado de Goiás); METAGO (Metais de Goiás) e IQUEGO (Indústria Química do Estado de Goiás). Para tratar das questões da terra foi criado, em 17/05/1962 pela Lei nº 4.039, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO.

O IDAGO, criado em 1962, substituiu o Departamento de Terras e Colonização e, de imediato 100.000 processos de concessões de terras que faziam parte do arquivo do extinto órgão foram despachados. O IDAGO agilizou a publicação de novas tabelas de preço da terra e reabriu a oferta de terras para serem comercializadas. As outorgas de terras eram examinadas e as concessões eram analisadas uma a uma, antes da seleção de reserva de áreas apropriadas à colonização.

Sobre a criação e atuação do IDAGO, assevera Oliveira (1987, p. 98): [...] na medida em que visava romper com a rotina e realizar “transformações econômico sociais reclamadas” provocou profunda mudança política, mexendo nos altos escalões do governo.

O Governo Mauro Borges implementou o projeto “Bandeirantes Agrários”, desenvolvido pelo IDAGO, que contava com a colaboração de estudantes, através da UNE – União Nacional dos Estudantes e autoridades educacionais, e visava oferecer ao homem do campo uma educação de base, de forma a levá-lo a ter uma vida mais digna. Colaboravam na campanha dos Bandeirantes Agrários, principalmente, os alunos dos Cursos de Medicina, Odontologia e Direito das universidades públicas do país.

Através do IDAGO, o governo Mauro Borges visava viabilizar uma política de colonização em terras devolutas, e implantar um sistema de combinados agroureiros do qual o combinado de Arraias foi o modelo experimental. Combinados funcionariam como cooperativas. Segundo Oliveira (1987, p. 91-92):

Verificou Mauro Borges que havia diferentes setores e graus de cooperativismo: de venda, de consumo e de produção, mas aquele em que os agricultores podiam se reunir para viver numa vila ou cidade era considerado por ele como o melhor tipo de cooperativa agrária. Essa vila ou pequena cidade seria a Rurópolis, devendo constituir-se de 120 a 200 famílias, cada qual com seu lote residencial e sua casa, situando-se aí, também os serviços gerais da coletividade, na periferia, localizavam-se os lotes rurais, destinados às atividades agrícolas. Assim, através de uma condensação demográfica, se poderia levar ao camponês as condições básicas essenciais ao seu bem estar: habitação condigna, água encanada, e energia elétrica, postos de saúde, escolas, etc., o que seria impossível em propriedades isoladas. A partir desta estrutura organizada se teria o embrião da cooperativa, inicialmente de consumo, depois de venda e finalmente de produção.

Em 31 de março de 1962, segundo Oliveira (1987), o governo Mauro Borges cria a “Frente de Colonização do Norte do Estado” com sede em Tocantinópolis. A colonização do norte do estado era estratégia tanto para o seu desenvolvimento, quanto para conter o movimento separatista e duas frentes de colonização são então instaladas no norte de Goiás, hoje estado do Tocantins: A Colônia dos Babaqueiros, por desapropriação da terra, e a Colônia Bernardo Sayão.

Houve estudos para implantação de mais quatro colônias: Gurupi (região Centro-Norte, hoje estado de Tocantins), Barro Alto e Goianésia (região Central), Caldas Novas (região Sudeste), Rio Verde (região Sudoeste), porém, esses projetos não foram realizados.

Mas, estas atitudes do governo Mauro Borges não chegaram a alterar a estrutura fundiária do estado de Goiás, embora *grosso modo* possam parecer uma reforma agrária e tenham desagradado profundamente os grandes proprietários rurais. Geograficamente, essas ações amenizaram conflitos sociais por causa da terra e preencheram vazios demográficos no estado.

Segundo Oliveiral (1987, p. 96), esse projeto do Governo Mauro Borges

Era um projeto populista e modernizante, com base na lei e com uma ideologia desenvolvimentista, que buscava incorporar as massas rurais, evitando a radicalização das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais por uma Reforma Agrária Radical.

Ainda dentro do projeto agrário do governo Mauro Borges, entre outras ações, segundo Oliveira (1987, p. 102-103), previa-se também a venda de terras pertencentes ao Estado de Goiás.

Os critérios adotados por Mauro Borges para a venda de terras do Estado objetivavam beneficiar, principalmente, aos trabalhadores agropecuários que não possuíam terra, mas que pretendiam dedicar-se às atividades rurais. Para tanto, o governo se empenhou em organizar pequenas propriedades através de uma escala crescente de valor, levando-se em conta a área; de uma política tributária e de legislação sobre terras, de forma a desestimular a posse de imensas áreas não utilizadas convenientemente ou que formavam reservas latifundiárias para a valorização inflacionária; de uma política de incentivo àqueles que desejavam produzir e de desestímulo àqueles que conservam latifúndios improdutivos e que dessa forma não contribuíam em nada para o desenvolvimento da agricultura goiana.

Na verdade, esse projeto agrário, dentro da reformulação político-administrativa do estado de Goiás, dinamizaria a acumulação do capital por “sossegar” os movimentos sociais.

Contudo, a política agrária do governo Mauro Borges não foi vista assim pelos latifundiários, principalmente porque, de alguma forma, em certa medida, controlava as terras devolutas e dificultava a grilagem. E foram esses opositores de Mauro Borges que levaram a ditadura militar, a depô-lo do poder.

2.4 Governo Militar em Goiás: 1964 a 1985

Mauro Borges deixou o governo em vinte e seis de novembro 1964, depois de um decreto do mesmo dia do Presidente Castelo Branco ordenou a intervenção federal em Goiás. Substitui-o, escolhido por eleições indiretas o Marechal Emílio Ribas. (OLIVEIRA, 1987).

Em 1965 foi criada, pelo governo federal (militar) a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento Amazônico) que incorporou áreas que, depois seriam abrangidas pela SUDECO (Superintendência e Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada em 1967). A SUDAM visava principalmente criar infraestrutura e, nesta, priorizou o setor de transportes, o qual recebeu mais de 40% de recursos públicos aplicados. Goiás foi tomado como “corredor de desenvolvimento”. Passando por Goiás, ligava-se regiões menos desenvolvidas economicamente (Belém, Tocantinópolis, Miracema) ao Sul/Sudeste do Brasil. De fato, essas ações do governo militar eram uma política desenvolvimentista. Grandes fazendas

surgiram dos produtos de colonização das margens da Rodovia Belém-Brasília.

A SUDAM aprovou 626 projetos de colonização (ESTEVAM, 1997, p. 164), 53 dos quais em Goiás. O tamanho médio das propriedades era de 21 mil hectares.

Essa política do governo militar leva, Segundo Estevam (1997, p. 165), ao

[...] desenvolvimento de um modelo empresarial de exploração agropecuário com novas formas de uso do solo, de relações de trabalho e atrofamento da atividade rural de subsistência. Nos projetos, parte dos recursos da SUDAM foi destinada ao setor industrial: entre as maiores empresas de transformação contempladas pelo programa de incentivos estavam dois frigoríficos implantados no norte de Goiás, além de projetos de mineração, usina de álcool e laticínios.

O “Milagre Brasileiro” delineia-se também na direção do oeste. Em 1967, o governo militar cria a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) e institui o I PND (Planejamento Nacional de Desenvolvimento), do qual faziam parte PROTERRA e o PRODOESTE.

O norte de Goiás foi contemplado com o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). O PROTERRA tinha objetivo atender os pequenos produtores, porém o maior volume de verbas foi canalizado para os médios e grandes produtores. A distribuição, tanto de verbas, quanto de terra foi mínima para os pequenos produtores. Entre 1967 e 1986 foram implantados 108 projetos de colonização, distribuídos 29 milhões de hectares e atendidas 24 mil famílias pelo PROTERRA (ESTEVAM, 1997, p. 164). O programa, que deveria gerar empregos e distribuir a terra, promoveu justamente o contrário, a maior concentração de terra e de renda e a menor oferta de trabalho, ou seja, o agravamento de problemas sociais e, na esteira, dos ambientais.

O PRODOESTE criava a infraestrutura para apoiar as atividades produtivas rurais em áreas mais a oeste. Importantes obras foram desenvolvidas em Goiás por esse projeto, como a estrada pavimentada de Jataí (GO) a Rondonópolis (MT), sentido leste-noroeste, que proporcionou maior integração entre Mato Grosso e o Sudoeste Goiano.

O II PND, aconteceu na segunda metade da década de 1970, o governo federal foi destinado somente à infraestrutura, principalmente à construção de

rodovias, que tinham como meta apoiar a ocupação produtiva da região. Houve também a implantação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que teve como principal meta a modernização da agropecuária no Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais.

A infraestrutura programada pelo POLOCENTRO centrou-se nos setores de armazenagem, estradas e energia. Quanto aos setores de armazenagem e estradas, o programa não atingiu nem um terço do que havia estipulado, já o setor de energia ultrapassou as expectativas.

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada pelo governo federal para desenvolver pesquisas, concentrou-se no aprimoramento da tecnologia de cultivos e na pecuária de corte em áreas de Cerrado.

O crédito foi fundamental para o desenvolvimento do POLOCENTRO e fortaleceu o processo de capitalização no campo. A concessão dos financiamentos só era feita a quem se adequasse ao padrão tecnológico, com mecanização, aquisição de grandes volumes de fertilizantes e de outros insumos. Estevam (1997, p. 167), assim descreve esse contexto:

[...]. A diversidade das linhas de crédito, bem como as taxas de juros subsidiadas, estimulou grande número interessados a instalar-se nos cerrados. Os recursos governamentais facilitaram a geração de “empresas fazendas” porque a infraestrutura básica (estrada, energia, armazéns) esteve assegurada a curto e médio prazos; o apoio técnico - via assistência - que facilitou o processo de transferência tecnológica esteve disponível e as condições financeiras para formação e geração do capital estiveram dadas pelos mecanismos institucionais.

O POLOCENTRO teve como discurso ideológico a modernização da agropecuária nas áreas de Cerrados. Goiás sofreu consideráveis transformações com esse modelo de desenvolvimento na sua estrutura sócio-produtiva. Além das transformações no campo propriamente, nos núcleos urbanos surgiram complexos industriais e revendedoras de máquinas agrícolas e insumos, entre outras empresas relacionadas à atividade agropecuária.

Essa modernização da agropecuária goiana ocorre de forma mais intensa na região meridional de Goiás.

As principais culturas dessa modernização da agricultura foram o: milho, a soja, e a cana-de-açúcar. Culturas tradicionais e que foram responsáveis pela

integração de Goiás no mercado nacional, como: arroz, feijão, e milho sofreram diminuição de áreas plantadas, porque foram substituídos pelas outras culturas voltadas para exportação e nas quais utiliza-se mais intensamente à mecanização.

Até no que era tradicional, como a cultura do milho, ocorrem grandes transformações. Conforme Estevam (1997, p. 175), O milho plantado nos anos 1960 provinha de uma “velha” estrutura agrícola, pois os ganhos de produtividade, a partir de 1985, revelam nova estruturação no cultivo de cereal.

A cultura da soja em Goiás foi articulada pelos migrantes do sul do país. A concentração de terras nos estados da região Sul do país, a inovação técnico-científica do plantio da soja em áreas de Cerrado e o incentivo financeiro do governo federal atraíram muitos agricultores. Estevam (1997, p. 175) esclarece:

Boa parte dos migrantes sulistas encontrou oportunidades de assentamento em Goiás em virtude de encontrarem acesso à terra facilitado por um preço mais baixo, ou até mesmo pela não obrigatoriedade da compra da mesma para nela produzir, permitindo-se reservar o capital para investimentos em tecnologia e insumos dentro de um sistema moderno de arrendamento.

A migração dos sulistas para o Centro-Oeste foi utilizada pelos governos vigentes para resolver problemas fundiários na região sul do país e, por esses sulistas já terem experiência com o cultivo da soja, a região se tornaria uma área de expansão do capitalismo, em nova fronteira agrícola.

Duarte (1998, p. 17) sintetiza essa situação e suas consequências.

[...]. Tal enfoque de interpretação mudou a partir da década de 1970, com esgotamento da tradicional área de agricultura do Sul e do Sudoeste do Brasil. O Centro-Oeste, em especial, configurou-se, a partir de então, em uma região de fronteira agrícola, aberta aos fluxos migratórios nacionais e internacionais e aos padrões mais modernos de capital e de tecnologia intensivos, parâmetros esses definidos pelos processos de globalização da economia.

A ocupação dos cerrados, ocorrida nas duas últimas décadas, transformou consideravelmente o perfil da região e a relação entre as populações ali adaptadas e o meio ambiente, além de acelerar a diminuição da biodiversidade. As recentes transformações na estrutura sócio-econômica e tecnológica no setor rural-mecanização, pecuária extensiva, cultura de exportação, entre outras – e no setor urbano, com o crescimento desordenado das cidades, acarretaram profundas mudanças no modo de vida das populações locais em termos de organização do espaço, da construção das moradias, da organização familiar. [...]. (DUARTE, 1998, p. 17)

O capital, ao territorializar-se, com o rápido processo de modernização da agricultura na região Centro-Oeste, as áreas de vegetação natural do Cerrado foram quase totalmente substituídas pelas áreas de cultivo de grãos, apenas as áreas mais planas e com irrigação e de pastagens direcionadas a terras de relevo mais acidentados. Historicamente, se sucederam várias fases de ocupação da Região Centro-Oeste. No século XX, a “Marcha para o Oeste” no governo Vargas, solidifica, garante essa ocupação. Em seguida, até o Golpe Militar de 1964, aumenta-se a infraestrutura e a urbanização na região. Assim, esses acontecimentos anteriores serviram de base para que, durante os governos militares, fosse promovida a modernização das atividades agropecuárias que garantiu, de vez, a inserção dessas áreas no sistema capitalista de produção, naquele momento, em expansão.

A modernização das atividades do campo leva à especialização como principal norteador de uma produção agrícola mais eficiente. Essa especialização exclui produtos e relações sociais de trabalho manual com a participação de todos os membros da família, cria novas funções para os lugares e para as pessoas. É a chegada do modo técnico-científico-informacional. Nas terras do Centro-Oeste vai-se praticar a partir de então uma agricultura cientificalizada que exige acréscimos técnicos (irrigação, telecomunicações e transportes rápidos e eficientes), semoventes (tratores, máquinas de plantio e de colheita) e insumos (sementes criadas artificialmente para essas condições ambientais, fertilizantes), mas também informações (mapas específicos, previsão de safras) e capital. Para o médio e pequeno produtor esses meios são negados. São excluídos. Essa subordinação ao mercado global gera cada vez mais desigualdade, concentração de renda e impactos ambiental.

“A subordinação às lógicas globais” é que levou à “modernização” da agropecuária goiana. Iniciada no sul do estado, nos anos 1970 e 1980 atinge o apogeu nos anos 1990. Arrais, como outros autores, dá um outro significado à expressão “modernização”.

O processo de modernização da agricultura goiana deu-se, prioritariamente, a partir da região sul do estado. O adjetivo modernização não guarda, em si conteúdo positivo. Na verdade, por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro. Essa modernização ocorreu tanto pela ampliação da área plantada, quanto pela intensificação da produtividade, por meio da utilização de maquinário e insumos agrícolas,

o que causou profundos impactos na estrutura fundiária, aumentando o êxodo rural. (ARRAIS, 2007, p. 2).

Por tudo isso, muitos autores referem-se a esse fenômeno como “modernização conservadora da agricultura”. A estrutura fundiária não mudou, pelo contrário, a concentração da maior parte das terras nas mãos de poucos aumentou. A produção não é para o abastecimento do mercado interno, o que eleva os preços dos alimentos básicos. Não absorve mão-de-obra, provocando o êxodo rural. As cidades goianas não estavam preparadas para receber esse contingente populacional, que vai para as periferias das cidades, sem acesso a saneamento básico, moradia, escolas, transportes, saúde etc.

A situação das pessoas que trabalhavam na terra, fossem elas pequenos proprietários ou meeiros, arrendatários, parceiros etc. ou trabalhadores “autônomos” como fazedores de cercas, de currais, amansadores de animais etc. e de excluídos desse processo de modernização. O máximo que conseguem é tornarem-se “bóias-frias”, deslocando diariamente nas safras, das periferias da cidade para longas jornadas de trabalho no campo. Não há lugar para esses trabalhadores devido à sua suposta falta de qualificação e não há também no campo substituídos que foram por máquinas e excluídos da terra de trabalho.

Conformar-se com a situação não é possível. E muitos desses trabalhadores ingressam nos movimentos sociais de luta pela terra.

2.5 O Agronegócio em Goiás

A modernização conservadora da agricultura, que “comprou” o pacote tecnológico da Revolução Verde, trouxe para suas áreas de domínio, vários negócios correlacionados, como agroindústrias e, a partir de então, passa a ser utilizada no Brasil a expressão “agronegócio”. Com o predomínio da lógica global e como este não se expande igualmente, o agronegócio cria “ilhas de prosperidade”.

Recentemente, a expansão de chamado “agronegócio” tem originado

verdadeiros pólos de crescimento, que constituiriam focos dos investimentos. São pontos encravados em áreas que incluem partes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dinamizando os municípios atingidos. “São lugares que oferecem grandes extensões de terras agricultáveis e colecionam os mais recentes recordes de produtividade. Que atraem principalmente multinacionais do setor. Que geram emprego e são referência em tecnologia de ponta”. (SALOMÃO e SEIBEL, 2005, p.12, *apud FAJARDO, 2008, p.98*).

No próprio estado de Goiás formam-se “ilhas de prosperidade”. Políticas públicas como crédito rural, financiamento e subsídios funcionaram como chamariz para grandes empresas agroindustriais, como serviram para a instalação de enormes fazendas primeiramente. Aumenta-se a valorização das propriedades rurais goianas, diminuindo ainda mais as possibilidades de quem vive do trabalho na terra ter acesso a ela.

O agronegócio, ao criar “ilhas de prosperidade”, marginaliza outras áreas, e muitas delas, vizinhas (ESTEVAM, 1997), daí seu caráter excludente, inclusive de produtos, porque elege só aqueles especialmente voltados para exportação, como: soja, milho, pecuária de corte. Se o agronegócio simboliza a modernização, é uma modernização desigual do território goiano (ARRAIS, 2007).

As grandes extensões de terras planas foram as mais requisitadas pela modernização da agricultura, devido ao fato de permitirem o manejo da produção através de máquinas. As áreas com relevo mais movimentado principalmente sobraram próximo a cursos d’água, inicialmente sobraram para pastagens, áreas destinadas a reserva ambiental, ou pequenas propriedades. Mas em vários lugares vêm sendo ocupadas por lagos de hidrelétricas.

O agronegócio, nos centros urbanos, levou ao aumento da população, tanto com a vinda de pessoas do campo da própria região quanto com a migração de outros lugares. Um exemplo é no Sudoeste Goiano, a cidade de Rio Verde-GO: sua população de 38.923 habitantes, em 1960, passa para 50.752 em 1970 (ARRAIS, 2007).

A subordinação da agricultura à indústria e a própria modernização da agricultura exigem mão-de-obra mais qualificada, embora em menor número. Assim alteram-se também as relações de trabalho. Mesmo os trabalhadores da zona rural são apenas funcionários, descaracterizados como típicos trabalhadores da terra. Os da cidade passam a ser trabalhadores de grandes complexos agroindustriais com

rotina de trabalho e vínculo empregatício iguais aos de quaisquer complexos industriais urbanos.

Mediante até mesmo, por razões históricas, a região, Sul-goiano conta com um número expressivo de agroindústrias, presentes em quase todos os municípios que a compõe.

2.6 A Região Sul-Goiano

A Região Sul-Goiano é composta por vinte e seis municípios. Tem uma economia bem diversificada, predominando a agropecuária. Limita-se geograficamente em Goiás com a Região Sudeste, o que lhe proporcionou maior intercâmbio econômico com a Região Sudeste Brasileira desde o Brasil Colônia. O município de Morrinhos-GO, onde fica o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, é um desses vinte e seis municípios da Região Sul de Goiás.

Sobre o desenvolvimento histórico da pecuária de corte na região, esclarece Chaul (1997, p. 88) que

[...], o gado, que se autotransportava, estabelecia elos comerciais duradouros entre Goiás, Minas e São Paulo. Rompia barreiras, desconhecia léguas de distância e mesmo abaixo do peso, entre a sede e a fome, ampliava um comércio que, cada vez mais, trazia bons rendimentos para Goiás.

Desde o final do século XIX, a criação de bovinos foi a principal atividade econômica do Sul-Goiano. Tradicionalmente criava-se o gado “curraleiro”, depois empregou-se capital para o cruzamento com as raças gyr e guzerath para melhoramento genético e aumento da lucratividade (CHAUL, 1997). Comercializava-se com os estados de Minas Gerais e São Paulo.

A maioria das pastagens no Sul-Goiano foram estabelecidas em terras devolutas e/ou em terras que sofreram grilagem.

No Sul Goiano este cenário permaneceu até as primeiras décadas do século XX. Mas a chegada da estrada-de-ferro, reordenou-o colocando fim à relativa

estagnação econômica, por levar à produção de grandes quantidades de grãos: arroz, milho, feijão e café. A estrada-de-ferro simbolizou a modernização agropecuária do estado e a maior integração de Goiás com quase todo o território nacional.

Com a penetração da via férrea em território goiano, os grillhões que prendiam a economia agrária regional a uma situação de quase estagnação, foram quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos. No sul do Estado avança o processo de urbanização. Algumas cidades se modernizaram e novos centros urbanos surgiram. O movimento migratório iniciado no século passado se intensificou com a melhoria dos meios de transportes. A terra, em algumas regiões do estado, se valorizou na medida em que a estrada-de-ferro incrementava a produção de uma renda diferencial, desenvolvendo inclusive, na Região da Estrada-de-ferro, uma certa especulação fundiária. (BORGES, 1990, p. 87).

Um novo arranjo espacial e transformações na produção agropecuária do Sul Goiano começam a desenhar a inserção da região na economia capitalista, inclusive a terra, principal elemento da produção agropecuária, tem seus preços majorados.

Nos primeiros anos da década de 1950, houve aberturas de novas estradas de rodagem em Goiás e a construção de Brasília e o êxodo rural fazem os centros urbanos crescerem. O Sul-Goiano foi se tornando uma das principais fronteiras agrícolas do estado, mas seu maior destaque era o rebanho bovino de corte e leiteiro, integrando-se cada vez mais ao Sudeste do Brasil, lugar de passagem para os deslocamentos para o norte e para o oeste. “Nas décadas de 60 e 70 essa integração consolidou-se com a realização de investimentos na pavimentação da Rodovia BR-153 (Belém-Brasília)”. (DEUS, 2002, p.167).

Nas décadas de 1980 a 1990 o sistema viário dos municípios do Sul-Goiano se encontra todo pavimentado o programa governamental de eletrificação rural e o FOMENTAR (que tinha como finalidade incentivar a expansão das atividades industriais no território goiano) reuniram as condições para produção, maior produtividade, transporte e comercialização, de grãos e também para atrair significativos complexos agroindustriais, que foram espacializados tanto em áreas urbanas como no campo.

As inovações tecnológicas especializadas na Região Sul-Goiano inserem-na na economia global tanto como produtora de produtos primários como de

manufaturados. Os investimentos multinacionais ampliam os complexos agroindustriais por todo o território Sul-Goiano.

Com essa modernização o Sul-Goiano sofre enormes impactos sócio-ambientais. A retirada da vegetação do bioma Cerrado sem nenhum controle, como a preservação da vegetação em áreas de nascentes, a conservação de recursos hídricos e solos e a grande saída do trabalhador rural para as periferias dos centros urbanos são exemplos contundentes desses impactos.

Esta política agrária em todo o país exclui os trabalhadores rurais, como na Região Sul-Goiano. E como em todo o Brasil, no Sul-Goiano esses trabalhadores, para buscarem sobrevivência se unem e pressionam as autoridades a distribuírem para eles as terras improdutivas da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água. Nessa luta, que se inicia com a mobilização e o acampamento, se tornam vitoriosos os trabalhadores com a criação do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água no município de Morrinhos-GO.

CAPÍTULO 3

FAZENDA/ACAMPAMENTO/ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA - EM MORRINHOS/GO

Para compreender as formas de organização sócio-espaciais do objeto de pesquisa, o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, em Morrinhos - GO, será necessário analisar o processo de luta pela terra com os vários sujeitos que dela participaram em diferentes fases. São homens, mulheres e suas crianças que, imbuídos de suas heranças culturais, resolvem lutar coletivamente para terem acesso à terra para trabalho de onde haviam sido forçados a sair. Pressionados nos centros urbanos, sem alternativa de sobrevivência, resta o retorno à terra, através da luta. Essas pessoas puderam contar com entidades que colaboraram com esse ideal como mediadoras, o que faz esse processo coletivo e solidário.

O Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água surgiu do acampamento na própria Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, de trabalhadores rurais sem terra que reivindicavam a posse das terras da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água. O INCRA, após várias expedições técnicas "in loco", constata oficialmente que as terras da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água dos Olhos D'Água eram improdutivas. Foram várias fases de luta que vivenciaram os trabalhadores rurais para terem acesso à terra que os levaram a se unirem desde o acampamento até à luta para na terra permanecer.

3.1 Morrinhos - GO: algumas notas sobre sua localização, origem e desenvolvimento sócio-econômico

O município de Morrinhos, conforme os critérios de regionalização do IBGE, localiza-se na Mesorregião Sul-Goiano, na Microrregião Meia Ponte. A área do município é de 2.846.156 Km² (SILVA, 2006). Situa-se entre as coordenadas de 17° 30' 20" e 18° 05' 40" de latitude sul e 48° 41' 08" a 50° 27' 34" de longitude oeste, apresentando altitude que oscila entre 771 e 800 m acima do nível do mar, conforme mapa 1. Faz divisa com os municípios de Água Limpa, Aloândia, Buriti Alegre,

Caldas Novas, Goiatuba, Piracanjuba, Pontalina e Rio Quente. Dista 128 km da capital do estado, Goiânia. É cortado pela BR 153.

Como afirmam Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2004), mais de vinte por cento das cidades goianas surgiram da sedes de fazendas e em terras mais planas, o que facilitava o crescimento e o desenvolvimento das cidades. Semelhante, o município de Morrinhos-GO surgiu de uma fazenda e desenvolveu a sua economia com base na agropecuária. Hoje seus principais produtos são: soja, milho, arroz, feijão, tomate, gado leiteiro e de corte, avicultura e suinocultura.

Segundo Silva (2006, p. 34),

Morrinhos foi fundada no início do século XIX por Antônio Correia Bueno, mineiro nascido em Patrocínio, e seus irmãos Vicente e Jacinto que ergueram uma capela, provavelmente entre os anos de 1833 e 1838, denominada Capela de Nossa Senhora do Carmo, em torno da qual se formou o Povoado Nossa Senhora do Carmo.

Principalmente no sul e no sudeste de Goiás quem tomava posse de grandes extensões de terra consideradas devolutas não se preocupava em legalizá-las perante a lei que, antes de 1850, concedia as sesmarias. Possivelmente essa situação tenha permanecido até mesmo depois da Lei de Terras de 1850. Conforme Luz (1982, p. 49-50),

Os proprietários goianos não tinham interesse em legalizar suas terras em forma prevista na lei, pois, além de ser um processo caro por causa das despesas com medição e demarcação, é difícil devido à falta de recursos humanos e técnicos; preferiam manter a situação irregular com vistas a incorporar novas terras sempre que necessário. Era mais fácil e viável legalizar suas propriedades por meio de doações à paróquia ou por meio de compras e vendas que eram aceitas pelos cartórios com a conivência dos funcionários do judiciário local.

Em 1855, o Povoado Nossa Senhora do Carmo foi elevado à categoria de vila — Vila Bela do Paranaíba, posteriormente cidade de Morrinhos (GO).

Os fundadores de Morrinhos-GO, segundo Silva (2006, p.31), eram descendentes de Bartolomeu Bueno, o bandeirante pioneiro na exploração de ouro em Goiás. Vinham de Patrocínio, Minas Gerais, fugindo da polícia e dirigiram-se

para Santa Cruz de Goiás, arraial que possuía ouro. Mas, não se sentindo seguros na referida localidade, adentram o sertão por mais de trinta léguas para assim, se acharem salvos dos problemas com a justiça da Província de Minas Gerais. Devido à preocupação com a segurança, os irmãos Correia Bueno fizeram uma promessa: de erguer uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Carmo, nas terras que agora lhes pertenciam, e em volta desta formou-se o povoado de Nossa Senhora (do Monte) do Carmo, às margens do Córrego Maria Lucinda.

Para o povoado famílias migraram de

Patrocínio, São Francisco das Chagas, Sacramento, Bagagem, Passos, Brejo Alegre, Campos Belos, Dolores de Uberaba, Varginha, Pitangui, Araxá, Freguesia de Nossa Senhora da Abadia e outras localidades mineiras [e] fixaram residência no lugar escolhido pelos Correia Bueno. Em 1845, Gaspar Martins da Veiga fez a doação de seiscentos alqueires de terras à Nossa Senhora do Carmo, em escritura pública. (SILVA, 2006, p.32).

Sobre a transformação do povoado (primeiramente em vila) depois em cidade, narra Fontes (1980, p. 28), “em 1882, o Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, foi um influente político, banqueiro e latifundiário, [...] articulou a assinatura da Lei nº 686, de 29 de agosto do referido ano, pela qual Morrinhos foi elevada à cidade”.

O município de Morrinhos (GO), por sua localização na Bacia do Paranaíba, teve garantida a continuidade de suas atividades sócio-econômicas na agropecuária e consequentemente na agroindústria. Comprovam a importância dessa localização geográfica para as atividades produtivas. Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2004, p. 151).

[...]. Geralmente, os vales mais amplos propiciam uma atividade humana mais efetiva e mais continuada em termos de unidades de produção. Um exemplo é o Vale do Paranaíba, cujas terras, tanto do lado mineiro quanto do lado da vertente goiana, são bastante extensas e produtivas. Ali se produz de tudo, desde culturas mais exigentes, como a cana-de-açúcar e o milho, às boiadas selecionadas.

Com a vinda de agricultores paulistas e da Região Sul na década de 1970

para o Centro-Oeste, que investiram em novas tecnologias, o espaço agrário de Morrinhos deixa de produzir somente para o mercado regional e passa a contar com novas culturas como soja e cana-de-açúcar, que trouxeram como consequência sócio-cultural o emprego da mão-de-obra de trabalhadores “boia-fria”, que trabalham certos períodos sazonalmente a substituição dos trabalhadores rurais por tecnologia de ponta. A partir das décadas de 1980 e 1990 foram implantadas novas culturas, como milho doce e tomates, e incrementada a avicultura.

Para se conseguir as altas produtividades e produção que a agropecuária moderna requer, acabou por se gerar vários problemas ambientais no município. Impactos ambientais de várias ordens, como o não cumprimento das leis ambientais, a aplicação de agrotóxicos sem controle, o desmatamento de matas ciliares, o assoreamento dos cursos de água, a utilização desmedida dos recursos hídricos (o município ocupa o segundo lugar em números de pivôs no estado de Goiás, conforme a SEPLA - (Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás), a perda da fauna e da flora comprometendo o bioma Cerrado são facilmente observáveis.

Em Morrinhos, como outras regiões do estado de Goiás que têm uma agricultura produzindo em alta escala, se encontram pouquíssimas partes do bioma Cerrado preservadas. Aquelas que ainda não foram degradadas são áreas de relevo mais acidentado, que impossibilitam o desenvolvimento das lavouras mecanizadas e, por isso, permanecem com produção tradicional ou lavoura tipicamente camponesa.

A agropecuária é responsável por 65% (sessenta e cinco por cento) da geração de divisas do município: Morrinhos têm uma das maiores bacias leiteiras de Goiás e uma das mais sólidas cooperativas do país: a COMPLEM (Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos) que já produz vários itens derivados do leite.

A produção de grãos como soja e milho é bem expressiva no município. Uma empresa multinacional, a Monsoy, e a Caramuru, são as principais articuladoras em quase todas as fases de produções da soja e do milho e também do algodão.

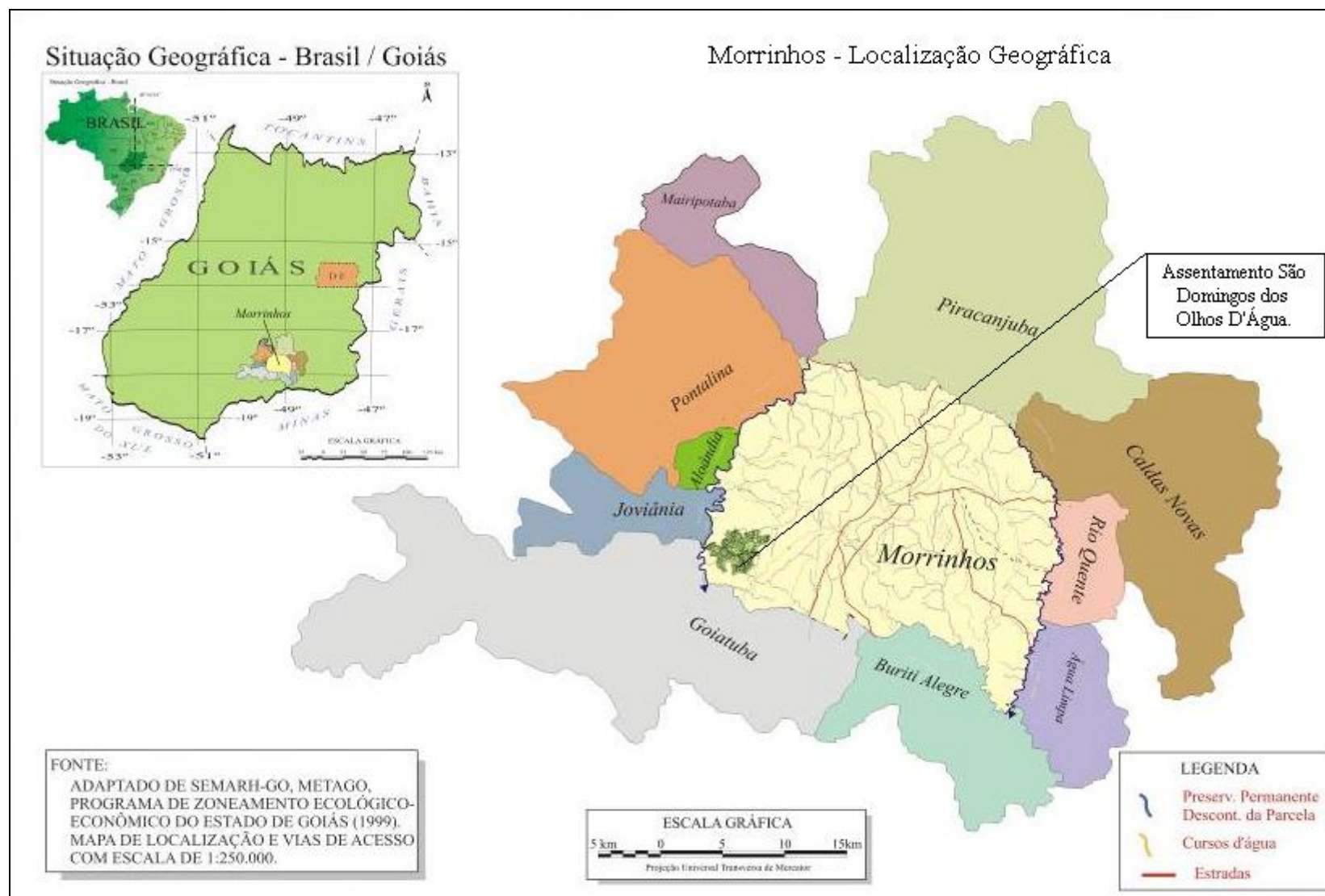
Morrinhos, como os demais municípios do seu entorno, tornou-se corredor da cana-de-açúcar à partir dos anos 1990. O cultivo passou a ocupar, tanto áreas anteriormente ocupadas por pastagens, como por lavouras de grãos. Essa substituição já gerou um certo impacto negativo na cadeia de produção de leite e

grãos. O município ocupava o segundo lugar em produção de leite no estado de Goiás e caiu para o quarto lugar (SEPLAN). Houve queda também na produção de cereais como arroz e feijão etc.

Morrinhos-GO, conta com um parque industrial planejado, o DAIMO (Distrito Agroindustrial de Morrinhos), que fica a 5 km da cidade às margens da BR-153, a principal rodovia de escoamento da produção do município. Nele estão instalados empresas como a Olé (produção de conservas e enlatados de milho, tomate, doces, ervilha e azeitonas) e a COMPLEM (produção de leite e derivados). A produção de leite de vários municípios do entorno é direcionada à COMPLEM e seus produtos são comercializados em todo o Estado de Goiás e nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. A cooperativa é um dos principais fornecedores de leite para o grupo Nestlé. A empresa Frangos Quality e o Grupo Colorado, do segmento sucroalcooleiro, estão situados na zona rural do município, fora do DAIMO.

A mão-de-obra empregada na produção desses produtos agrícola, e nas agroindústrias é de trabalhadores residentes na cidade de Morrinhos, exceto para o manejo de cana-de-açúcar, em que a maioria dos trabalhadores migram sazonalmente de outras regiões do país, principalmente no Nordeste. Semelhantemente aos trabalhadores mais qualificados que ocupam postos de trabalho nas agroindústrias, a maior parte da mão-de-obra qualificada para a área de serviços de hotelaria é absorvida pelo complexo turístico das Águas Quentes (Pousada do Rio Quente) no município do Rio Quente Goiás, fazendo migração pendular.

É nessa realidade socioeconômica do município de Morrinhos-GO, que se insere o objeto desta pesquisa, o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, conforme o mapa 1.



Mapa 1 – Localização do Assentamento São Domingos no município de Morrinhos (GO)

Autor: Odair Rodrigues de Oliveira

3.2 A Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água

A Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, localiza-se no sudeste do município de Morrinhos-GO e possui terras bastante valorizadas no mercado imobiliário. A fazenda tem extensas áreas com vegetação de cerrado preservadas (933.24 ha), que tornaram-se reservas legais (ver mapa 2). Seu potencial hídrico conforme mapa 2 (p.106) é bom, são dois ribeirões: Lageado e São Domingos, e três córregos: Vai-Volta, Cabeluda, Candiúba. Cinco lotes limitam-se com o Rio Meia Ponte.

Conforme dados obtidos no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato da Comarca de Morrinhos (GO), a propriedade foi adquirida em seis de junho de 1952 pelo Sr. Lindolfo Gomes Ferreira e possuía uma área de 45 alqueires. Em 08/05/1957 e em 18/11/1957 ele adquire mais 53 alqueires. Já em 25/09/1958 o sr. Lindolfo consegue ganhar na justiça a propriedade de 14 alqueires contra sr. Amaro Alves de Moraes. A forma como se desenrolou o processo não pôde ser pesquisada devido à burocracia dos órgãos governamentais competentes. Em 28/09/1960 foram comprados mais 23 alqueires pelo sr. Lindolfo; em 30/09/1966, o proprietário registra a compra de mais 1 alqueire; em 24/05/1971, de mais 6 alqueires; em 15/06/1977, mais 18 alqueires, totalizando 160 alqueires, e em 28/08/1985, mais 187 alqueires. Ao todo são, portanto, 347 alqueires, que correspondem a 1.679,48 hectares. Entretanto, em trinta e três anos, o sr. Lindolfo Gomes Ferreira adquire uma área de 3.524,4509 ha. (fonte Laudo de Vistoria Número 0112/97, conforme cópia em anexo C). Foram aglutinados ao seu patrimônio 1.844,9709 ha. através de posse de terras devolutas. Ao ser confeccionada a Cadeia Dominial (que se encontra em anexo B) essa questão do excedente de terras ficou bem visível, pois a área total da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água dos Olhos D'Água oficializada no cartório de imóveis é bem menor. Porém, o INCRA distribuiu também o excedente dos hectares de terras devolutas que estavam anexados a propriedade do sr. Lindolfo Gomes Ferreira.

Ao se tentar saber quem era o sr. Lindolfo Gomes Ferreira, em conversas informais com pessoas que participaram do processo da luta pela terra, elas informaram que o sr. Lindolfo Gomes Ferreira era de Minas Gerais, o que é um dado interessante, isto é, ele não pertencia às famílias tradicionais do município de

Morrinhos-GO. Talvez esse fato tenha influenciado a escolha dessa área, em relação às demais propriedades, para se fazer o acampamento e o futuro assentamento, pois geralmente os proprietários que têm suas origens no lugar têm muito poder nas esferas dos poderes públicos, municipais e estaduais e até mesmo federais.

Outro fator determinante para a escolha foi a constatação, pelos trabalhadores rurais, de que a terra da fazenda era realmente improdutiva. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR – Morrinhos-GO foi um dos articuladores da ocupação, tinham certeza do fato e tinham convicção que a terra seria ganha, pois quando o INCRA a inspecionasse oficialmente também concluiria que era improdutiva.

Em entrevista, o sr. Nicanor Rodrigues Machado, (2009) o pioneiro na articulação com os trabalhadores para ocuparem a Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, informou como foi o processo da vistoria pelo INCRA:

Eu, naquela época, em 1982, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos e junto com o presidente do Sindicato de Goiatuba, Lázaro Custódio da Silva, pedimos que o INCRA fizesse vistoria nessa fazenda, o pedido foi feito através de ofício. Mas o INCRA nada fez naquela época, depois de dez anos mais ou menos, nós novamente cutucamos o INCRA, com ofícios solicitando a vistoria e aí a gente resolveu só depois de quatro anos, 1986, convidar as pessoas que precisavam da terra para trabalhar, a se ajuntar para então entrar na fazenda. E isso foi muito rápido, pois se demorássemos não tinha como entrar na fazenda. (Entrevistado em 18 de outubro de 2009).

Em entrevistas informais feitas no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, em novembro de 2008, durante a pesquisa de campo para a produção do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, uma das perguntas era por que tinha sido escolhida a Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água. Grande parte dos entrevistados disse que tinha certeza que a terra era improdutiva. Para ilustração segue abaixo a fala de um assentado: “A gente tinha certeza que o INCRA ia ver a mesma situação que nós vimos, as terras eram mesmo improdutivas, era algo que todo mundo via, tanto é que o INCRA deu ganho de causa pra nós.” (Depoimento do Sr. Antônio Gentil em 18 de outubro de 2009).

E devido a essa certeza que terra era improdutiva, que levou os futuros

ocupantes a acreditar que através da luta conseguiriam entrar naquela terra e depois o grande desafio seria a luta para nela permanecer.

3.3 Os Primeiros Passos da Luta para a Conquista da Terra

O espírito de luta de varias pessoas, foi o que muito contribuiu para a conquista da terra juntamente com a participação de algumas instituições.

O Sindicato dos trabalhadores Rurais – STR de Morrinhos-GO foi fundado em 1972. O sr. Nicanor Rodrigues Machado (narra como foi o começo do trabalho, como foi a mobilização dos trabalhadores e as dificuldades e perigos enfrentados:

O trabalho nosso foi feito como de formiguinha, nós íamos em cada local que esse trabalhador estava, escondido do dono da fazenda e convidava o trabalhador para reuniões que sempre estrategicamente fazíamos nas escolas rurais e geralmente era um aniversário ou batizado. Naquela época tinha muitas escolas na zona rural. Só em uma semana nós fizemos no Sindicato mais de 300 carteiras, elas acabaram e teve que buscar mais em Goiânia. E junto de nós, veio os fiscais do trabalho e visitou algumas propriedades e aí, a senhora sabe, os fazendeiros logo em toda região ficou sabendo o que nós tínhamos feito. Eu e o Divino recebemos muitas ameaças, houve um tempo que solicitamos segurança e fomos atendidos, nós andávamos escoltados pela polícia, todo dia recebíamos ligações anônimas de ameaça de morte, mas graças a Deus correu tudo bem. A partir daí o trabalhador, além de já ter consciência de seu direito de trabalhar com carteira assinada, tinha também um lugar para ser apoiado, ser ouvido e o mais importante, ser atendido. (Depoimento do Sr. Nicanor Rodrigues Machado em 18 de outubro de 2009).

O sr. Nicanor e outros integrantes do STR, são militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tem como uma de suas “bandeiras” de luta pressionar os governantes do país a promover distribuição de terra para quem dela necessita para sobreviver. Além de atuarem em Morrinhos, eles prestaram trabalho como voluntários em várias frentes de luta pela terra em Goiás. E, ao participarem dessas lutas, foram tendo experiências que resultaram no primeiro assentamento em Morrinhos, o Tijuqueiro, em terras da União ocupadas então pela extinta EMGOPA⁴. - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária criada em 1973 e que

⁴ A esse respeito consultar Queiroz, 2003.

criou estações experimentais em vários locais do estado de Goiás para desenvolver pesquisas, como em Morrinho - GO. Depois a EMGOPA foi substituída pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

O sr. Nicanor começou a convidar, de casa em casa, os chefes das famílias para “encarar” a luta de ocupação da Fazenda São Domingos dos Olhos D’Água, conforme o depoimento que segue:

Foi um dia mais ou menos na hora do almoço e fui até a casa do sr. Antônio Gentil (esposo de Dona Norcina) e falei se ele queria se juntar a nós para ocuparmos a Fazenda São Domingos dos Olhos D’Água e ele e outros toparam e assim a gente ocupou da noite para o dia, com mais ou menos 100 famílias (Depoimento do sr. Nicanor Rodrigues Machado em 18 de outubro de 2009).

Esses foram os primeiros passos que esses trabalhadores rurais mesmo sob ameaças de morte (anexo F) deram para terem acesso a terra. E isso só foi possível com a conscientização de que a terra tem que cumprir o seu papel social.

3.4 As Famílias que Ocuparam a Fazenda São Domingos dos Olhos D’Água

As pessoas que migraram para a Fazenda São Domingos, pertence ao um grupo socioeconomico muito heterogêneo em relação ao local de onde migraram.

Ao se tabular os dados dos questionários (anexo G) aplicados no Assentamento São Domingos dos Olhos D’água em outubro de 2009, ficou evidenciado que os trabalhadores com suas famílias que resolvem lutar pela terra são, na maioria, moradores da cidade de Morrinhos - GO e outras cidades da Região Sul de Goiás (Goiatuba, Piracanjuba, Panamá e Itumbiara), conforme o gráfico 1. Foram entrevistadas 45 assentados, em novembro de 2009. Grande parte destes trabalhadores estavam desempregados ou trabalhavam de forma autônoma; uma pequena minoria era de empregados em fazendas localizadas em Morrinhos - GO, ou em de outros localidades. Essa população foi expulsa do campo pela

tecnificação, pois o capital, ao reestruturar a produção, no campo, não absorve a mão-de-obra desses camponeses e a única alternativa que lhes resta é buscar os centros urbanos como via de sobrevivência.

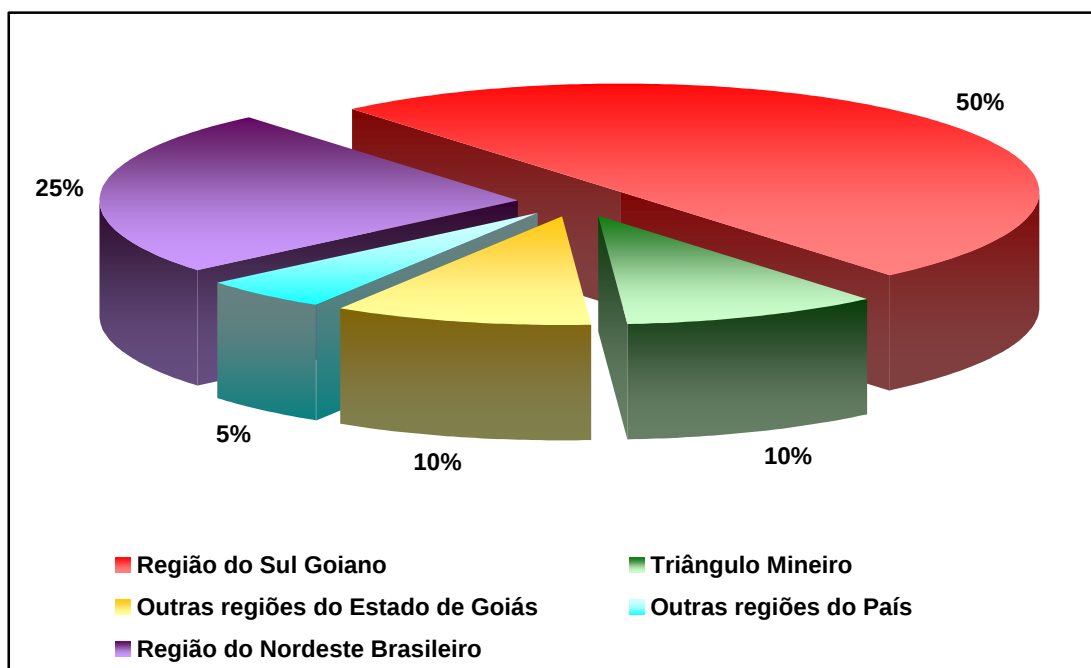


Gráfico 1 - Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água: origem dos assentados

Fonte: Vieira, M.A.F.R.V., 2009

A maioria dessas pessoas residia na cidade, mas estava ociosa, oficialmente por não possuírem qualificação para ocupar os empregos existentes nas cidades. Concorda com isso Mendonça (2007, p. 86-87) quando afirma que:

As inovações técnicas e tecnológicas excluíram e excluem aqueles que não têm formação técnica necessária para o exercício das novas funções, forçando-os a migrar para outros lugares, em geral áreas urbanas. Contudo, sabe-se que não há emprego para todos, em função do “enxugamento” proposto pela reengenharia e pelas alterações no processo produtivo que, na origem, eliminam postos de trabalho. Nesse contexto, o discurso da insuficiente qualificação dos camponeses e *trabalhadores da terra* é reforçado para mascarar as razões da crise estrutural do capital, responsabilizando os excluídos pela sua condição sócio-econômica.

Assim, se é certa a insuficiência de qualificação dessa mão-de-obra obrigada a migrar para a cidade, é mais certo ainda que o capital sofre de uma crise estrutural permanente que produz excluídos e os culpa, a eles próprios, por essa

sua condição.

Esses trabalhadores são marginalizados e segregados pelo capital no campo e na cidade, o mesmo capital que transfere a elas a responsabilidade de estarem vivendo parcialmente, de terem qualificação profissional.

Morar na cidade para esses trabalhadores é conviver com a instabilidade permanente. Não têm vínculos empregatícios, nem na cidade nem no campo, pois a maioria deles é obrigada a trabalhar na informalidade, na cidade; e, no campo, a prestação de serviços por empreitadas ou como rendeiro/arrendatário – uma minoria – morando na cidade as oportunidades de trabalho só em época sazonal, principalmente em tempos de colheita de safras. As condições de trabalho são precárias e incluem uma extensiva jornada de trabalho, que se inicia ao irem para os pontos de ônibus ainda de madrugada, às 4 da manhã, para pegarem ônibus, muitas vezes precários, de segurança duvidosa, que colocam em risco a vida deles, a maioria viaja em pé. A jornada só termina, no campo, por volta das dezessete horas. Antes das fiscalizações e leis eleitorais mais rigorosas, era comum candidatos a cargos políticos servirem aos trabalhadores com café da manhã, em troca de futuros votos.

Quando estes sujeitos resolveram entrar na luta pela terra, o objetivo era sair da condição de segregação social, deixar de ser trabalhador da/na terra para, trabalhar e cultivar a sua própria terra, produzir para viver com dignidade. Territorializar-se e dar continuidade ao modo de vida camponês, com melhores condições sócio-econômicas para suas famílias. Isso é possível na terra de trabalho na qual se trabalha para si. O depoimento a seguir demonstra a condição do trabalhador da terra sem terra para trabalhar.

Nós vivia na terra dos outros, quando a gente pensava que estava empregado, o dono da fazenda vinha e mandava a gente embora. E aí saímos à procura de outro patrão, não era fácil. A gente às vezes não tinha nem o que comer, era muito difícil, o sofrimento era grande. E foi esse sofrimento enorme que nos encorajou de encarar essa luta. (Wanderlam Gonçalves de Melo, em entrevista concedida no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, em 18 de outubro 2009).

De acordo com Martins (1986, p.60), para o capital, a terra é mercadoria, é para negócios, é lugar de exploração do trabalho de outrem, mas para o

trabalhador da terra é meio de trabalho para a sobrevivência.

O assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, no município de Morrinhos-GO, terra conquistada através da luta, por pessoas expropriadas, subordinadas, exploradas pelo capital, é, hoje, terra que dá frutos para quem nela trabalha.

Terras privadas foram desapropriadas a partir da luta e nelas foram assentados trabalhadores rurais sem terra em Morrinhos (GO). Sem dúvida, um grande marco do direito à terra, da luta por ela e da vitória sobre o capital, representado pela figura do latifundiário na região.

Inicialmente, quando criados, os STRs de Goiatuba (GO), Piracanjuba (GO) e Morrinhos (GO) se mobilizaram e reivindicaram a fiscalização das condições de trabalho pelo Ministério do Trabalho.

No processo de luta pela terra da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, a maioria dos camponeses residiam nas cidades, mas trabalhavam na zona rural. Os encontros nos quais se definiam as estratégias a serem usadas para iniciar a luta aconteciam nas cidades de Morrinhos-GO e Goiatuba-GO. É nas cidades também que estão as instâncias de poder.

Isso certamente aponta para a necessidade de compreendermos que a reforma agrária se faz no campo, mas se ganha é na cidade. Assim, cidade e campo estão unidos dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta. [...]. (OLIVEIRA, 1997, p.27).

Além dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos-GO e Goiatuba-GO, outras instituições foram fundamentais para o fortalecimento da luta pela terra da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, como a CPT cuja contribuição principal foi divulgar, através da imprensa (jornais, rádio e revistas, conforme anexo A), a realidade dos acampados, as ameaças de morte que eles recebiam dos pistoleiros da fazenda e sua improdutividade e auxiliar os acampados com fornecimento de alimentos para as famílias.

Alguns agentes da CPT participaram diretamente do processo, presentes no acampamento solidarizando-se e, mais ainda, demonstrando apoio ostensivo, o que, de certa forma, dava respaldo político e legitimidade à luta dos acampados.

Em 3 de agosto de 1997, 120 famílias acamparam na Fazenda São

Domingos dos Olhos D'Água dos Olhos D'Água. O Estado, através da polícia, intimidava-as e perseguia-as enquanto estavam acampadas. A longa espera, de mais de 6 anos, levou várias famílias a abandonarem a luta. Um dos fatores que contribuíram para isso foram as condições precárias no acampamento, ausência de quase tudo. Apenas 26 famílias resistiram até o fim. As fotos 1, 2 e 3 testemunham a precariedade das condições do acampamento.



Foto 1 - Acampamento na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos/GO, 1997.
Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Morrinhos.



Foto 2 - Acampamento na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos/GO. 1997.

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Morrinhos.

Morar em barracos de lona plástica ou pau, pequenas, baixas, sem segurança, sem condições de higiene e saúde (como água tratada e encanada, instalações sanitárias, chuveiro), entre outras coisas, na seca ou na chuva, no calor ou no frio. As famílias resistiram por quase seis anos movidas pela esperança de acesso à terra. Naquelas condições, pessoas, seres humanos, estão no limite. Nem todas resistem. O espírito de luta, o sonho, a esperança, os sofrimentos passados e o vigor físico são importantes para se resistir. Isso não é especificidade do acampamento em questão, são as condições que milhares de famílias de sem terra enfrentam ao sonharem e ir à luta para concretizar o sonho da terra de trabalho.



Foto 3 - Acampamento da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos-GO, 1997.

Fonte: Acervo do Sindicato Rural de Morrinhos.

Durante a fase de acampamento podem ocorrer os mais variados eventos com os acampados, por causa da própria situação ou não. Por exemplo, o sr. Walter de Souza (João do Neca), um dos pioneiros do acampamento, e sua esposa adoeceram e ficaram acamados por mais de 2 anos, por isso, no terceiro ano, deixaram o acampamento, mas não abandonaram a luta pela terra.

A fase de acampamento é um momento de várias significações para os acampados, é espaço interativo, processo de socialização política etc., além da vivência cotidiana de imensas dificuldades. No acampamento São Domingos dos Olhos D'Água, só 21,66% dos acampados permaneceram até o fim da ocupação aguardando a decisão do INCRA para serem assentados.

Deixar as famílias em fase de acampamento por muito tempo com o argumento de que se está selecionando-as, não é selecionar, mas, sim condená-las tanto ao fracasso quanto a situações que de tão precárias se assemelham a tortura, tanto que 78,34% das famílias não resistiram e a maioria retornaram para seus locais de origem. A morosidade do Estado, a burocracia, trabalha contra os interesses dos cidadãos mais de uma vez excluídos. E também expô-los às

ameaças de morte constantes⁵.

Mas se as pessoas se unem e acampam-se mesmo sabendo o que podem sofrer é porque têm um objetivo: terra para plantar e colher, para sobreviver pelo trabalho. A satisfação de necessidades básicas, como alimentação, não pode esperar. E aí o acampamento se torna o ponto de partida, lá se começa o trabalho.



Foto 4 – Primeiras plantações e criações no acampamento. Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água-GO. 1997.

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Morrinhos.

A foto 4 testemunha, ainda em fase de acampamento, a possibilidade de fatura e mantimentos e de animais. Os roçados eram tocados com trabalho de mutirão e a produção dividida com todos os assentados. Os roçados foram distribuídos estrategicamente por varias localidades da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água para diminuir as distâncias para serem transportados os alimentos. E, definitivamente, as roças demonstram para a sociedade que aquelas pessoas sabiam tornar a terra produtiva.

⁵ Ver em anexo A reportagem do Jornal O Popular de 9/12/2003.



Foto 5 – Plantação de bananas no acampamento. Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, Morrinhos-GO.

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Morrinhos. 1997.

A foto 5 é testemunho da união entre as famílias para plantar suas roças em várias partes da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água.

Após 6 anos de acampamento, o INCRA divide a Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água no município de Morrinhos-GO em 86 lotes, conforme o mapa 2, e os distribui à 26 famílias “sobreviventes”.

As famílias que não fizeram parte da luta em fase de acampamento, foram selecionadas pelo INCRA e pela Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água.

3.5 O Assentamento São Domingos Dos Olhos D'Água

Do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos-GO, constam catorze Reservas Ambientais Permanentes, pois 20% da área total de uma propriedade rural têm que ser preservados, conforme o Decreto: 6.514, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. As reservas ambientais do assentamento são, segundo informou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sr.

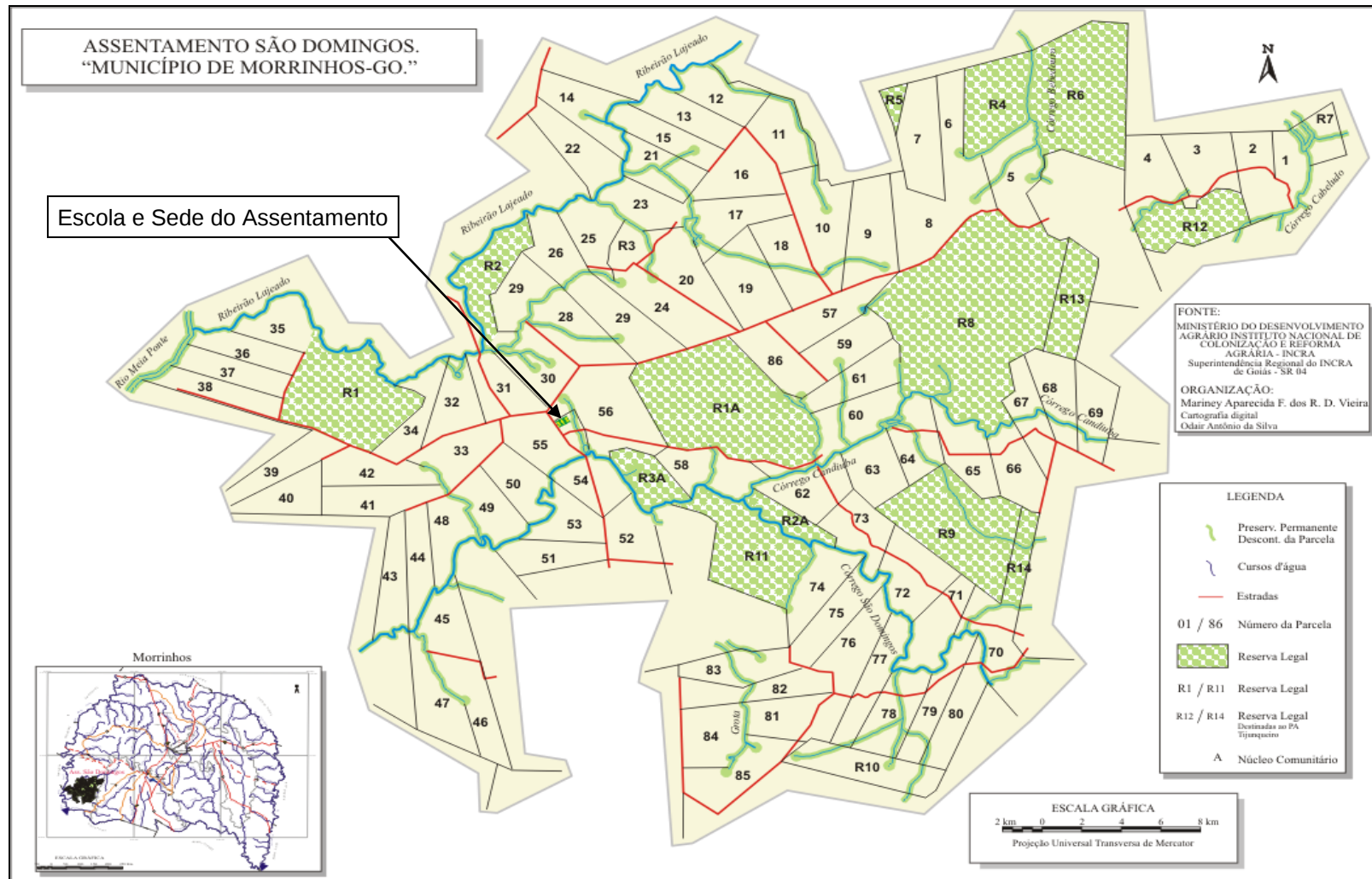
Donizete, superiores aos 20% previstos em lei, diferentemente das propriedades circunvizinhas do referido assentamento, conforme pode ser observado na Foto 6. A propriedade capitalista não cumpriu a lei e, nesta paisagem, não há nenhuma área de cerrado preservado, assim como na maioria das propriedades do agronegócio localizadas em Goiás.



Foto 6 – Plantação de cana-de-açúcar do Grupo Colorado, vizinha ao Assentamento. São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos-GO. Esse grupo, ao todo, cultiva 80 mil hectares de cana-de-açúcar e esmaga 3,4 toneladas por safra.
Foto: Dutra, M.A.F.R.V, 2009.

O Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água tem vários cursos de água preservados e os lotes 36,37 e 38 ficam às margens do Rio Meia Ponte que, nesta localidade, tem maior vazão do que onde é atravessado pela BR-153 e do que em Goiânia. A margem, a esquerda do rio na altura dos lotes (36,37 e 38), estão preservadas, ao contrário das suas margens direitas das quais o proprietário retirou toda a mata ciliar, substituindo-a por pastagens.

Os lotes são de tamanhos diferentes e essa diferença se deve à qualidade do solo e ao relevo; lotes de solos mais férteis, em relevo mais plano, são menores e lotes com solos menos férteis e com relevos mais movimentados são maiores (Mapa 2).



Mapa 2 – Mapa do loteamento do São Domingos Dos Olhos D'Água, Município de Morrinhos (GO).
Autor: Odair Rodrigues de Oliveira.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional do INCRA de Goiás – SR 04, Divisão Técnica), a área total do assentamento é de 728,19 alqueires, ou seja, 3.524,4509 hectares. A Reserva Legal Assentamento do São Domingos dos Olhos D'Água é de 790,80 hectares; a Reserva Legal do Assentamento Tijunheiro também se encontra dentro do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água e é de 80,07 hectares, a Área de Preservação Permanente (APP) é de 62,37 hectares. Fonte: Memorando Nº830/97/SR-Z. Protocolo de Criação do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, O bom nível de áreas naturais preservadas, foi confirmado em pesquisa de campo, realizada no período de janeiro a junho de 2009.

Segundo depoimentos dos assentados, muita madeira foi retirada ilegalmente da fazenda e vendida pelo antigo proprietário sr. Lindolfo Gomes Ferreira, quando ele percebeu que a sua causa estava perdida na Justiça. Mas, mesmo assim, ainda ficou uma boa área preservada e bem distribuída. No mapa 2 estão localizadas 14 APP, presentes no assentamento.

Grande parte dos lotes são banhados pelos cursos d'água existentes no assentamento e, segundo o assentado Reginaldo da Silva Mendes, “Alemão”, atual Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, os lotes que não contam com cursos naturais de água terão recursos da união para perfurar poços artesianos.

Durante o trabalho de campo, percebe-se que os moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água têm uma certa consciência ambiental; poucos não preservaram os recursos naturais; àqueles que pretendem não permanecer no assentamento retiraram quase toda a vegetação natural, principalmente para revenda de madeiras de lei. Os demais assentados têm preservado os recursos naturais como a vegetação, os recursos hídricos etc, por ser uma exigência do INCRA, quanto por uma certa conscientização acerca da importância desses recursos naturais como matas ciliares, áreas de proteção permanente, rios e riachos ali presentes.

Os assentados trabalham com mão-de-obra familiar, tipicamente camponesa. Da terra retiram a sobrevivência e, não, o lucro; utilizam dela apenas o necessário e preservam a outra parte; nela trabalham sem explorar o trabalho do outro; trabalham em família e todos participam do resultado do trabalho.



Foto 7 – Lote 45 Produção de hortaliças para autoconsumo e venda do excedente de Dona Norcina.

Foto: Vieira, M.F.R.V., 2009.

A foto 7 mostra o lote n. 45 (Mapa 2) de Dona Norcina, na foto. Ela é uma das pioneiras juntamente com seu esposo, sr. Antônio Gentil, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água. A produção de hortaliças é para consumo da família e o excedente é comercializado nas feiras livres dos municípios de: Morrinhos, Goiatuba e Itumbiara. Na foto ao fundo pode-se ver que a vegetação nativa está preservada. Além das hortaliças, há uma pequena pastagem e bananeiras, ou seja, não se vê a homogeneidade da paisagem de uma grande propriedade capitalista em que predomina a monocultura.

O Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água é um espaço agropecuário camponês incrustado no espaço agropecuário capitalista. Pode-se dizer que, se, de um lado, a lógica capitalista diferencia e hierarquiza os espaços, de outro, criam-se “ilhas de esperança” nas quais se pode ver uma relação mais saudável entre o homem e a natureza e entre os homens e outros homens.

No Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água as APP (Áreas de Preservação Permanentes) e as Reservas Legais previstas nas leis ambientais são respeitadas. Os cursos d'água encontram-se bem preservados. Isso não se dá

apenas por obediência às leis; faz parte do modo de vida do camponês preservar áreas, das quais retiram ervas para medicamento, coletam frutos nativos e utilizam para lazer.

3.5.1 Políticas Públicas x Produção no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água

3.5.1.1 Incentivos e Resultados

No Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água alguns programas governamentais, como o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), Rural Rápido, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem), PDA (Plano de Desenvolvimento Agrário), oferecem desde ajuda financeira até cursos de qualificação. Esses incentivos, conforme afirmam os assentados ao serem entrevistados facilitaram, de certa forma, a permanência deles no local por trazerem perspectivas melhores.

O primeiro entrou com o Projeto Fomento que repassou a todos os parceiros uma quantia de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), destinada somente para a compra de ferramentas manuais. Segundo o assistente técnico agropecuário do Assentamento, sr. Neuler Ribeiro de Oliveira, (2009), “foi muito importante esse investimento, como os demais”.

O segundo foi o programa de moradia, chamado Cheque Moradia, em que foi oferecida uma quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para cada parceiro. A satisfação dos assentados foi comprovada nas respostas dos questionários que aplicados em outubro de 2008, durante a pesquisa de campo. 100% dos assentados têm residência em suas parcelas. As casas construídas têm modelo padrão, com as seguintes características: 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, uma área total construída de: 48,75 m² (6,5 x 7,5m). Muitos assentados já conseguiram modificar suas residências, aumentar seu tamanho, por necessidade e para melhor adequar ao tamanho da família, ampliar as áreas externas, construindo varandas ao redor da casa.



Foto 8– Acampamento na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água dos Olhos D'Água, Sr. Wanderlam Gonçalves de Melo e família. 1999.

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos-GO.

A Foto 8 mostra a barraca da família do sr. Wanderlam Gonçalves de Melo, no acampamento, em 1999. Ele é um dos pioneiros do assentamento e, na casa que aparece na Figura 8, mora com a família por mais de 6 anos.



Foto 9 - Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, residência do sr. Wanderlam Gonçalves de Melo, construída com recursos do Cheque Moradia.

Foto: Vieira, M.A.F.R.V., 2009.

A Foto 9 mostra a nova residência do sr. Wanderlam Gonçalves de Melo, que foi construída pelo Programa do Governo Federal, chamado Cheque Moradia, incentivo para a construção das moradias dos assentados, levando-os a residirem em casas com melhor padrão de qualidade, com o mínimo necessário à saúde, à higiene e à segurança, bem diferente das “barracas” (figuras 1,2,3,4,5 e 8).

As casas, conforme Foto 9, são de alvenaria, o modelo padrão das casas é: dois quartos, sala, cozinha e banheiro; todas contêm fossa séptica, energia elétrica. A casa que aparece na Figura 9 mantém as mesmas formas do projeto original, mas a maioria das casas já sofreu modificações, melhorias, à medida em que o trabalho progride .

Outro incentivo do governo federal para os camponeses do Assentamento São Domingos dos Olhos D’Água foi a implantação do Projeto PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar). Esse projeto é dividido em duas partes. Uma é para a aquisição de bovinos e outra é para compra de equipamentos, instalação de infraestrutura, como cercas, e formação de pastagens. O investimento da primeira fase foi de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com carência de dez anos para ser quitado e o da segunda foi de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), podendo ser pago em três anos consecutivos.

Segundo o sr. Neuler Ribeiro de Oliveira (2009), muitos migraram e esse plano financeiro para o DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). O DAP só pode auxiliar economicamente os assentados que já passaram pelo PRONAF e uma das exigências é a quitação de toda a dívida de empréstimos do PRONAF. Quem fornece o comprovante do término de pagamento dos empréstimos do PRONAF é o INCRA. O DAP só contempla pessoas que estão inseridas em programas de reforma agrária.

O projeto Rural Rápido contempla mais de 70% dos assentados. O valor mínimo de empréstimo era R\$ 3.000,00 (três mil reais) e de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) o valor máximo. Mas, a média de empréstimo através do Rural Rápido foi em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), segundo o sr. Neuler Ribeiro de Oliveira (2009). O assentado pode utilizar o dinheiro desse empréstimo como achar melhor; ele não é direcionado como os outros financiamentos. Porém, o dinheiro é parcelado e as parcelas são liberadas conforme o assentado vai efetivando os pagamentos das parcelas anteriores.

Nos questionários aplicados durante a pesquisa uma das perguntas era se tinha valido a pena lutar pela terra. 100% dos entrevistados responderam que sim.

Na pesquisa de campo também ficou evidenciado que os recursos financeiros, foram suficientes, apenas para que a maioria dos assentados tenham o necessário para viver relativamente bem. Para a geração de excedentes que, colocados no mercado, se tornassem renda para satisfazer outras necessidades, além de moradia e comida, estes recursos foram insuficientes. Aparentemente alguns assentados conseguem produzir não apenas para consumo próprio, mas também para vender, mas apenas “aparentemente”, porque aqueles que optam por praticar pecuária leiteira, por exemplo, são obrigados a vender o produto e ficam à mercê do mercado. Segundo Paulino (2006, p. 110), isso é uma especificidade da classe porque,

[...] a classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, o que a diferencia das demais classes. Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como fazem os assalariados. Em outras palavras, o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no que está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que tem para vender unicamente a mercadoria força de trabalho.

Quando o capital compra a produção do camponês pagando preços inferiores ao valor do trabalho nela contido, está apropriando-se da renda da terra gerada pelo trabalho. De modo que ao vender seu produto no mercado, seja o excedente ou não, o camponês está “caindo na rede” do capitalismo, embora ele seja um trabalhador diferente daqueles que só têm para vender a sua força de trabalho.

Paulino (2006, p. 110) esclarece que:

[...] a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. [...] interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriarem da renda da terra. Em outras palavras, sabendo que apenas o trabalho é capaz de criar o valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprarem a produção camponesa a um preço inferior ao valor do trabalho nela contido.

Outra situação favorável ao capital quando compra a produção camponesa é que o camponês, diferentemente do trabalhador individual, que ao

vender sua força de trabalho gera custos para o capitalista – custos que, na verdade, são direitos trabalhistas, não gera esses custos e o preço de seus produtos é o capital que estabelece. Por isso, segundo Paulino (2006) o camponês, o pequeno produtor, torna parceiro preferencial dos capitalistas, principalmente da agroindústria.

O assentamento São Domingos dos Olhos D'Água é exemplo dessa situação a comercialização do leite produzido com a COMPLEM (Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos), fornecedora para a transnacional Nestlé, que atua no seguimento de alimentos industrializados.

Obedecendo às normas sanitárias do Ministério da Agricultura, os pequenos produtores de leite do Assentamento se uniram para comprarem tanques de resfriamento de leite, nos quais o leite das propriedades próximas fica armazenado, e resfriado para manter a qualidade, até ser captado por caminhões-tanque, também com resfriamento, e ser levado à indústria.

No Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água existem dois tanques de captação de leite (fotos 10 e 11). Um é coordenado pelo sr. Antônio Gentil e o leite é vendido para a COMPLEM. O outro é coordenado pelo sr. Reginaldo da Silva Mendes, o “Alemão”, e o leite é vendido para Goiatuba-GO. Os dois tanques juntos têm capacidade para captar 8.600 litros de leite por dia, o primeiro 3.800 e o segundo 4.800. O leite recolhido em caminhões refrigerado duas vezes por semana.



Foto 10 – Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, tanque de captação e resfriamento de leite direcionado à COMPLEM.

Fonte: Vieira, M.A.F.R.V., 2009.



Foto 11 – Sede de captação de leite direcionado aos empresários no segmento de laticínios município Goiatuba-GO.
Fonte: Vieira, M.A.F.R.V., 2009.

Mas há alguns produtores de leite no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água que, para agregarem valor à sua produção fabricam queijo mussarela e queijo tipo “minas”. A fábrica de mussarela está localizada no lote 8 (Mapa 2). Sua produção é, em torno 15.000 kg de queijo por ano, e atende os principais supermercados de Goiatuba-GO e Morrinhos-GO. O queijo tipo “minas” tem uma produção em torno de 1.500 unidades por semana, que são comercializadas nas feiras livres de Goiatuba-GO, Itubmiara-GO e Morrinhos-GO.

Outra fábrica do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água, é uma linha de cosméticos, denominada “Morada do Sol”, que produz xampus e sabonetes de plantas do Cerrado, como mutambo (Guazuama Ulmifolia) e barbatimão (Stry Phnodendro). A venda desses produtos é boa segundo a produtora. Sobre matéria-prima para a produção desses cosméticos, fala a assentada sra. Cacilda de Oliveira, moradora no lote nº 84.

Os produtos principais para a confecção desses cosméticos se encontram no quintal da minha propriedade, pois ao deixar o Cerrado intacto como ele era, eu sem saber preservei a minha riqueza e é de lá que eu retiro todo meu sustento. (Depoimento da sra. Cacilda Oliveira 18 de outubro de 2009).

Mas o início não foi fácil, pois vender esses cosméticos sem embalagens apropriadas era quase impossível. Através de cursos do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas aprendeu a embalá-los para melhor comercializá-los. Os cosméticos possuem marca registrada, com licença do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. “Produtos Morada do Sol”.



Foto 12 – Xampu da fábrica Morada do Sol localizada no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, no lote nº 84.
Fonte: Vieira, M.A.F.R.V., 2009.

A comercialização dos produtos é realizada pela própria fabricante e sua família em feiras livres.

A fábrica de cosméticos e as fábricas de queijo mostram a adaptação e a inserção no capitalismo vai eliminando a separação e as diferenças entre o campo e cidade, conforme expõe Oliveira (1997), ou isso seria, como não é para Almeida (2004), uma demonstração da funcionalidade, determinada pelo capitalismo?

Sejam relações capitalistas ou não, seja o capitalismo determinista ou não, deve-se considerar a luta dos homens, e suas utopias, desejos e tradições, e

também que os camponeses são revolucionários por princípio.

No território Assentamento São Domingos dos Olhos D'ÁGUA, a produção e o trabalho se especializam para atender às exigências do mercado, mas há também produção de forma mais tradicional, com criação de animais soltos, sem nenhum cercamento – que é um dos símbolos tradicionais no campo da propriedade privada com pouco manejo até o ponto de abate, conforme a Foto 13.



Foto 13– Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, criações de animais soltos.

Foto: Vieira, 2009.

A produção e o trabalho mais especializados, diferentes dos tradicionais nem significa a negação dos valores do campesinato nem a total cooptação dele pelo capitalismo, bem como a manutenção de atividades “rústicas” pode ser apenas aparentemente um ato conservador ou, no caso, não capitalista. Há que se considerar que “viver é preciso”. Para Frabini (2003, p. 14),

[...] os trabalhadores sem-terra vão construindo relações que garantem a sua existência sem negar os valores do campesinato. Daí a importância do

reconhecimento e valorização da força transformadora que está presente nas relações camponesas estabelecidas no espaço dos assentados. É preciso reconhecer o potencial de resistência e transformação social implícito em ações que aparentemente são conservadoras, mas trazem um conteúdo questionador das relações de dominação. A divisão “simples” do trabalho no interior dos lotes nos assentamentos pode ser constituir numa forma de resistência e não numa depreciação desta característica. Urge, como questão importante, compreender o conteúdo contestador das ações dos camponeses nos assentamento.

E, assim, os territórios camponeses vão resistindo. Se há uma “divisão simples do trabalho” nos assentamentos em geral, há também ações de cooperação. No Assentamento São Domingos dos Olhos D’Água, são exemplos os tanques de resfriamento de leite e as fábricas de queijo, embora na fase de acampamento a cooperação parecesse maior porque as atividades eram mais coletivas que individuais. Fabrini (2003, p. 63) explica que

Os camponeses desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra. As ações coletivas e comunitárias são algumas das atividades desenvolvidas pelos camponeses nos assentamentos rurais que garantem a sua existência.

Outra característica típica dos camponeses o empréstimo de ferramentas e outros utensílios entre eles, embora seja também característica camponesa e motivo de satisfação cada um ter sua própria ferramenta de trabalho. No Assentamento, já a utilização de tratores de propriedade individual de algum assentado por pagamento, por hora de serviço prestado. Embora possa ser utilizada a expressão “arrendamento” de trator, não é isso que acontece, porque o arrendamento verdadeiro seria o proprietário do trator prestar serviço e receber como pagamento parte da produção. Existem seis tratores no assentamento, todos de propriedade individual, as próprias políticas públicas de fomento à aquisição dessas máquinas estimulam a compra individual; não há projetos governamentais que promovem a propriedade coletiva para uso também coletivo.

A assentada Dona Norcina, figura Nº 7, conseguiu adquirir um trator no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e também outro assentado conseguiu, o sr. Valdini. A notícia foi publicada no Jornal da FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás) em agosto de 2009, conforme

anexo D.

A Secretaria Municipal de Educação de Morrinhos-GO é um dos maiores compradores da produção do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, devido ao incentivo do governo federal à agricultura familiar, que para repassar verbas para a compra de merenda escolar exige que se privilegie os pequenos produtores na compra. Esse incentivo é muito importante, pois, assim, os assentados podem planejar e direcionar sua produção e têm a venda garantida. Os alimentos destinados à secretaria são: hortifrutigranjeiros, rapadura, açúcar mascavo etc.

Conforme se pode observar na tabela 1, o assentamento já possui uma produção considerável.

Tabela 1 – A Produção do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água nos anos de 2008 e 2009

Produto	Quantidade 2008	Quantidade 2009
Leite	1.277.500 litros	6.789.600 litros
Arroz	500 sacas	800 sacas
Feijão	100 sacas	80 sacas
Mandioca	350 toneladas	700 toneladas

Fonte: STR, Morrinhos-GO - Agosto 2009

Em 2009, a produção foi superior à do ano anterior conforme os números demonstrados na tabela acima, devido ao aumento de assentados que entraram no processo produtivo.

Outra particularidade da cultura dos camponeses observada no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, com a pesquisa de campo é a forma de controlarem sua produção. Os assentados não têm nenhuma contabilidade; a maioria deles fala de números só mentalmente; não há nenhum controle do custo da produção, do quanto se produziu. A exceção é a produção do leite; é mantido um trabalhador especificamente para fazer as anotações da quantidade de leite entregue ao tanque de resfriamento que vai para a COPEM. Talvez a explicação para essa forma de administrar/controlar/conduzir o trabalho e a

produção seja o fato de a produção camponesa ser diferente da capitalista; nesta é que se quantifica e se registra tudo.

Também o fato de se empregar o trabalho da família influir na forma de administrar, já que influi em muitos outros aspectos. Conforme Paulino (2006, p. 114),

Pelo fato de conservarem os meios de produção, os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares. Ao contrário dos proletários, necessariamente trabalhadores individuais que se apresentam descolados de quaisquer prerrogativas e em condições legais de firmar contratos, os primeiros conservam a unidade entre o trabalhar e o reproduzir-se socialmente, produzindo uma geografia peculiar no campo, diferenciada tanto em termos espaciais como temporais. Tendo na família a base de sustentação, há que se supor que os seus membros concorrem igualmente para a manutenção das respectivas unidades produtivas, guardadas as conveniências de cada núcleo familiar. Esse contexto acaba por motivar uma divisão do trabalho, em geral pautada em gênero e faixa etária, embora não prevaleça uma rigidez intransponível.

A produção dos camponeses do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, na grande maioria, se caracteriza pelo trabalho familiar (Anexo E). As tarefas são divididas por gênero, idade e por esforço exigido; as atividades de produção que requerem maior esforço físico ficam designadas às pessoas mais jovens e/ou aos homens, porém, auxiliadas pelas pessoas mais idosas e/ou mulheres e os trabalhos mais leves geralmente são feito por adolescentes e mulheres.

Outro aspecto detectado com a pesquisa de campo no Assentamento foi uma presença significativa de jovens. A maioria deles não migrou para os centros urbanos em busca de emprego, como acontece em grande parte do campo no Brasil e no mundo. Os jovens, quando contraem matrimônio, que geralmente é entre os que residem no assentamento ou nas adjacências, permaneceram no local.

A diversidade de gêneros alimentícios vem diminuindo porque as áreas destinadas à cultura de grãos e hortifrutigranjeiros vem sendo ocupada pela pastagem. Mas, mesmo assim, em quase todos os lotes os camponeses plantam suas roças para o autoconsumo. Os assentados afirmam que o aumento das pastagens é devido ao lucro que o leite lhes proporciona. Em pesquisa de campo foi possível notar que nenhum assentado possui ordenha mecânica; a ordenha é

manual e em instalações precárias. Com a melhoria genética do rebanho, poderia se aumentar a produção, conforme afirmam os próprios assentados.

Em 16 anos de existência, o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água contou com vários incentivos de políticas públicas, porém elas não são totalmente satisfatórias e só aconteceram após anos de reivindicações dos assentados, assim como tiveram que lutar e reivindicar a terra.

3.5.2 As Políticas Públicas no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água

3.5.2.1 Infraestrutura: moradia, energia elétrica, estradas e transporte

A infraestrutura dos assentamentos reflete diretamente a relação entre o Estado e os assentados. Ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo através de políticas públicas.

Além do que se deve fazer de implementação de políticas públicas no assentamento, na sua consecução, o tamanho dos lotes, a qualidade dos solos e recursos hídricos são elementos cruciais para o seu êxito dos assentados.

As políticas públicas no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água ocorrem de duas maneiras: espontaneamente, mas com fins eleitoreiros, próximos às eleições ou por reivindicação dos próprios assentados. Mas as políticas públicas que faltam no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água faltam também no meio rural, especialmente nos territórios em que predomina a agricultura familiar tradicional.

A primeira ação do Estado, via INCRA, foi desapropriar a terra pagando por ela o valor de R\$ 1.813.012,97 e, depois de 6 anos de acampamento, distribuí-la aos trabalhadores. Após longos anos vivendo em condições sub-humanas, o Estado viabilizou moradias mais dignas para os assentados. A energia elétrica só chegou em 2006, mas fez muita diferença na rotina de vida e trabalho dos assentados. Todos os lotes contam com energia elétrica que pode ser usada na produção e possibilita, além da iluminação e do banho quente, o uso de eletrodomésticos para o bem estar e saúde, como a geladeira, ou até mesmo para o laser, como televisão e

aparelho de som. A energia aproximou muito o campo da cidade.

Quando entrevistados, sobre a chegada da energia elétrica os assentados afirmaram:

Com a vinda da luz elétrica nossa vida virou outra, hoje a gente assiste muitos programas bons na televisão, pena que os que eu acho melhor (jogos de futebol) só passam muito tarde e a gente vai para lida muito cedo, e aí a gente não assiste, só fica com a vontade. (assentado, Wanderlam Gonçalves de Melo, 2009).

Nossas festas ficaram muito boas, pois com energia tudo fica mais iluminado, a gente, quando não tem cantor, é só colocar o “CD” que a festa fica uma beleza (assentado, Norcina Ribeiro de Souza, 2009).

A energia elétrica foi uma conquista que deu aos assentados uma qualidade de vida melhor, além de ter promovido modificações no trabalho, principalmente na produção do leite e queijo que necessita desse benefício. A fábrica de cosméticos também só se viabilizou com a energia elétrica. As granjas, de aves e de suínos, em fase de implantação, também precisam de energia elétrica para um bom funcionamento.

As estradas internas do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água são precárias. No período chuvoso fica bem difícil transitar pelo Assentamento, principalmente no final de mandatos dos governos municipais, tanto do município de Goiatuba (GO) como de Morrinhos (GO), pois as estradas precisam de constantes manutenção e são as maquinários desses municípios que realizam o trabalho. Há lotes, que a estrada praticamente não existe e, esses assentados ficam isolados. Quanto às pontes, são todas de madeira e estão mal conservadas.

O transporte coletivo do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água para Morrinhos é uma reivindicação antiga, pois a maioria não possui veículo próprio têm que se deslocar para Goiatuba (GO), que fica a 17 Km do assentamento, para depois ir para Morrinhos (GO). E a relação dos assentados com Morrinhos (GO) é bem significativa, pois o assentamento fica na área desse município e o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos é a instituição que assessora os assentados nas relações com as agências bancárias, como preenchimento de documentos, necessários para presentes e futuros empréstimos e serviços bancários.

3.5.2.2 A Escola do Assentamento

O ensino público no assentamento é precário, uma escola foi instalada numa antiga casa de um dos agregados da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água. As classes são multisseriadas e só atendem a Primeira Fase do Ensino Fundamental. As instalações não comportam o número de crianças ali matriculadas, o que leva os pais das crianças a optarem por enviá-las para a cidade conforme demonstra o Gráfico 2 abaixo.

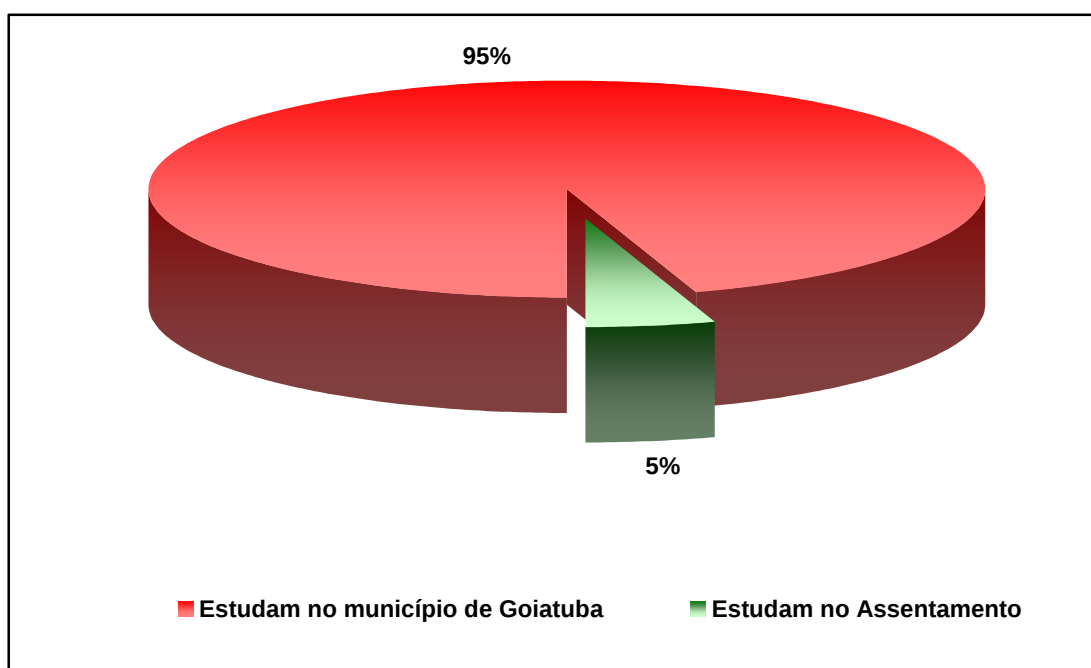


Gráfico 2 – Percentual dos alunos que estudam na 1ª Fase do Ensino Fundamental no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água e na cidade de Goiatuba – GO.
Fonte: Dutra, M.A.F.R.V, 2009.

A escola do assentamento só tem apenas uma professora, com múltiplas funções que vão desde dirigir a escola e dar aulas para os alunos de séries diferentes ao mesmo tempo. A professora não possui formação superior. Há também uma auxiliar na sala-de-aula, que está cursando Pedagogia. Uma merendeira auxilia também em outras atividades, como aula de reforço para as crianças. (Mapa 2, p. 106)

O transporte dos alunos de suas casas à escola é feito pela Prefeitura de

Morrinhos. A grande distância entre os lotes e a escola do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água torna necessário o transporte. O veículo que faz o traslado dos alunos é o mesmo que leva à noite os outros estudantes, de cursos superiores, também residentes no assentamento para a cidade de Goiatuba-GO para lá estudarem, inclusive no IFET – Instituto Federal de Estudo Tecnológico e na FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Os alunos que estão cursando a Segunda Fase do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, só recebem o transporte se estudarem em Morrinhos-GO, que fica a 45 km de distância do Assentamento. Esses alunos têm que percorrer 28 km de ida e os mesmos 28 km de volta, o que gera um desgaste e cansaço e prejudica a qualidade de vida e a permanência na escola. O ônibus que faz o trajeto do assentamento a Morrinhos é velho e mal conservado, os estudantes são transportados sem segurança e sem conforto. Estudar todos os dias não é só uma aventura, é um perigo constante. Vários estudantes do assentamento frequentam a escola no período noturno, a maioria são alunos do EJA – Educação de Jovens e Adultos, programa do MEC – Ministério da Educação pelo qual alunos acima de 18 anos, para o Ensino Fundamental, e de 21 para o Ensino Médio, podem cursar cada série em apenas um semestre.

Frequentar a escola da cidade, para esses estudantes, da Zona Rural ainda traz um outro prejuízo – tão ou mais grave que os outros: perder a identidade por ter que assimilar a cultura urbana. Mas, essa realidade não é restrita ao Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água. Segundo Knijnik (1996, p. 142) “[...] são milhões de crianças que na escola vêem seu mundo sempre ocultado, seja através do que consta nos livros didáticos, seja através dos conteúdos trabalhados na sala de aula, conteúdos da cidade”.

Ao contrário, as crianças da cidade desconhecem o modo de vida do meio rural e, se e quando têm acesso à cultura camponesa, é com formas que depreciam o meio rural, como as festas juninas, que, geralmente, representam a cultura do homem do campo com roupas com remendo e dentes pintados significando pessoas desdentadas. O mundo rural é depreciado, sua riqueza se torna invisível.

Enfim, frequentar a escola, para esses estudantes da zona rural, é um desafio, que vai da possibilidade de aculturação e de maior evasão escolar, ao baixo índice de aprendizagem. E o pior de toda essa situação é que, ao levar esses alunos

para frequentarem as escolas das cidades, deixa-se de pensar em uma política que melhore a qualidade da educação na zona rural.

3.5.2.3 Comunicação no Assentamento

Dos meios de comunicação de massa que chegam ao assentamento, o mais usado é o rádio. A maioria dos assentados sintonizam seus rádios nas emissoras dos municípios de Morrinhos ou de Goiatuba. Segundo informações do Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento, está em andamento um projeto de parceria entre o governo federal e municipal para abertura de uma rádio comunitária.

Em quase todas as casas existem aparelhos de televisão e, em muitas, antenas parabólicas, com as quais, diariamente, os assentados acompanham a programação.

Para a comunicação interpessoal o meio mais usado, devido à sua praticidade, é o telefone celular; quase todos os moradores do assentamento e seus filhos jovens utilizam esse meio para se comunicarem.

O assentamento ainda não foi alvo da inclusão digital; nenhum dos assentados tem acesso à *internet* em seus lotes, devido a causas como custo alto e a cultura digital ainda não ter atingido o assentamento.

3.5.2.4 As Associações do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água

A Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água é a personalidade jurídica do Assentamento. Sua sede é na ex residência do ex-proprietário da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, o sr. Lindolfo Gomes Ferreira. Lá se encontra um pequeno comércio no qual se vende gás de cozinha, refrigerantes, recarga para celulares etc. A sede da Associação é também um local de encontro dos assentados, que lá também realizam suas reuniões.

A Associação e Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos

D'Água faz eleição para a presidência de dois em dois anos. No momento, o Presidente é o sr. Reginaldo da Silva Mendes, o “Alemão”, que conta com o apoio do sr. Antônio Gentil. Como na fase de acampamentos, os dois são os líderes mais destacados e atuantes.

No assentamento existem duas associações/cooperativas. Uma é a Cooperativa de Agricultores do Assentamento São Domingos, liderada pelo sr. Antônio Gentil, e a outra cooperativa é presidida pelo sr. Reginaldo da Silva Mendes, o “Alemão”. Quase todos os assentados que produzem leite são cooperados, pois é norma do Ministério da Agricultura que o leite seja mantido resfriado e um tanque para resfriamento é caro e comporta um volume relativamente grande para a produção de cada assentado. Então se juntaram e associaram para comprarem os tanques de resfriamento de leite.

As Associações são uma espécie de exigência do Estado, sua criação é quase que obrigatória para o repasse de créditos. São também apoio importante nas relações dos assentados com entidades externas ao assentamento.

Todas essas organizações são muito importantes para os assentados, pois contribuem para uma maior integração desse grupo e, ao mesmo tempo, concede-lhes sua identidade social. Também significam estrutura de fortalecimento, identidade econômica, social e política dos assentados.

3.5.2.5 A Sociabilidade no Assentamento

A convivência desde a fase de acampamento criou vínculos de solidariedade entre os assentados que ainda estão presentes no dia-a-dia. Naquela época tudo era decidido coletivamente, porém, com a posse da terra, várias atividades, como a comercialização da produção, são individuais.

Dizer que a sociabilidade se restringe a reuniões de laser e para tomar decisões e discutir questões comuns a todos não é o mesmo que dizer que a interação é pouca ou pequena, pelo contrário.

Todos os camponeses do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água se conhecem e, de alguma forma, se relacionam constantemente. É muito comum serem solidários uns com os outros nas organizações de festas

comemorativas e de trabalhos em parceria. A maioria deles tem parentes que residem no assentamento, fato que, segundo Sérgio Leite (2004, p.117), deve-se a que o deslocamento em grupos, por trabalhadores que convivem em um mesmo lugar, dá-lhes mais motivação e segurança.

Nas festas, religiosas, esportivas, comemorativas, se reúne um número considerável de vizinhos e parentes para confraternizarem e, geralmente, é em uma das casas dos assentados. Eles já programam as atividades sociais quase do ano todo, principalmente as festas religiosas e os campeonatos de futebol.

As crianças e adolescentes estão inseridas e integradas ao cotidiano, mas também têm atividades que lhes são peculiares como em toda comunidade tradicional. Ajudam seus pais na lida do dia-a-dia, frequentam a escola e participam das festas do assentamento. Brincam, andam de bicicleta, jogam futebol, assistem televisão etc. Diante da rotina estressante e totalmente à parte da família que as crianças e adolescentes das cidades vivem, isolados em seus mundos e consolados pelo consumo, a vida dessas pessoas no assentamento parece mais “normal”; ou, pelo menos, mais saudável.

3.5.2.6 A Visibilidade do Assentamento

Os produtos são apresentados ao público na tradicional Feira Agropecuária de Morrinhos-GO, em *stands* grandes, bem localizados na feira, conforme Fotos 14, 15 e 16, pode-se ver que a produção do Assentamento é bem diversificada e pode ser apreciada pelo público que frequenta o local. Essa é talvez uma das melhores oportunidades que os assentados têm para divulgar seus produtos para um público muito heterogêneo (quanto à idade, nível sócio-econômico, escolaridade etc.) e, quanto à divulgação da distribuição da terra, é importante como resgate da cidadania. E lá estão num lugar que, ao menos inicialmente, é território dos “grandes”.



Foto 14 – Produtos do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, na XXXI Feira de Exposição Agropecuária de Morrinhos-GO, em Maio de 2009.
Foto: Vieira, M.A.F.R.D, 2009.



Foto 15 – Assentadas do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, expõe na XXXI Feira de Exposição Agropecuária de Morrinhos-GO, em maio de 2009.
Foto: Vieira, M.A.F.R.V., 2009.



Foto 16 – Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, expõe na XXXI Feira de Exposição Agropecuária de Morrinhos-GO, em maio de 2009.

Foto: Vieira, M.A.F.R.V, 2009.

A Foto 16 mostra a fabricação de queijos mussarela e de trança na feira, como pode-se observar, a produção do queijo é dentro dos padrões exigidos pela Vigilância Sanitária: uso de luvas, tocas e máscaras para maior qualidade e higiene.

Um local de muita importância para a inserção dos produtos do assentamento no mercado, uma vez que a exposição Agropecuária é anual, são as feiras livres que ocorrem em Morrinhos, Goiatuba e Itumbiara. 15 assentados vendem sua produção de hortifrutigranjeiros, leite, queijos etc. nestas feiras.

3.5.2.7 Serviços de Saúde no Assentamento

Os serviços públicos de saúde no Assentamento são muito precários. Há somente uma agente de saúde para atender todos os assentados. Ela faz apenas uma visita por mês no assentamento e, assim, é impossível ir nos 86 lotes, pois é a pé que a agente de saúde percorre o local.

Embora seja precário, o trabalho desta agente de saúde é importante para os assentados. A maioria procura os municípios vizinhos para ter acesso a tratamentos e serviços de saúde como exames laboratoriais, consultas médicas e odontológicas.

Um posto de saúde é uma reivindicação antiga dos moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água.

Todas as casas têm fossa séptica, água encanada, caixa d'água com tampa. Essas medidas de saneamento no Assentamento contribuem para uma melhor qualidade de vida dos assentados porque evita doenças.

3.5.2.8 A Religiosidade no Assentamento

Ao se fazer o reconhecimento do objeto de pesquisa contatou-se que não há nenhum templo religioso no Assentamento, embora o número de católicos e evangélicos seja significativo, o que foi empiricamente constatado através de visitas às casas dos assentados. Existem planos para, futuramente, serem construídos templos das duas religiões, próximo à sede da Associação de Moradores.

As festas católicas aglutinam bastante assentados em função de, nesses momentos de lazer, haver muita dança e comidas típicas, como nas de festas de santos, especialmente a dos Santos Reis nos meses de Janeiro e Junho.

Os cultos evangélicos são realizados nas casas dos assentados, geralmente, duas vezes por semana. As missas, uma vez por mês, são celebradas na sede da Associação de Moradores, a casa do ex-proprietário da Fazenda.

Não se investigou se outros credos são praticados pelos assentados.

3.5.2.9 A Assistência Técnica no Assentamento

A assistência técnica é fundamental para que esses trabalhadores permaneçam na terra. O assentamento conta com os serviços da COSTEC - Cooperativa de Serviços Técnicos Para o Desenvolvimento Rural, que atua em

parceria com o Banco do Brasil, o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Morrinhos e com a Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água. O profissional que atua como técnico agropecuário é o sr. Neuler Ribeiro.

Os assentados também contam com assistência técnica da AGRODEFESA (Agência Goiana de Defesa Agropecuária), Agência Rural (Agência Goiana de desenvolvimento Rural e Fundiário) e da SEAGRO (Secretaria Estadual Agropecuária).

A assistência técnica direciona a produção dos assentados conforme as necessidades do mercado e também incentiva ideias dos assentados que vêm do seu modo próprio de produzir. Esse serviço garante, ao assentado e sua família, a sobrevivência. Segundo o sr. Neuler Ribeiro de Oliveira (técnico agropecuário), no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, só oito assentados não contam ainda com esse benefício.

Os assentados que possuem um rebanho leiteiro, com melhoramento genético, sempre recorre a prestadores de serviços, veterinários por serem mais qualificados.

Como política pública, a assistência técnica nos, assentamentos, é fundamental para a permanência na terra. Sem ela a existência e o sucesso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água poderiam estar comprometidos, o que significa a própria sobrevivência dos trabalhadores rurais ali residentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, um país que tem uma das maiores quantidades de terras agricultáveis, tem uma das mais altas taxas de concentração de terra, que se tornou uma das mercadorias mais cobiçadas do sistema capitalista e, por isso, os trabalhadores foram excluídos dela e das possibilidades de ter acesso à ela, a não ser pela luta. Sentenciam-se às mais variadas penas aqueles que resistem, lutam, entram e permanecem na terra.

As políticas agrárias do país privilegiaram os latifundiários. O pequeno agricultor e os trabalhadores da terra ao serem excluídos e expulsos da terra tiveram que criar formas de resistência e de luta, que se manifestaram com vários movimentos sociais que marcaram a trajetória das políticas agrárias do país.

Esses movimentos sociais, presentes em todas as regiões do país e com diferentes características, quanto à forma de se organizarem pela luta da terra, têm conseguido muitas vitórias, mas a situação ainda está longe de ser a ideal. Até hoje as distribuições de terras pelo governo não foram fruto de planejamento de uma efetiva política de desconcentração fundiária, mas da luta dos trabalhadores sem terra.

Na Região Sul-Goiano, no município de Morrinhos - GO, depois de 6 anos de luta ocorreu a primeira distribuição da terra, de acordo com a lei que reza que toda propriedade rural tem uma função social a cumprir, que é ser produtiva. Se for improdutiva pode ser requisitada pelo INCRA para ser distribuída àqueles que, de fato, vão utilizá-la para dela viver.

Nas vezes em que o governo distribuiu terras por iniciativa própria foi para abrir novas fronteiras agrícolas que, de certa forma, ampliaram mais ainda o capital, ou seja, quem mais se beneficiou dessas ações foram os latifundiários.

Os trabalhadores rurais sem terra que lutaram pela terra da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, no município de Morrinhos, conquistaram a terra. Eles eram, e são, da *terra*. Estão na *terra*. Resistência, existência, permanência. Luta. São Palavras que não se separam da reforma agrária que, apesar de ter favorecido 86 famílias em Morrinhos e tantas outras pelo Brasil, ainda não é suficiente. É apenas uma reforma, a qual não se faz apenas distribuindo terra é muito mais complexo, não é ainda uma re-evolução. Mas, quem é da *Terra* sabe que embora haja “um tempo pra tudo...”, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. ***Terras de Goiás – Estrutura fundiária (1850-1920)***. Goiânia: UFG, 2003.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. ***Estrutura fundiária em Goiás***. Goiânia: UCG, 1993.

ALMEIDA, Alfredo W.B. de. **Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia**. In: Marques, Marta Inês M. e Oliveira, Ariovaldo U. (Org.). *O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004.

ARAÚJO, Antonio Amaury Corrêa de. ***Lampião as Mulheres e o Cangaço***. São Paulo: Traço, 1984

ARRAIS, Tadeu Alencar. ***O Território Goiano: Uma Abordagem Quase Contemporânea do Desenvolvimento Regional***. XII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

_____, Goiás: *Novas Regiões, Ou Novas Formas de Olhar Velhas Regiões*. In: Almeida, M^a Geralda. (Org.). ***Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade***. Goiânia: IESA, 2002. p. 147 – 175.

BARBOSA, Altair Sales. et.al. ***Geografia: Goiás e Tocantins***. Goiânia: UFG, 2004

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. ***O que são assentamentos rurais***. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

BORGES, Barsanufio Gomides. ***O despertar dos dormentes***. Goiânia: UFG, 1990.

_____, ***A Economia Goiana na Divisão Regional de Trabalho (1930 – 1960)***. *Relações Cidade Campo: Fronteiras*. (Org.). Luiz Sérgio Duarte da Silva. Goiânia: UFG, 2000. p. 247 – 272.

CELSO, Furtado. ***A Formação Econômica do Brasil***. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

CHAUL, Nasr Fayad. ***Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade***. 2. ed. Goiânia: UFG, 1997.

_____. *Macha para o Oeste*, In: SILVA, L.S.D. (Org.). ***Relações Cidade-Campo: Fronteiras***. (Org.). Luiz Sérgio Duarte da Silva. Goiânia: UFG, 2000. p. 113 – 125.

CHAVES, Isivone Pereira. **Os projetos de assentamentos do estado de Goiás, como terminalidade da reforma agrária**. Goiânia: UFG, 1996. (Tese de Mestrado).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DEUS, J. B. de. **O Sudoeste Goiano e a Desconcentração Industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

DOLES, D.E.M. & NUNES, H. P. **Memória da Ocupação e Colonização de Goiás na Primeira Metade do Século XIX: A Visão dos Viajantes Europeus**. In Ciências Humanas em Revista – Revista do ICHL. Goiânia: UFG, V.3, nº1/2, jan./dez, 1992, 71- 118

DUARTE, Laura Maria Gulart. **Globalização, Agricultura e Meio Ambiente: O Paradoxo do Desenvolvimento dos Cerrados**. In: BRAGA, Maria Lúcia. Et. Al. (Orgs.). **Tristes Cerrados – Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 11- 22.

ESTEVAM, Luís Antonio. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

FABRINI, João E. **A Resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FAJARDO, Sérgio. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FÁVERO, Osmar. MEB – **Movimento de Educação de Base – primeiros tempos: 1961-1966**. Revisado em Abr. 2004. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf. Acesso em 21 out. 2009

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

-----, **Entrando Nos Territórios do Território**. In: PAULINO, E.T.e FABRINE, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos: De Capela a Cidade dos Pomares**. Goiânia: Oriente, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 2ª edição. Petrópolis: ed. Vozes, 2004.

GRAZIANO, Francisco Neto. **Qual Reforma Agrária? Terra, Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KNIJNIK, Gelza. Et. Al. **A Educação em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: DP & A, 1996.

LEITE, Sérgio; Et. Al. (Org.) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília. **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**; São Paulo: UNESP, 2004.

LISITA, Ciro. **Fronteira e Conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás**. Boletim Goiano de Geografia / Instituto de Química e Geociências. 1996, vol. 16, p. 29-40.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUXEMBULRG, Rosa. **A acumulação do Capital**. Trad. Muniz Bandeira. Rio de Janeiro, Zahar, 1985

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e Mudanças – 1850 – 1910**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás Goiânia: UFG, 1982.

MAIA, Cláudio Lopes. **Canudos: um povo entre a utopia e a resistência**. et. al.; colaboração de Maria Dulce M. de Aguiar. Goiânia; Centro Popular de Estudos Contemporâneos, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. 1. ed. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Os camponeses a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis RJ, Vozes, 1986.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Global, 1985.

MATTA, Alfredo Eurico R. **Governadores e Interventores da Bahia Republicana de 1930 a 1950 – Oligarquia Submetida**. 2008. Disponível em: http://www.matta.pro.br/pdf/prod_his_atarde3.pdf. Acesso em 30 mar. 2009.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura do Capital e do Trabalho nas Áreas de Cerrado**. Geografia e Trabalho no Século XXI, Presidente Prudente: Centelha, 2007, v. 3, p. 84 -106.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Geografia Pequena Historia Crítica**. 7ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

NUNES, Ana Lúcia. **Trombas e Formoso: o triunfo camponês**. 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/index.hpt/Trombas-e-Formoso-otriunfo-campones>. Acesso em: 28 mar 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1993.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás**. 1835-1910. França: UNESP, 2006 (Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP).

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Marisis Cunha de. **Questão Agrária em Goiás: Governo Mauro Borges 1961 – 1964**. Tese de Mestrado – Universidade Federal de Goiás. 1987.

PALACIN, Luis. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia / Caio Prado Júnior.** – São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática S.A, 1993.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 50.** Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim; MIZIARA, Fausto. *Expansão da Fronteira e Grilagem de Terras em Porangatu (O).* In: SERPA, Élio Cantalício Et. Al. (Orgs.). **Histórias de Goiás: memória e poder Goiânia:** UCG, 2008. p. 35-64.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERGIO, Leite. Et al. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro.** São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Cláudia Márcia Romano Bernardes. **A Cidade de Morrinhos uma Abordagem Geográfica.** Goiânia: GRAFSET – Gráfica e Editora, 2006.

SILVA, Eunice Isaias da. **O espaço Une/Separa/Une.** Boletim Goiano de Geografia, 1996, vol. 9/10 Nº ½ JAN/DEZ 1989/1990, p. 112-120.

SODRÉ, Nelso Wernek. **Formação Histórica do Brasil– 1962.** In: ESTEDILE, et.al. (Orgs.) **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. O debate tradicional-1500-1960,** São Paulo: Expressão Popular 2005. p.111 a 125.

SOUZA, Claudia Moraes de; MACHADO, Ana Claudia. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Loyola, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento.** In: CASTRO, Et. Al.(Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas,** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.p.77 – 116

STEDILE. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960.** (Org.). Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 1. ed. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005. p 26 – 27.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: Programa de reforma agrária 1946-2003.** (Org.). Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 1. ed. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

_____. ***A Questão Agrária no Brasil: A Classe Dominante Agrária – Natureza e Comportamento 1964 – 1990.*** (Org.).Mendonça,S.R.São Paulo: Expressão Popular 2006.

_____. ***A Questão Agrária e o Socialismo.***In:ESTEDLE,João Pedro Et. Al.(Orgs.).A Questão Agrária Hoje.Porto Alegre ;Universidade / UFRGS,2002. p.306 – 322.

VASCONCELOS, Lauro de. ***Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo.*** Goiânia; CEGRAF/UFG, 1991.

Jornais

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. ***Jornal da Fetaeg.*** Agosto de 2009.

FONTES ORAIS (entrevistas)

GULART, Divino da Silva. Entrevista realizada pela autora, no município de Morrinhos – O , em outubro de 2009

MACHADO, Nicanor Rodrigues. Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos em 20 de outubro de 2009.

MELO, Wanderlan Gonçalves de. Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos em Outubro de 2009.

MENDES, Reginaldo da Silva (Alemão). Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos – O em outubro de 2009.

OLIVEIRA, Cacilda de. Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos-Go em outubro de 2009.

OLIVEIRA, Neuler Ribeiro de. Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, no município de Morrinhos- O, em outubro de 2009.

SOUZA, Antonio Gentil. Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, no município de Morrinhos – O, em outubro de 2009.

SOUZA, Norcina Ribeiro. Entrevista realizada pela autora, no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, no município de Morrinhos-Go, em outubro de 2009.

SOUZA, Walter de. (João do Neca). Entrevista realizada pela autora, na cidade de Morrinhos – O, em outubro de 2009.

ANEXOS

ANEXO A

**Reportagens referentes ao Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em
fase de acampamento**

ANEXO B

Cadeia Dominial do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água

ANEXO C

**Laudo de Vistoria do INCRA comprovando a Fazenda São Domingos dos Olhos
D'Água como improdutiva**

ANEXO D

Jornal da FETAEG divulgando compra de tratores pelos assentados

ANEXO E

**Produção do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em agosto de
2009 - Divulgado em jornal**

ANEXO F

Documentos (cartas direcionada a CPT e reportagem em jornal) comprovando as ameaças de morte aos acampados na Fazenda São Domingos

ANEXO G

Modelo dos questionários aplicados na pesquisa de campo